



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Jorge Roberto Ribeiro Braga Junior

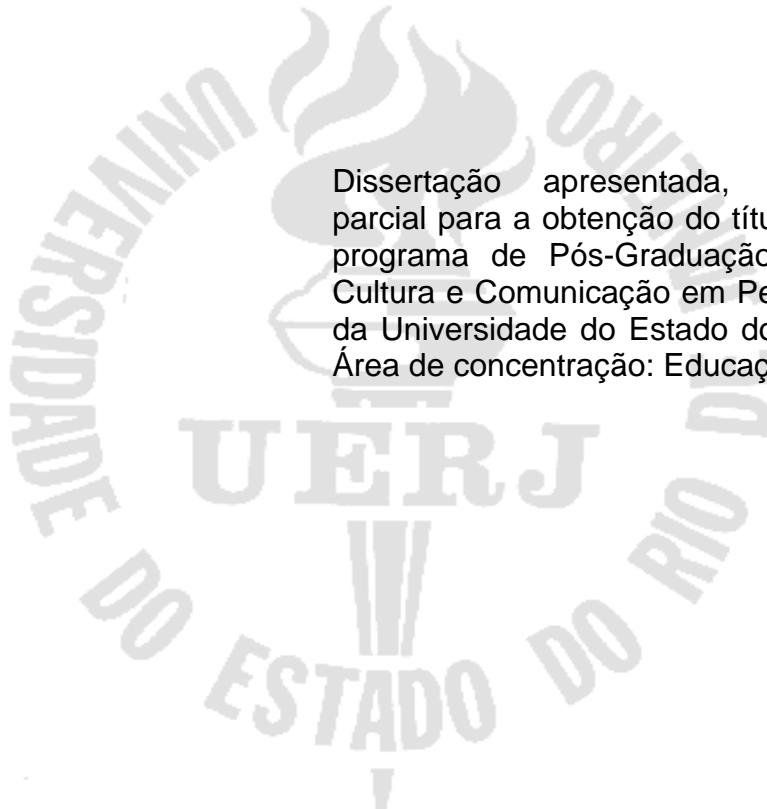
**Os Pontos de Cultura como espaços não-formais de ensino:
Práticas educativas na Baixada Fluminense**

Duque de Caxias

2014

Jorge Roberto Ribeiro Braga Junior

**Os Pontos de Cultura como espaços não-formais de ensino: Práticas
educativas na Baixada Fluminense**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, ao programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação não-formal.

Orientadora: Prof^a Dra. Wania Regina Coutinho Gonzalez

Duque de Caxias

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

F363 Braga Junior, Jorge Roberto Ribeiro
Os pontos de cultura como espaços não-formais de ensino: práticas
educativas na Baixada Fluminense / Jorge Roberto Ribeiro Braga Junior – 2014.
121 f.

Orientadora: Wania Regina Coutinho Gonzalez.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Educação não-formal - Teses. 2. Cultura – Baixada Fluminense (RJ) I.
Gonzalez, Wania Regina Coutinho. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 37.015.4

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Jorge Roberto Ribeiro Braga Junior

**Os Pontos de Cultura como espaços não-formais de ensino: Práticas
educativas na Baixada Fluminense**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, ao programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação Não-formal

Aprovado em 09 de Setembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Wania Regina Coutinho Gonzalez (Orientadora)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof^a Dra. Kelly Cristina Russo de Souza
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof^a Dra. Laélia Carmelita Portela Moreira
Universidade Estácio de Sá

Duque de Caxias

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os meus mestres da vida acadêmica e aos meus mestres na educação não-formal.

AGRADECIMENTOS

A Deus, causa primária de todas as coisas,

À minha orientadora Wania Gonzalez, pelas horas de dedicação, pelos conselhos, pela parceria e pelas pequenas doses de psicologia;

A toda minha grande família, representada aqui tanto pelo meu pai, mãe e dois irmãos, quanto por tias, primos, primas, avós, cunhadas, namorados e namoradas de primos e primas, todos, que sempre acreditaram em mim, motivando-me, dando-me forças para continuar nesta múltipla caminhada e árdua tarefa de conciliar os estudos, trabalho e ação voluntária. Esta é uma vitória de vocês também;

Aos meus companheiros de luta do Grupo Código, que juntos, ombro a ombro, temos persistido e resistido, nesta sofrida, porém gratificante luta de se produzir cultura na nossa região;

Aos meus amigos professores da Escola Técnica Estadual Adolpho Bloch e da FAETEC, que sempre demonstraram preocupação e presteza em relação à minha formação e em especial: Cláudia Almeida, Kelly Santos, Felipe Félix, Ana Selma Vieira e Gustavo Maranhão;

Ao meu amigo Tiago Dionísio, pela força e colaboração na revisão desta pesquisa;

Aos companheiros de Mestrado, sobretudo, Ana Paula da Silva pelo companheirismo, parceria e troca constantes;

A todos os alunos que passaram por minhas aulas pelo fato de terem me ensinado tanto e por terem podido me dar a possibilidade ser quem eu sou hoje e de amar meu ofício;

E ao meu amor, que me deu forças, sobretudo nesta reta final, sendo meu alicerce, meu porto seguro, minha palavra de alento, diante das inúmeras dificuldades que tentaram me abater.

RESUMO

BRAGA JUNIOR, J. R. R. *Os Pontos de Cultura como espaços não-formais de ensino: Práticas educativas na Baixada Fluminense*. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2014.

A presente pesquisa consiste em um panorama das práticas educativas desenvolvidas pelas ONGs atuantes como Pontos de Cultura situadas na região da Baixada Fluminense. Este trabalho tem como objetivo geral analisar as ações desenvolvidas pelas ONGs contempladas como pontos de cultura na região da Baixada Fluminense de acordo com os seguintes objetivos específicos: identificar aquelas ações que podem ser consideradas de caráter educativo não-formal e as relações entre estas ações ao conceito de cultura política. A partir da discussão dos conceitos de Cultura apresentados por Marilena Chauí, do histórico das políticas culturais no Brasil, por Antonio Albino Canelas Rubim e das definições que originaram o programa fruto de uma política pública recente no Brasil, estas ações são entendidas dentro da categoria não-formal. Assim sendo, há a discussão do papel da educação não-formal nestes processos através do desenvolvimento dos conceitos por autores como Maria da Glória Gohn, José Carlos Libâneo e Jaime Trilla, uma descrição da região e a análise de dados oriunda das respostas obtidas através de duas entrevistas e dez formulários respondidos pelos gestores responsáveis pelas organizações em 2014. Os resultados encontrados indicaram que o Programa Cultura Viva atua como uma espécie de “preenchimento” das lacunas apresentadas por Gohn no que se refere à educação não-formal e de que embora as organizações possuam campos de atuação bem heterogêneos, as práticas educativas realizadas possuem em comum a abordagem da cultura como direito humano e que estas podem ser uma mola propulsora para a construção de uma nova cultura política.

Palavras-chave: Pontos de Cultura. Educação não-formal. Cultura Política.

ABSTRACT

BRAGA JUNIOR, J R R. *"Points of Culture" as non-formal spaces of education: Educational practices in Baixada Fluminense*. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2014.

This research is an overview of educational practices developed by NGOs acting as Points of Culture located in the Baixada Fluminense region. This work has as main objective to analyze the actions taken by NGOs included as points of culture in the region of Baixada Fluminense in accordance with the following specific objectives: to identify those actions that can be considered non-formal educational character and the relationships between these actions to concept of political culture. From the discussion of the concepts of Culture presented by Marilena Chauí, the history of cultural policies in Brazil, Antonio Albino Canelas Rubim and definitions that gave the program the result of a recent public policy in Brazil, these actions are understood within this category. Thus, there is a discussion of the role of non-formal education in these processes through the development of the concepts by authors such as Maria da Gloria Gohn, José Carlos Libâneo and Jaume Trilla, a description of the region and the analysis of data derived from responses obtained through two interviews and ten forms completed by managers responsible for the organization in 2014. The results indicated that the "Cultura Viva" Programme acts as a sort of "fill" the gaps presented by Gohn in regard to non-formal education and that although the organizations have heterogeneous fields and activities, educational practices have performed at approaching culture as a human right and that these can be a springboard for building a new political culture.

Keywords: Points of Culture. Non-formal education. Political Culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Órgãos vinculados ao Ministério da Cultura antes de 2003	33
Quadro 2	Órgãos vinculados ao Ministério da Cultura a partir do decreto de nº 4805 de 2003	33
Figura 1	Mapa dos municípios da Baixada Fluminense	60
Figura 2	Mapa da Baixada Fluminense reduzido	62
Quadro 3	Pontos de Cultura na Baixada Fluminense contemplados pelo edital estadual	67
Quadro 4	Pontinhos de Cultura – Edital Municipal: Nova Iguaçu.....	71
Quadro 5	Relação entre os Pontos de Cultura conveniados e a linguagem artística/manifestação cultural encontrada.....	90
Quadro 6	Quantidade total de Linguagens Artísticas e manifestações culturais	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMEM.COM	Associação dos Amigos da Escola de Música Comunitária de Comendador Soares
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
APLEM	Associação de Pastores e Líderes Evangélicos Mundiais
ASAMIH	Associação Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias
ASBAMTHO	Associação Sibo-Brasileira de Acupuntura, Moxabustão e Terapias Holísticas
CBTIJ	Centro Brasileiro de Teatro para a Infância e a Juventude
CCOR	Centro Cultural Oscar Romero
CIAC	Centro de Integração Arte Capoeira
CIAFRO	Centro de Integração da Cultura Afro-brasileira
CISIN	Centro de Integração Social Inzo la Nzambi
CISANE	Centro de Integração Social Amigos de Nova Era
CPC	Centro Popular de Cultura
CNIC	Conselho Nacional de Incentivo à Cultura
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural DIP – Departamento de Informação e Propaganda
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes
EMFRAS	Emaús Fraternidade e Solidariedade
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
INDEC	Instituto de Desenvolvimento Cultural
IPEA	Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
IPAHB	Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEDUCA	Instituto de Educação, Cultura e Ministério Educare
MINC	Ministério da Cultura
PROFEC	Programa de Formação de Educação Comunitária
RN	Rio Grande do Norte
SCDC	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
SEC/RJ	Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro
SEDEBREM	Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SESC	Serviço Social do Comércio
SISMA	Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Magé
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	CULTURA, CULTURA VIVA E OS PONTOS DE CULTURA	22
1.1	O conceito de Cultura	22
1.2	Histórico das Políticas Culturais no Brasil	25
1.3	O Programa Cultura Viva	32
1.4	Os Pontos de Cultura	35
2	OS PONTOS DE CULTURA E A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL	39
2.1	A Educação Não-Formal	42
2.1.1	<u>Funções e objetivos da educação não-formal</u>	44
2.1.2	<u>A questão da metodologia na educação não-formal</u>	48
2.1.3	<u>A formação do educador social</u>	51
3	OS PONTOS DE CULTURA NA BAIXADA FLUMINENSE	58
3.1	A Baixada Fluminense	59
3.2	A implantação dos Pontos de Cultura na região	62
3.2.1	<u>Convênio Federal</u>	63
3.2.2	<u>Convênio Estadual</u>	64
3.2.3	<u>Convênio Municipal</u>	67
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DADOS DA PESQUISA .	70
4.1	O Formulário	72
4.2	O processo de aplicação	73
4.3	Da natureza das organizações	75
4.4	Práticas Educativas	87
4.5	Cultura Política	97
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108

REFERÊNCIAS	114
ANEXO – FORMULÁRIO	119

INTRODUÇÃO

Eu sou apenas um homem de Teatro. Eu sempre fui e sempre serei um homem de teatro. Quem é capaz de dedicar toda sua vida à humanidade e à paixão existentes nestes metros de tablado, este é um homem de Teatro.

Trecho de “Liberdade, Liberdade” de Flávio Rangel e Millôr Fernandes.

Durante minha vida acadêmica, tanto na minha formação em produção cultural quanto na licenciatura em Geografia, sempre mantive em paralelo, as minhas atividades como ator e produtor cultural. E, desde o momento, em que tive contato com o conceito de ação cultural, o tema tem me despertado enorme interesse. Pude pesquisar à época, ainda no primeiro período da faculdade de produção cultural, as definições que envolvem este conceito e principalmente ações que revelavam uma prática voltada, sobretudo, para trabalhos comunitários dentro de uma perspectiva democratizante da Cultura. Nesse período pude me deparar com diversos trabalhos hoje tão reconhecidos, como o do Grupo Nós do Morro, que atua há mais de vinte e sete anos no morro do Vidigal, no Rio de Janeiro.

À medida em que ia alcançando maior formação acadêmica, minha percepção sobre o tema também foi se transformando, saindo da esfera teórica para uma observação mais prática. Curiosamente, pouco tempo após este trabalho de faculdade, pude ter o contato com o referido grupo e participar de um processo de oficinas de qualificação artística do Projeto Tempo Livre, uma atividade promovida pelo Serviço Social do Comércio (SESC) RIO que tinha o Nós do Morro como parceiro e responsável pelo desenvolvimento de uma metodologia durante o período de cinco anos (2003-2007).

Durante esse processo, participei da criação de um grupo com jovens oriundos de diversas cidades da Baixada Fluminense, chamado Cia. Código de Artes Cênicas. Esta companhia, ainda sob a tutela do grupo Nós do Morro, promoveu três espetáculos abordando temas diversos onde percebíamos um forte teor crítico tanto nos textos elaborados quanto na adaptação daqueles que foram

sendo montados. Uma prática que me aproximou de teatro comunitário, o que me permitiu ter base para fazer minha pesquisa em especialização em produção cultural em que me aprofundava no tema.

Junto com outros artistas da companhia formada pelo projeto, ajudei a fundar o Grupo Sócio-Cultural Código, uma associação cultural sem fins lucrativos que se localiza em Japeri, região metropolitana do Rio de Janeiro, com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do estado¹, onde tenho atuado há cerca de oito anos como voluntário.

Participando deste grupo, tenho me deparado com as dificuldades diárias de manter uma organização bem como com as alegrias de perceber os impactos causados pelas nossas ações diretamente na comunidade. Atuei nas mais diversas posições: já a presidi, sendo o responsável por toda a parte administrativa e também já lidei diretamente com a chamada ponta onde trabalhei como oficineiro de teatro em uma turma para jovens e adultos. Atualmente, coordeno os projetos culturais da instituição, desde sua fase de elaboração, acompanhamento até a prestação de contas. Além desta, acumulei experiência também em outra instituição do terceiro setor na elaboração de projetos e pude vivenciar de perto as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil que possuem maior porte.

Aliás, posso falar também da prática na educação não-formal de um lugar muito próximo, pois acumulo experiência enquanto educador social em aulas de teatro voltadas para a comunidade, tendo já trabalhado na própria ONG que ajudei a fundar durante três anos consecutivos e para outros projetos de iniciativa pública federal chamados: Criança Cidadã, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e o Mais Educação, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), ambos os projetos realizados no município de Mesquita, Baixada Fluminense. Neste tempo estive envolvido diretamente na prática de atividades culturais realizadas em espaços não-formais de ensino, sem até então, nunca ter tido acesso ao aporte teórico sobre esta temática.

No entanto, é somente no decorrer do curso de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas que pude me aproximar dos conceitos da educação não-formal e compreender as atividades sob esse prisma. A partir daí, percebi a necessidade de expansão na área do conhecimento pedagógico

¹ Segundo o PNUD/2013, o IDH de Japeri é de 0,659, ocupando a 84ª posição de 92 municípios.

voltado para este tipo de atividade desenvolvida principalmente por organizações da sociedade civil e enxerguei uma oportunidade de aliar a minha vida acadêmica com a experiência adquirida a partir das práticas que vinha exercendo, inserindo, assim, minha pesquisa no campo do referido curso já que o tema envolve educação, cultura e, neste caso, periferias urbanas.

Uma das principais experiências que enquanto coordenador de projetos que tem me provocado maior reflexão, foi o contato com o programa Cultura Viva do governo federal, a partir da escolha de um projeto idealizado pela nossa organização para ser um dos pontos de cultura em convênio com o governo do estado do Rio de Janeiro em 2008. A partir deste contato, pude verificar como é coordenar um projeto desse porte sob esse modelo de integração entre Estado e Sociedade Civil e participar, inclusive, da mobilização em prol de políticas públicas para a cultura: contribuí na organização de eventos relacionados ao programa em nível regional e pude ter a honra de participar do evento nacional que reuniu os pontos de cultura de todo o Brasil, na cidade de Fortaleza, em 2010 e novamente em Natal em 2014. Inserido neste contexto, também pude participar das conferências municipal, regional, estadual e até mesmo da II Conferência Nacional de Cultura em 2010, sendo eleito pelo município de Mesquita.

Para a conclusão desta pós-graduação, me aproximo ainda mais desse programa, que aqui se configura como meu objeto de pesquisa do qual reconheço que sou também fruto direto, para refletir a respeito de uma característica peculiar representada pela gestão compartilhada entre Estado e Sociedade Civil e das atividades desenvolvidas pelas organizações localizadas especificamente na Baixada Fluminense, suas práticas, sua potencialidade enquanto ação educativa de caráter não-formal. Assim, penso em poder contribuir para o alargamento desta discussão, ampliando horizontes de conhecimento no meio acadêmico, apontando novas possibilidades, aproximando áreas afins como a cultura e a educação e assim, colaborando para a melhoria das políticas públicas no nosso país.

O ponto é um passarinho
 Que nasceu para voar
 O ponto é um passarinho
 Que nasceu para voar
 Espalhando a semente
 Da memória popular
 Espalhando a semente
 Da cultura popular
 Vamos teia, vamos festejar
 Vamos teia, vamos festejar

Cântico criado pela delegação de Pontos de Cultura do Rio de Janeiro

A presente pesquisa é um estudo sobre uma política pública vigente para a cultura que tem sido foco das principais ações do Ministério da Cultura. Ela nasce da necessidade de compreender as ações realizadas pelos Pontos de Cultura e seus impactos principalmente nos espaços periféricos do país. Estas ações são muito diversas já que lidam com uma infinidade de metodologias, de linguagens artísticas e de manifestações culturais que envolvem profissionais do ramo das artes e da cultura, agentes locais e públicos determinados.

Os Pontos de Cultura são a “expressão de uma parceria firmada entre Estado e **Sociedade Civil**”, frutos do Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva direcionado, anteriormente, pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais, atual Secretaria da Cidadania Cultural, órgão vinculado ao Ministério da Cultura (BRASIL, s/d, p.37).

O termo “**Sociedade Civil**” tem sido comumente utilizado de forma restrita e particular, não abraçando toda a complexidade existente. É, em suma, um conceito clássico da sociologia política, já discutido por autores como Locke, Rousseau e Hegel, que costuma ser utilizado como parte de uma divisão tripartite do contexto social. Além da sociedade civil, haveria o Estado e o mercado. Enquanto os outros dois setores são orientados por racionalidades do poder, da regulação e da economia, a sociedade civil estaria relacionada a uma esfera vinculada à defesa da cidadania e às formas de organização que são instituídas com objetivos de interesses públicos e valores. Mas é importante ressaltar que a sociedade civil é um campo constituído de diversas forças sociais heterogêneas que representam diversos segmentos sociais que a compõem e, por isso, também não está isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonias e de representações

sociais e políticas muitas das vezes divergentes e antagônicas (SCHERER-WARREN, 2006).

Este pensamento, sem dúvida, é fruto de um pensamento de Gramsci que descreve a Sociedade Civil como “um conjunto comumente chamado de organismos ‘privados’, onde a Hegemonia e o ‘consentimento espontâneo’ são organizados” (GRAMSCI, 1971c, p.12-13 apud BOTTOMORE, 2012, p.519).

Neste sentido, descreve um cenário diferente de Marx, onde: “A sociedade civil não é simplesmente uma esfera de necessidades individuais, mas de organizações e tem o potencial de autorregulação racional e de liberdade” (BOTTOMORE, 2012, p.518). Gramsci enfatizava a inter-relação existente entre o Estado e a Sociedade Civil, admitindo que o primeiro continha elementos do segundo.

Há, contudo, muita indeterminação a respeito do uso do termo “sociedade civil”, sobretudo, quando o mesmo é, não raro, utilizado como sinônimo de “terceiro setor”. Os termos, no entanto, surgem de abordagens distintas onde *third sector*, refere-se apenas às organizações formais sem fins lucrativos com interesse público. O campo da sociedade civil é muito mais abrangente e consiste na participação cidadã num sentido mais amplo.

sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas. (SCHERER-WARREN, 2006, p.110)

Montaño (2002) concorda com a ampliação do conceito de sociedade civil, mas refuta a ideia desta divisão tripartite e da própria denominação terceiro setor. Para o autor, o conceito em questão tem ligação com uma visão segmentadora da realidade social agregada a uma forte funcionalidade com o atual processo de reestruturação do capital e do afastamento do Estado. Ele defende ainda, que as organizações que possuem a intenção progressista podem ser inteiramente funcionais ao projeto neoliberal.

Estas ideias vão de encontro a Dagnino (2004) que identifica este processo como uma confluência perversa entre um projeto político democratizante e o projeto neoliberal, já que ambos, graças ao alargamento da democracia, requerem maior participação da sociedade civil e um Estado mínimo. Com isso, afirma a autora, a confluência perversa residiria no fato da participação da sociedade civil estar

servindo justamente aos objetivos de um projeto neoliberal, o que seria naturalmente antagônico aos seus interesses.

Ainda que ambos os projetos tenham a necessidade de uma sociedade civil ativa e propositiva, a luta entre eles se dá, em grande parte, no campo das significações dos próprios conceitos de sociedade civil, democracia e participação social. No que se refere à cidadania, por exemplo, para um projeto neoliberal pode haver um entendimento individualista deste conceito e uma estranha conexão entre o termo e o mercado. Assim, a integração se daria através do consumo, o que reforça ainda mais os objetivos do projeto neoliberal. Enquanto que a nova cidadania, para um projeto mais democratizante, teria como intuito a capacidade de repensar a própria sociedade e contribuir para a criação de um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis.

Os Pontos de Cultura são um exemplo recente bem representativo desta complexidade e de ação conjunta entre setor público e a sociedade civil dentro do programa Cultura Viva, pois além das atividades previstas originalmente pelo projeto, há uma diversidade de outras que são consequência da autonomia e mobilização dos atores sociais fruto da gestão compartilhada e que despertam o interesse para novas formas de articulação entre os mesmos.

A participação ativa das organizações sociais na execução de políticas públicas em nosso país tem demonstrado esta mudança na relação entre a própria sociedade civil e o Estado. O interesse a respeito desta participação não é recente já que desde meados do século passado há uma crescente participação de inúmeras organizações não-governamentais em diversos campos desenvolvendo trabalho social em camadas de baixa renda.

O termo ONG, foi cunhado pela ONU (Organização das Nações Unidas) logo após a segunda guerra mundial e se referia a um grande número de organizações que, sobretudo, colaboraram para a reconstrução da Europa. Nos anos 60, elas adquirem maior participação quando passam a acompanhar a implantação de diversos projetos desenvolvimentistas nas mais variadas regiões do planeta.

No Brasil, a partir do Golpe Militar de 1964, estas organizações estavam fortemente conectadas a organizações internacionais que as apoiavam financeiramente e dedicaram-se à defesa dos direitos humanos e à educação popular e é somente com a redemocratização do país que elas alcançam outros interesses que variam de associações de bairros até defesa de direitos de mulheres,

negros e outros segmentos tidos como minorias da sociedade. Entre as décadas de 1970 e 1980, as ONGs internacionais desempenham um papel significativo no Brasil, apoiando centros de pesquisa, universidades e movimentos sociais que lutavam contra o regime totalitário (RUSSO, 2011, p.2)

Na educação, o marco principal em que se dá a inserção das ONG's é a Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996, que "em seu artigo primeiro, a lei explicita que a educação abrange processos formativos ocorridos em diferentes lugares, inclusive, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil" (DELUIZ; GONZALEZ; PINHEIRO, 2003).

Com o advento da redemocratização logo após a reabertura política e a reorganização de partidos políticos, verifica-se a participação maior da sociedade civil em instâncias de decisão dentro da esfera pública. Isso se deve não só à reforma do poder público, mas principalmente às mudanças na esfera macroeconômica, que

restringiram o gasto público em atividades sociais, implicando na redefinição do papel do próprio Estado e das organizações da sociedade civil no que concerne à prestação de serviços sociais, entre eles a educação. (DELUIZ, et. al., 2006, p.1)

É somente a partir da ECO 92² que estas organizações alcançam maior visibilidade e passam também a influenciar por meio de orientações pedagógicas tornando públicas suas práticas educativas. Muitos atores sociais vinculados, na época do regime ditatorial, às ONGs e aos movimentos sociais, tinham largado a clandestinidade, e, pouco anteriormente a este período começaram a atuar no sistema público de ensino. Assim, estas organizações e os movimentos sociais, ou seja, a sociedade civil como um todo tem, por consequência, seu papel modificado no cenário político.

A sociedade civil passa a participar ativamente tanto da formulação de políticas públicas, através da criação de conselhos, dentre os quais podemos citar, por exemplo, o de educação, até mesmo na implementação e execução destas políticas, ou seja, lidando diretamente com a chamada "ponta" nesse processo, ou seja, a população atingida diretamente por essas ações.

Na década de 90, no entanto, os movimentos sociais entram em uma espécie de recuo já que muitas das lutas travadas já tinham alcançado êxito com a constituição de 1988. As ONGs, devido às responsabilidades agora concedidas por

² Conferência sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992.

esta participação mais ativa, voltam suas atenções para suas próprias ações, preocupando-se com a criação de uma identidade própria.

Com o advento do governo FHC (1995-2002), há uma reforma administrativa pautada em princípios neoliberais, em parte impulsionada, inclusive, por organismos financeiros internacionais que pregavam um Estado menor e o aumento da parceria público-privada. É neste contexto em que a lei de aprovação da criação das OSCIPs³ (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) acontece e quando se dá uma maior penetração das fundações empresariais no setor educativo, fruto também de um ideal de responsabilidade social pregado pelo setor privado.

As ONGs passaram a ter maior visibilidade, embora o financiamento externo que era a base de sua sobrevivência tenha minguado com o fim das ditaduras militares na América Latina. Assim, elas começam também a depender do Estado brasileiro e este fato iria, justamente, ao encontro dos ideais do projeto neoliberal que transfere para a sociedade civil responsabilidades antes suas.

Já na gestão Lula (2003-2010), com a alçada ao poder de um partido que teve em sua origem forte base e ligação com movimentos sociais, há uma maior penetração desses atores nas políticas públicas e o pensamento acerca destas políticas torna-se cada vez mais integrado às parcerias com a sociedade civil, embora ainda haja críticas a respeito de um possível “distanciamento” do governo desta base. Ainda assim, é neste período que há um crescimento no número de ONGs criadas⁴.

Dada a recente implementação do programa CULTURA VIVA e a parceria com as ONGs, ainda são poucos os estudos aprofundados sobre os seus desdobramentos. O IPEA⁵, órgão associado ao governo federal, contabiliza hoje no Brasil cerca de três mil e quinhentos pontos de cultura que se espalham por mais de mil municípios e já possui duas pesquisas específicas sobre a realidade social,

³ AS OSCIPs são assim caracterizadas quando solicitam ao poder público uma qualificação, concedida neste caso pelo Ministério da Justiça, e precisam apresentar objetos sociais previstos na Lei 9.790 de 23 de Março de 1999. Essa concessão é dada a cada cinco anos e garante algumas diferenciações da organização da sociedade civil como a possibilidade de remuneração a integrantes da direção da instituição que lidam diretamente com a execução de projetos e como o documento que estabelece a relação com o Estado chamado de Termo de Parceria. Com isso, elas têm maior facilidade de receber verbas públicas para executar planos e programas governamentais e em contrapartida, maior rigor na prestação de contas e na fiscalização.

⁵ As publicações do IPEA são as que possuem maior preocupação em trazer uma análise das políticas públicas para a cultura. São elas: IPEA, 2011. Cultura Viva – As práticas de pontos e pontões. IPEA, 2009. Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva.

econômica e cultural do programa. Há um número pequeno de dissertações e teses que abordam o tema⁶ dos Pontos de cultura, mas a sua existência já demonstra a real necessidade de se discutir as ações, os valores e objetivos propostos pelo programa e principalmente pelo que ele representa enquanto política pública para a Cultura.

Este trabalho tem como objetivo geral, então, analisar as ações desenvolvidas pelas ONGs contempladas como pontos de cultura na região da Baixada Fluminense de acordo com os seguintes objetivos específicos: identificar aquelas ações que podem ser consideradas de caráter educativo não-formal e as relações entre estas ações ao conceito de cultura política.

O estudo em foco buscou responder as seguintes questões:

1. Quem são as organizações responsáveis pelos Pontos de cultura da Baixada Fluminense?
2. Quais ações são desenvolvidas por estes Pontos de Cultura e que tipo de aprendizagens e saberes estas ações possibilitam?
3. De que forma as organizações e suas ações educativas contribuem para a construção de uma nova cultura política?

Para isso, esta dissertação estará dividida em duas grandes partes: a primeira, de cunho teórico, irá apresentar em duas seções, a partir de levantamento bibliográfico, em cada capítulo as discussões sobre concepções de cultura que norteiam as atuais políticas culturais brasileiras, incluindo um breve histórico destas políticas; as características do programa Cultura Viva e, sobretudo, dos Pontos de Cultura. Na segunda seção, serão abordados os conceitos de educação não-formal, seus objetivos e sua aproximação com a prática desenvolvida pelos Pontos de Cultura.

Para a análise presente nesta primeira parte, trazemos os seguintes autores: Chauí (2006), Laraia (2009) e Coelho (1997) no que se refere aos conceitos de cultura e ação cultural, Rubim (2007) com o histórico das políticas culturais, Gohn (2010), (2011), (2004) a respeito da formação política e dos educadores sociais,

⁶ Em pesquisa realizada no banco de Teses da CAPES EM 2014, foram encontrados cerca de sessenta trabalhos, sendo a maioria (45) em nível de Mestrado. O tema tem mobilizado diversas áreas de pesquisa que englobam o Serviço Social, Administração, Antropologia e Educação a partir do ano de 2007.

Libâneo (2007) e Trilla (2008) sobre educação não-formal e no que diz respeito às potencialidades deste tipo de educação.

A segunda parte irá demonstrar a articulação entre a teoria e a prática, iniciando com uma breve descrição das ações do Programa na Baixada Fluminense. Em seguida, apresentaremos os resultados com base em coleta de dados realizada em dois momentos entre os anos de 2013 e 2014 para traçar um panorama das ações culturais que foram desenvolvidas nos últimos dez anos pelas ONGs tidas como pontos de cultura da Baixada Fluminense.

Em um primeiro momento, foram colhidos dados através de contato telefônico e de sites na internet com os vinte e cinco pontos de cultura da Baixada Fluminense que possuíam convênio com o governo do estado do Rio de Janeiro informações acerca do tipo de ação educativa que desenvolviam. Em um segundo momento da coleta de dados, endereçamos formulários para os vinte e três pontos que, de fato, tiveram sua existência comprovada. Destes, dez gestores responderam ao formulário e dois foram entrevistados. As respostas colhidas integraram nossa amostra para análise apresentada no decorrer desta última parte.

Espera-se que a pesquisa e seus resultados possam contribuir para o desenvolvimento dos estudos na área da educação não-formal e para o debate acerca das práticas educativas realizadas pelos pontos de cultura já que são fruto de um programa que agora integra o rol das políticas de Estado, a partir da sanção da lei 13.018. No próximo capítulo trazemos, então, além das origens desta política de estado, uma discussão a respeito de conceitos-chave que julgamos extremamente importantes para compreender o conceito de cultura apresentado pelo poder público que criou o programa e suas diretrizes.

1 CULTURA, CULTURA VIVA E OS PONTOS DE CULTURA

Este capítulo aborda alguns aspectos históricos do conceito de cultura tendo por base autores que fundamentaram uma abordagem para o estabelecimento das políticas culturais, no Brasil, a partir de 2003. Em seguida, será apresentado um breve histórico das políticas culturais implementadas no país para que seja traçada uma análise das diferenças de postura de cada governo para com as questões culturais e assim compreender sob quais perspectivas nasce o programa Cultura Viva, sobretudo a ação dos Pontos de Cultura, objeto da presente pesquisa.

1.1 O conceito de Cultura

Como vimos, anteriormente, a sociedade civil é uma arena de disputas entre diversos atores sociais. Assim também o é a esfera social que possui atores e agências de ideologias distintas que lutam pela validação e criação de significados. Não muito diferente é o que ocorre com o conceito de cultura que vem sendo historicamente remodelado ao longo dos anos e, na maior parte das vezes, a partir da ideologia dominante. Chauí (2006) apresenta um importante retrospecto da história deste conceito e que vai nos ajudar a compreender a lógica do governo de onde surgiu o programa que consiste em nosso objeto de estudo.

Pela etimologia da palavra, cultura é derivada do verbo latino *colere*, que possui diversos significados como cultivar, tomar conta e cuidar. Na Antiguidade, cultura podia significar além do cuidado do homem com a natureza, o cuidado do homem com os deuses e também com a alma e o corpo das crianças, com sua educação e formação. Neste sentido, cultura e natureza não se opõem, sendo esta a educação e os costumes, tidos como natureza adquirida, acrescentados à natureza inata de cada indivíduo.

Há, para a autora, no entanto, incertezas quanto ao momento exato da separação da natureza para a cultura. Enquanto alguns pesquisadores acreditam que isso tenha se dado a partir da dominação do fogo, outros atribuem esta

passagem ao advento da linguagem. Para a Antropologia social, este momento se daria a partir da criação da primeira lei.

A partir do Século XVIII, natureza e cultura se separam e se opõem quando cultura passa a tornar-se sinônimo de história. Ela seria o conjunto dos resultados da formação ou educação dos seres humanos, do seu trabalho e de sua sociabilidade representados pelas obras, feitos, ações referentes às artes, às ciências, à filosofia, aos ofícios, à religião e ao Estado.

No final deste século, segundo Laraia (2009), dois conceitos se aproximavam muito da ideia que temos hoje de Cultura: *kultur* (termo germânico), que simbolizava todos os aspectos espirituais de uma comunidade e *civilization* (termo francês) que seriam as realizações materiais do povo. É, então, que Edward Tylor agrega essas definições ao conceito de *culture*, em inglês, que:

tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. (TYLOR apud LARAIA, 2009, p. 25)

Com essa definição, Tylor destaca o caráter de aprendizado da cultura, já que ele utiliza o termo para definir tudo que adquirimos, ou seja, em clara oposição à ideia de transmissão por mecanismos biológicos, todo o comportamento apreendido que independe de uma transmissão genética, em oposição clara à natureza inata. Apesar de ser um dos primeiros a entender a cultura como objeto de um estudo sistemático, Tylor enxerga este campo como um fenômeno natural com regularidades e causas uniformes, considerando a existência de graus ou estágios de evolução. Assim, ele retoma a concepção de cultura à luz do processo histórico e seus estudos introduzem a ideia de progresso iniciando um processo de distinção entre cultos e incultos, hierarquizando graus e estágios de civilização pautados claramente no etnocentrismo europeu, separando culturas primitivas e modernas.

Hegel e Marx, citados por Chauí (2006), compartilham da ideia de cultura como história, mas sob dois prismas diferentes: enquanto o primeiro defende que uma cultura determinada exprime o estágio de desenvolvimento espiritual ou racional da humanidade em um progresso contínuo composto de culturas que vão sendo ultrapassadas, o segundo entende a cultura como modo em que os homens, em condições não escolhidas por eles, produzem materialmente sua existência e dão sentido a essa produção material. Desta forma, Marx compreende que os homens produzem e reproduzem as relações sociais. Além de compartilharem desta

crença na existência de um laço forte entre cultura e história, ambos acreditavam que a emergência da cultura se dá através do trabalho, momento em que cultura se dá como desnaturalização da natureza.

Na segunda metade do século XX, a cultura é vista como singularidade, dotada de estrutura específica, um campo das formas simbólicas fruto da criação coletiva da linguagem. A autora atenta para o fato de esta concepção esbarrar na diferença entre os conceitos conflitantes de comunidade e sociedade. Em suma, Chauí (2006, p.113), define por cultura:

a maneira pela qual os humanos se humanizam e, pelo trabalho, desnaturalizam a natureza, por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística.

Este conceito assemelha-se à definição de Geertz (1989), onde cultura seria o próprio contexto, um conjunto de sistemas entrelaçados de signos interpretáveis, composto de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos podem guiar seu comportamento.

Sob a ótica marxista, onde a cultura reproduz as relações sociais, deduz-se que esses comportamentos pelos quais os indivíduos se guiam também podem ser construídos, aprendidos e direcionados. Entendendo a nossa sociedade como uma sociedade de classes, a ela tem sido incumbida a tarefa de instituir a divisão cultural em duelos como: cultura dominante x cultura dominada; cultura opressora x cultura oprimida; cultura de elite x cultura popular; cultura formal x cultura popular. Se resgatarmos, por exemplo, os usos feitos da cultura tida como popular através de determinados períodos históricos poderemos perceber como fica clara esta divisão.

Na época romântica, buscava-se universalizar a cultura popular transformando-a em cultura nacional. No Iluminismo francês, é pregado seu desaparecimento que seria sinônimo de atraso por meio de uma educação formal realizada pelo Estado. Já em governos populistas, se é seguida a perspectiva de vanguarda de esquerda, tentam trazer a consciência de cultura popular como revolucionária e, se com tendência para a direita, como sustentáculo do Estado. O fato é que a cultura dominante visa à legitimação do exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social e a popular é, geralmente, elaborada de acordo com o que é feito no pólo de dominação, ou para repeti-lo ou para contestá-lo.

Desta forma, Chauí (2006, p. 138) problematiza o conceito e chega à sua ideia de cultura como direito dos indivíduos e para tanto, se utiliza do termo cidadania cultural, onde esta para ser concretizada deveria superar alguns problemas. Assim, a autora os destaca: a tendência antidemocrática com que o Estado visa à cultura; a ênfase na exposição das obras e não no que é mais essencial que é o seu processo de criação e a sujeição da produção cultural às regras de mercado. Ao Estado, segundo a autora, caberia defender a concepção de cultura como um direito do cidadão, ou seja:

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela idéia de *cidadania cultural*, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício, do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural. Afirmar a cultura como um *direito* é opor-se à prática neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em *serviços* vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe.

Antes de nos fixarmos sobre o programa Cultura Viva e sobre os pontos de cultura em si, foi extremamente importante para a pesquisa depreender o conceito de Cultura que baseou a criação destas políticas públicas. Agora torna-se necessário pautar sobre o que ele representa no contexto do surgimento do programa Cultura Viva, analisando o histórico das políticas culturais no Brasil.

1.2 Histórico das políticas culturais no Brasil

Rubim (2007), apesar da dispersão de fontes relacionadas ao tema, traz um estudo panorâmico a respeito das políticas culturais implementadas no nosso país que ajudará na compreensão das mudanças ocorridas neste setor durante estes anos. Segundo o autor, as políticas culturais se caracterizam em sete principais etapas que demarcam importantes feitos neste campo: Preâmbulos, Inaugurações, Paradoxos, Reafirmações, Ambigüidades, Substituições e Desafios.

É importante salientar que o conceito de políticas culturais apresentado por Rubim, exige bem mais que uma atitude de mecenas do Estado em relação à Cultura, ele segue o conceito assim definido por Canclini⁷:

os estudos recentes tendem a incluir sob este conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer às necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Porém, esta maneira de caracterizar o âmbito das políticas culturais necessita ser ampliada levando-se em consideração o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade. (CANCLINI, 2005, p.78 apud RUBIM 2007, p.13)

Por assim conceituar o termo, na primeira etapa denominada Preâmbulos, ficam de fora deste escopo de análise as atitudes de Dom Pedro II como ilustre mecenas durante o Segundo Império. Assim como no Brasil República e na República Velha, não houve, nestes períodos, políticas culturais consolidadas visto que a característica principal do período era o obscurantismo da monarquia portuguesa e a negação das culturas indígena e africana. Havia apenas ações pontuais específicas da oligarquia na área do patrimônio somente em alguns estados.

É somente com a Revolução de 30 que há uma inauguração das políticas culturais no Brasil. Este período, caracterizando-se de segunda etapa, é chamado de “Inaugurações” e consiste no conjunto de episódios mais estudados neste setor, por reunir conquistas políticas importantes para a classe, como a chegada de Mário de Andrade ao Departamento de Cultura da Prefeitura da São Paulo e a implementação do Ministério da Educação e da Saúde em 1930, sob a gestão de Gustavo Capanema (1934-1945).

Diversas inovações foram apresentadas como o estabelecimento da intervenção estatal de forma sistemática em diferentes áreas da cultura, pensamento da cultura como vital ao indivíduo, definição ampla de cultura que extrapolaria as belas artes e que abarcaria, inclusive, as culturas populares, aceitação do patrimônio também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade e o patrocínio de missões etnográficas às regiões remotas do Brasil (como o Nordeste e a Amazônia) para pesquisar suas populações e seus acervos culturais.

⁷ Tradução própria.

As principais críticas desse período residiram em certa visão iluminista do Estado, através de uma impressão de imposição de uma cultura de elite e a desatenção com o analfabetismo. Embora tenha sido um conjunto de ações inovadoras, elas conjugavam um misto de ações tidas, pelo autor, como afirmativas, como formulações, práticas, legislações e criação de novas organizações da cultura, quanto negativas, em relação à opressão, repressão e ditadura representada pelo governo Vargas, com o DIP (Departamento de Informação e Propaganda).

A política cultural, em suma, neste período, valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. Diversas instituições foram criadas como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional de Teatro e o Conselho Nacional de Cultura. Ainda sim, este período é visto, pelo pesquisador, como detentor de uma opção elitista e forte viés classicista, sem grande interação com as comunidades e os públicos interessados.

Já a terceira das sete etapas, ou seja, o período chamado de Paradoxos, compreendido entre os anos de 45 e 64, embora tenham sido instalados o Ministério da Educação e da Cultura (1953) e tenha havido a expansão das universidades públicas nacionais e uma campanha de defesa do folclore, o desenvolvimento da cultura brasileira não possuía ligação com as políticas culturais do Estado Brasileiro.

Neste período que surgem os Centros Populares de Cultura (CPCs), através de movimentos de Cultura Popular e de uma política cultural específica do estado de Pernambuco. Aqui surgem expoentes ligados aos movimentos sociais como Paulo Freire (e o desenvolvimento de um método pedagógico que conjuga educação e cultura) que viriam a transformar as relações entre o setor público e sociedade civil.

Durante os vinte e um anos em que o Brasil permaneceu sob a Ditadura Militar (1964-1985), Rubim (2007) descreve três principais momentos da quarta etapa que denomina de Reafirmações. No primeiro, entre 64 e 68, embora houvesse um modo de repressão e censura não sistemática, existia um movimento cultural muito forte, sobretudo circunscrito às classes médias, o estabelecimento de um circuito cultural escolar-universitário, o surgimento de uma cultura midiaticizada graças à instalação de uma infra-estrutura maior de telecomunicações e com isso, a implementação da lógica de indústria cultural. É, ainda, instalado o Conselho Federal de Cultura, cuja preocupação maior torna-se a penetração da mídia e os

impactos sobre as culturas populares e também a criação das secretarias estaduais de cultura, a partir do estado do Ceará no ano de 1966.

No segundo momento deste período de Reafirmações, conhecido por ser o mais brutal da Ditadura entre os anos de 1968 e 1974, há uma censura sistemática que vem a bloquear toda a dinâmica cultural existente no período anterior. Há um verdadeiro misto de vazio cultural, crescimento de projetos culturais com estética marginal e a difusão de uma cultura midiática controlada e reprodutora da ideologia oficial.

Já no terceiro momento, entre 1974 e 1985, conhecido como abertura e o final do regime militar, há um período de transição cheio de altos e baixos com diminuição da violência e o aumento das iniciativas nas áreas política e cultural. Percebe-se a cooptação dos profissionais da cultura pelo regime ditatorial e a criação de órgãos e ações como o Plano Nacional de Cultura (1975), Funarte (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), entre outros.

Há fortes indícios de instauração de novas dinâmicas graças ao rico contexto internacional proporcionado nos encontros realizados pela UNESCO que muito repercutem na América Latina e no Brasil. Neste momento, dois movimentos destacam-se: a criação e o desenvolvimento da FUNARTE, sendo uma agência de financiamento de projetos culturais tendo por base análise do mérito desses projetos, e pelas mutações organizadas por Aloísio Magalhães, que representaram um “sopro inovador” nas políticas culturais no país, retomando alguns conceitos de Mário de Andrade e trazendo uma concepção antropológica de cultura e atenção com o saber popular, o artesanato e as tecnologias tradicionais.

A Ditadura Militar realiza “a transição para a cultura midiática, assentada em padrões de mercado, sem qualquer interação com as políticas de cultura do Estado” (RUBIM, 2007, p.23) Institui-se um fosso, então, entre as políticas culturais nacionais e o circuito cultural que estava em domínio no país.

Com o fim de mais um regime autoritário, tem-se início a fase intitulada de Ambigüidades, onde o autor percebe como inevitável a criação do Ministério da Cultura, dada a reivindicação dos secretários estaduais e de alguns setores artísticos e intelectuais que pressionam o novo governo democrático a reconhecer e contemplar um lugar específico para a cultura.

Neste período de reconstrução de regime democrático fica explícita a falta de cuidado com as políticas de Estado para o setor: é designado praticamente um responsável pela pasta por ano configurando uma verdadeira instabilidade institucional. A proposta de política pública, à época, consistia na renúncia fiscal, ou seja, investimento no mercado com dinheiro basicamente público. São exemplos destas ações as leis Sarney e a lei Rouanet, atuante até hoje. Há o crescimento da lógica das leis de incentivo, que se expandem para os estados e para os municípios.

Há que se destacar a ambigüidade com a criação de determinados organismos e em determinados momentos com a extinção do próprio ministério, durante o governo Collor, onde ele reduz a pasta a uma secretaria e extingue importantes órgãos como a FUNARTE e a EMBRAFILME. A proposta deste governo coaduna com o programa neoliberal para a cultura no Brasil onde o mercado seria a solução para substituir o Estado.

Esta etapa tem como forte característica a ausência do Estado no campo cultural em pleno tempo de democracia e a diminuição do poder do Estado nas políticas culturais e a intervenção do mercado sem contrapartida de recursos privados.

No período denominado pelo autor de Substituições, há a instauração de um novo modelo econômico no país com a ascensão de FHC (1995-2002) ao poder. Um período marcado pela quase identidade entre Estado e Mercado, cuja publicação principal do governo tinha o título de “Cultura é um bom negócio”. A ampliação das leis de incentivo, na verdade, demonstram a ausência de uma política cultural já que o poder de deliberação passa do Estado para as empresas e seus departamentos de marketing. Na maioria das vezes, a lei beneficiava institutos criados pelas próprias empresas, com grandes disparidades como: concentração regional dos recursos em sua maioria no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, apoio à cultura mercantil visando retorno comercial, orçamento do Ministério ínfimo, pouca colaboração para a sua consolidação ministerial, embora algumas políticas setoriais tenham avançado, vários assuntos foram abandonados, tais como o tema das identidades, principalmente a nacional.

No período mais recente deste histórico, a partir do ano de 2003, com a ascensão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, dá-se início ao período considerado por Rubim (2007) como Desafios, pois há uma mudança brusca de ideologia por detrás do uso do conceito de cultura. A partir desta transição de

governo em nível federal: a concepção de cultura acaba sendo mais alargada, assumindo um “conceito antropológico”.

No que tange ao alargamento para um conceito mais amplo de Cultura, o MinC trabalha articulando-o a três dimensões: simbólica, cidadã e econômica:

A dimensão simbólica aborda o aspecto da cultura que considera que todos os seres humanos têm a capacidade de criar símbolos que se expressam em práticas culturais diversas como idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, e também nas linguagens artísticas: teatro, música, artes visuais, dança, literatura, circo, etc.

A dimensão cidadã considera o aspecto em que a cultura é entendida como um direito básico do cidadão. Assim, é preciso garantir que os brasileiros participem mais da vida cultural, criando e tendo mais acesso a livros, espetáculos de dança, teatro e circo, exposições de artes visuais, filmes nacionais, apresentações musicais, expressões da cultura popular, acervo de museus, entre outros.

A dimensão econômica envolve o aspecto da cultura como vetor econômico. A cultura como um lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira faz parte do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável⁸.

Enquanto na gestão antiga do presidente FHC (1995-2002), a ênfase era dada nas artes e no financiamento de atividades e produtos originários do setor privado, com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a cultura passa a ser vista enquanto direito do cidadão.

Com a chegada do novo governo e a nomeação do cantor e compositor Gilberto Gil para ocupar a pasta do Ministério da Cultura, o órgão passa por uma reestruturação interna com atuação estratégica sob uma orientação diferenciada em relação ao papel do Estado na Cultura⁹. Segundo Rubim (2007), há o papel ativo do Estado nas políticas culturais com a seguinte afirmativa: “Formular políticas culturais é fazer cultura.” Isto tudo está refletido na própria organização interna e titulação das secretarias pertencentes ao MinC, como vemos abaixo:

⁸ O endereço eletrônico é: <http://www.cultura.gov.br/o-ministerio>

⁹ Retirado de texto próprio intitulado: “A importância do teatro comunitário para a expressão e o “dêsilenciamento” dos espaços populares”, monografia de conclusão de especialização em Produção Cultural defendida em 2012.

Quadro 1 - Órgãos vinculados ao Ministério da Cultura antes de 2003.

Antes de 2003
Secretaria Executiva
Secretaria do Livro e Leitura
Secretaria do Patrimônio
Secretaria do Museu e de Artes Plásticas
Secretaria de Música e Artes Cênicas
Secretaria do Audiovisual
Fundação Biblioteca Nacional
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fundação Casa de Rui Barbosa
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

Fonte: Ministério da Cultura, 2011.

Quadro 2 - Órgãos vinculados ao Ministério da Cultura a partir do decreto de nº 4805 de 2003.

Após o Decreto de nº 4805 de 2003
Secretaria Executiva
Secretaria de Políticas Culturais
Secretaria de Programa e Projetos Culturais
Secretaria do Audiovisual
Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
Secretaria de Articulação Institucional
Secretaria de Incentivo e fomento à Cultura
CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural
CNIC – Conselho Nacional de Incentivo à Cultura
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
Fundação Cultural Palmares
Fundação Biblioteca Nacional
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Fundação Casa de Rui Barbosa
FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

Fonte: Ministério da Cultura, 2011.

Antes do Decreto, como podemos perceber, havia forte concentração de secretarias objetivando o fomento das artes, o que demonstra o caráter limitado em relação ao conceito de cultura que guiava a política cultural da época. Na nova configuração há a criação de diversas secretarias como a de políticas culturais, de identidade e diversidade cultural. Percebe-se uma apropriação pelo Estado desse

conceito mais amplo de Cultura e com o advento de instâncias como o conselho para aprovação de projetos que possuem ampla participação de representantes da sociedade civil demonstra um ministério mais aberto ao diálogo e à participação social.

Há, segundo Rubim (2007, p.30), neste período características importantes como: o alargamento da atuação internacional do órgão através da popularidade do Ministro Gilberto Gil e a partir da tomada de posições políticas importantes como a questão da luta pela diversidade cultural, maior atenção com a economia da cultura e os indicadores culturais e consultas amplas à sociedade, como as conferências de cultura.

Apesar dos crescentes ganhos, o autor admite que os desafios residem na ausência de uma política consistente de formação de pessoal para atuar na organização da cultura que possibilitem uma gestão mais qualificada e profissionalizada das instituições culturais no país. Seus maiores avanços se dão na maior visibilidade do órgão estatal com orçamento triplicado e a restituição do papel do Estado no campo cultural, sobretudo, na busca de uma consolidação de políticas de Estado, na elaboração de políticas públicas interagindo com a sociedade civil, descentralização das atividades, criação de editais de fomento direto e revisão das leis de incentivo. Além disso, programas fundamentais para dar capilaridade à ação do Estado, dentre os quais se destaca o Cultura Viva.

1.3 O Programa Cultura Viva

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA foi criado pelo governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva em sua primeira gestão através da Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004 e, em complemento, pela portaria de nº 82, de 18 de maio de 2005 do Ministério da Cultura. De acordo com o site oficial, o programa tem por objetivo:

incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira, ao contemplar iniciativas culturais locais e populares que envolvam comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária (BRASIL, s/d, p.38).

Em Turino apud Brasil, s/d¹⁰, p. 32, o programa nasce do desejo de se descobrir o Brasil, de entendê-lo, de conhecer mais “os fenômenos em ebulição e construir conceitos que se modelem em contato com a realidade viva.” No discurso do autor, que à época era o gestor da Secretaria responsável pela implementação do Programa, aparece o discurso a respeito da intenção para com o Cultura Viva: consolidá-lo como política de Estado e torná-lo política pública. Para isso, foram pensadas diversas ações transversais entre os mais variados ministérios e entre as mais variadas instâncias governamentais. A ação tinha o objetivo de não ficar restrita ao âmbito federal e se expandir para os estados e para os municípios.

Ainda segundo o site oficial, o Programa “surgiu para estimular e fortalecer no país a rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura.” Para Turino (apud BRASIL, s/d, p.33):

É um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamento e economia.

No entanto, o Cultura Viva era formado por mais quatro outras ações, além dos Pontos de Cultura: ESCOLA VIVA, GRIÔS, CULTURA DIGITAL e CULTURA E SAÚDE.

O Escola Viva era um edital conjunto entre o Ministério da Cultura e o da Educação, uma ação que visava integrar os Pontos de Cultura às escolas através de dois caminhos: transformar aquelas que já desenvolviam propostas inovadoras em pontos de cultura e estas em verdadeiras escolas da cultura.

A ação dos Griôs, corruptela do francês Griots (artistas e narradores de histórias da África ocidental), consistia no pagamento de um salário mínimo aos velhos mestres da sabedoria popular para formar aprendizes e a partir disso, valorizar a tradição oral de diversas comunidades brasileiras.

A Cultura Digital estava presente na aquisição de um kit multimídia pelos pontos de cultura contendo equipamentos necessários para a difusão dos seus conteúdos na Internet com o uso de programas de software livre. A intenção, segundo Turino (s/d), era tornar essa ação um instrumento de aproximação entre os

¹⁰ Texto de abertura do Catálogo do Programa Cultura Viva inserido no Almanaque Cultura Viva, sem data de publicação.

pontos, propiciando um novo modo de pensar a tecnologia, em um misto de generosidade intelectual e trabalho colaborativo.

O Cultura e Saúde, propunha-se a promover o

diálogo entre os serviços convencionais de saúde e as práticas de saúde desenvolvidas em espaços sagrados como terreiros de Candomblé, Umbanda e casas de Xangô, entre outros, e o fortalecimento das iniciativas de atividades culturais na rede de assistência à saúde ou que, desenvolvidas fora dela, tenham impacto sobre a atenção e o cuidado da saúde. (BRASIL, s/d, p.45)

Turino deixa diversos parâmetros para o desenvolvimento desta rede que, a princípio, não trazia consigo uma resposta acabada. O principal era que os pontos de Cultura agiriam como verdadeiros sedimentadores da rede, rede esta que deve ser “maleável, menos impositiva, ágil e tolerante como um organismo vivo”, evitando uma estrutura fortemente institucionalizada e hierarquizada onde estes pontos deveriam se desenvolver por aproximação, por meio de um contato horizontal e sem superioridade de cultura, no qual a troca, a instigação e o questionamento seriam elementos essenciais. Ele destaca ainda que o papel da coordenação do programa, até mesmo para evitar um dirigismo do Estado, era o de localizar e formar mediadores na relação entre este e a sociedade.

Para que os Pontos de Cultura conquistassem sua sustentabilidade e emancipação seria necessário fazer um integração entre os pontos em uma rede global mas que atentasse para as necessidades e ações locais.

De 2005 em diante, o programa evoluiu, aumentando seu tamanho através da promoção de editais com a finalidade de viabilizar outros projetos que visassem a uma maior busca por apoios e parcerias para as ações dos Pontos de Cultura, seu desenvolvimento e manutenção. Podemos citar como exemplos: Prêmio Cultura Viva, Prêmio Agente Escola Viva, Prêmio Agente Cultura Viva, Prêmio Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto, Prêmio Cultura e Saúde, Prêmio Tuxaua, Prêmio Interações Estéticas, Prêmio Pontos de Mídia Livre, Prêmio Areté, Prêmio Estórias de Pontos de Cultura, Prêmio Ludicidade e Pontinhos de Cultura.

Mais recentemente, o programa foi reforçado pelos objetivos e metas de um programa maior: o Mais Cultura, que inseria “a cultura na agenda social do Governo Federal, transformando o acesso aos bens culturais em política estratégica de Estado para reduzir a pobreza e a desigualdade social.” (Ministério da Cultura, s/d), e hoje atua de forma transversal com outras áreas como Saúde, Trabalho e Meio

Ambiente e em integração com outro programa governamental, o BRASIL PLURAL, cujo objetivo é:

garantir o acesso a recursos de artistas, grupos e comunidades populares; povos e comunidades tradicionais (indígenas, ciganos, pescadores artesanais); imigrantes; grupos etários (crianças, jovens e idosos); movimentos sociais (LGBT, pessoas com deficiência física, luta antimanicomial (MINISTÉRIO DA CULTURA, s/d¹¹).

Atualmente coordenado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC)¹², órgão vinculado ao Ministério da Cultura, o Cultura Viva possui dentro do eixo Cultura e Cidadania, três das ações já existentes: Cultura Digital, Griô e Cultura e Saúde, acrescida de duas outras ações: Economia Viva e os pontinhos de Ludicidade.

1.4 Os Pontos de Cultura

Os Pontos de Cultura são projetos constituídos através de convênios realizados, desde 2004, por meio de editais públicos, entre ONGs e as mais variadas instâncias de governo (Federal, Estadual e Municipal) e estão contabilizados em cerca de três mil e quinhentos presentes em mais de mil municípios do país, segundo dados do IPEA. Os chamados Pontos de rede são segundo o site oficial:

A principal ação do Programa Cultura Viva são os **Pontos de Cultura** – entidades/grupos/coletivos com atuação comprovada na área cultural, selecionados por edital de responsabilidade do Ministério da Cultura (MinC), em parceria com outros órgãos do governo federal e com governos estaduais e municipais.

¹¹ Trecho retirado do site oficial do Ministério da Cultura. O endereço eletrônico é: <http://www.cultura.gov.br/>

¹² Segundo o site oficial do Ministério, a SCDC tem dentre as suas atribuições planejar, coordenar, monitorar e avaliar políticas, programas, projetos e ações para a promoção da cidadania e da diversidade cultural brasileira. Também compete à SCDC, promover e fomentar programas, projetos e ações que ampliem a capacidade de reconhecimento, proteção, valorização e difusão do patrimônio, da memória, das identidades, e das expressões, práticas e manifestações artísticas e culturais.

Do ponto de vista financeiro, o Ponto de Cultura, recebe um repasse de cento e oitenta mil reais¹³ para a realização de atividades durante o período de três anos, divididos em custeio e capital. As despesas de custeio são aquelas relacionadas a recursos humanos, serviços e materiais de consumo e as de capital, são aquelas destinadas à aquisição de bens mobiliários, equipamentos, entre outros.

A organização contemplada, no entanto, não pode custear despesas de manutenção próprias, como contas de luz, telefone ou aluguel, mas somente as que têm relação direta com a execução do projeto. Os projetos acontecem, geralmente, na própria organização conveniente ou também podem ocorrer em espaços parceiros como escolas, igrejas e/ou associações de moradores e não há “um modelo único de instalações físicas, de programação ou de atividades” (BARBOSA; e CALABRE, 2011, p.43)

Após elaborar um projeto, submetê-lo ao edital e ser selecionada, a organização passa a configurar a rede dos pontos de cultura. Esses movimentos se dão com o objetivo de compartilhar a gestão do programa Cultura Viva entre o Estado e a Sociedade Civil na forma de Fóruns, Teias e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Houve ainda um edital específico para os Pontões de Cultura que seriam:

entidades de natureza e finalidade cultural que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes Pontos de Cultura, que poderão agrupar-se em nível estadual e/ou regional, ou por áreas temáticas de interesse comum¹⁴.

Com recursos de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por ano, essas organizações puderam desenvolver uma programação integrada entre pontos, comprar equipamentos e adequar instalações físicas.

As Teias são:

encontros dos Pontos e Pontões de Cultura e das comunidades envolvidas com o *Programa Cultura Viva* em todo o país, para promover uma mostra ampla e diversificada da produção cultural dos Pontos, debater a cultura brasileira e suas expressões regionais, propor estratégias de políticas públicas culturais e analisar e avaliar o Programa. A TEIA é o encontro nacional e regional dos Pontos de Cultura.

¹³ No caso de convênio com os estados iniciado em 2007, como exemplo o do Governo do Rio de Janeiro. Em convênios com outras instâncias, o valor pode variar. Fonte: <http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-projeto/rede-de-pontos-de-cultura-do-estado-do-rio-de-janeiro>

¹⁴ Site oficial do Ministério da Cultura. O endereço eletrônico é: <http://www.cultura.gov.br/cidadaniaediversidade>

A Teia vinha acontecendo de forma anual, em seu início, e a partir de 2008 a cada dois anos. No entanto, a última edição foi realizada em Natal/RN no mês de Maio em 2014. Além da Teia Nacional, é estimulada a realização de teias regionais e estaduais por todo o país.

Os Fóruns, que são a instância política dos Pontos de Cultura, reúnem representantes dos encontros realizados, acontecem dentro dos eventos intitulados Teias e tem como objetivos:

fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, fomentar a construção de marcos legais que reconheçam a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro, e debater os avanços e desafios na gestão compartilhada do Programa Cultura Viva (BRASIL, s/d, p.61).

Além do fórum nacional e dos fóruns regionais/estaduais que estão inseridos na programação das teias, acontecem periodicamente encontros entre os representantes dos Pontos de Cultura. Como exemplo, há o encontro dos gestores dos Pontos de Cultura do Rio de Janeiro realizado por diversas vezes no Palácio Gustavo Capanema, órgão do Ministério da Cultura e com a participação ativa de membros do poder governamental. Estes encontros realizados de forma física e também virtual contribuem para a discussão dos avanços do programa, para a construção de parcerias sociedade civil-Estado e principalmente, para o fortalecimento de um movimento em prol do avanço das políticas públicas para a cultura. É um movimento inteiramente organizado pelos próprios gestores dos projetos, sem intervenção do poder público.

Já a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura é quem articula a participação dos pontos de cultura para a organização dos fóruns e teias setoriais, em eventos para debater a estrutura do Conselho Nacional de políticas culturais e o Sistema Nacional de Cultura, aventando o desejo de reconhecer o programa, não apenas como política do governo atual, mas como uma política de Estado.

Para além das instâncias físicas, é conveniente salientar a importância da articulação que se dá pelo meio virtual, principalmente a partir da Internet. Há diversos fóruns virtuais, grupos de e-mails, grupos criados em redes sociais que visam intensificar esta troca de informações e que contribuem para articulação destas iniciativas. Neste sentido, a ação não só propicia movimentos em rede como também a estrutura para que os coletivos ajam em rede. Este movimento já colhe os

frutos de sua implementação: a sanção da lei 13.108 após inúmeras batalhas para aprovação.

Outro fruto deste movimento, podemos citar o movimento latino americano pela Cultura Viva Comunitária, com base nos preceitos idealizados pelo programa Cultura Viva.

Há o movimento latino americano pela Cultura Viva comunitária em 11 países, sendo que em quatro (Argentina, Colômbia, Costa Rica e Peru) com implantação efetiva, como política de governo, já com decretos ou projetos de lei em tramitação; e em maio de 2013 haverá o primeiro congresso latino americano da Cultura Viva, em La Paz, na Bolívia, com o tema “Cultura, descolonização e bem viver” (TURINO, 2013, s/p.).

Em La Paz, poucos meses após a escrita do artigo de Turino, foi realizado o I Encontro Cultura Viva Comunitária, que reuniu milhares de participantes de iniciativas culturais de origem comunitária de toda a América Latina e das iniciativas brasileiras, participaram representantes dos pontos de cultura. Muitos deles viajaram ao país com subsídios governamentais e com recursos do próprio convênio, o que pode reafirmar a importância dada ao Estado para eventos que visam à construção e fortalecimento de redes ao redor das políticas públicas culturais implementadas pela atual gestão.

2 OS PONTOS DE CULTURA E A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Como vimos, a educação está presente na própria constituição do Programa Cultura Viva. Nesta parte, buscaremos relacionar como as ações desenvolvidas pelos Pontos de Cultura, ação cultural realizada por organizações sociais com subsídios governamentais, tem características em comum ao campo da educação.

Em um contexto atual que sobrepõe diversas crises (econômica, política, social), como afirma Castells (2012, p.1): “En un mundo presa de la crisis económica, el cinismo político, la vaciedad cultural y la desesperanza, simplemente ocurrió” onde “o que está fundamentalmente em disputa são os parâmetros da democracia, são as próprias fronteiras do que deve ser definido como arena política: seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação” (ALVAREZ; DAGNINO, ESCOBAR; 2000, p.1), setores importantes como a Educação e a Cultura merecem atenção especial.

Após a reestruturação do capital, que se deu por volta dos anos 70 com a assinatura do Consenso de Washington, foram implementadas diversas reformas neoliberais e a Educação vem sofrendo novas e contínuas transformações e impactos que merecem uma pesquisa cada vez mais aprofundada, sobretudo no nosso país. Para isto, no entanto, ela não pode ser vista como aquela que se dá apenas em um ambiente escolar, pois a construção de conhecimento pode ser observada em diversos ambientes da vida em sociedade como mostra a afirmação trazida por Spósito (2003, p.210) de dois pesquisadores, Duru-Bellat e van Zantende, de que uma “verdadeira sociologia da educação” deveria cobrir um campo extremamente vasto já que “os mecanismos por meio dos quais uma sociedade transmite a seus membros seus saberes, o saber-fazer e o saber-ser que ela estima como necessários à sua reprodução são de uma infinita variedade”. No entanto, o que se tem visto desde seu início é a ênfase em pesquisas de ações desenvolvidas entre os muros da escola. O espaço dado à pesquisa de outros processos socializadores e de práticas educativas ainda é incipiente, mas significa “um caminho promissor de ampliação do campo de preocupações da Sociologia da Educação”.

No que se refere à prática educativa em si, Libâneo (1994, p.15) também salienta que “o processo de ensino – objeto de estudo da Didática – não pode ser

tratado como atividade restrita ao espaço da sala de aula.” Segundo o autor, o trabalho docente é apenas uma das práticas educativas e que há um conjunto de tarefas educativas que são exigidas do indivíduo para uma vida em sociedade. Elas estão inseridas em práticas sociais que acontecem em diversas instituições e atividades humanas como a família, a escola, o trabalho, igrejas e organizações políticas e sindicais, entre outras, que podem levar à menção de existência de um setor da pedagogia que atenda a cada uma delas. Para o autor, inclusive, é inconcebível a existência de uma sociedade sem prática educativa:

A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade (LIBÂNEO, 1994, p.17).

A prática educativa é vista, portanto, enquanto uma atividade humana necessária ao fundamento de todas as sociedades, um fenômeno social e universal responsável pela formação dos indivíduos, por auxiliar no desenvolvimento de capacidades e principalmente, visando uma participação ativa e transformadora. Somente através da ação educativa que o meio social poderia exercer influência sobre os indivíduos, influências estas que se manifestam a partir da transmissão e assimilação de um conjunto de conhecimentos adquiridos por gerações anteriores.

Em um sentido amplo, segundo o autor, a educação englobaria todas as formas de processos formativos ocorridos no meio social apresentados em uma variedade de locais e em um sentido estrito, ocorreria em instituições específicas, escolares ou não, mas que possuam finalidade explícita de instrução e ensino mediante ação consciente. No entanto, o autor se utiliza do termo educação intencional, com destaque para a educação escolar. Embora não descreva exatamente as ações educativas de caráter não-formal, o autor reconhece a importância das atividades realizadas fora do sistema escolar convencional desde que as mesmas possuam objetivos pedagógicos específicos, sistematização e procedimentos didáticos.

Há, não obstante, que se concordar com o referido autor quando o mesmo afirma que as finalidades e os meios de educação são socialmente determinados, em sua maioria, por exigências sociais, políticas e ideológicas por mais que se mude a instância onde ocorre esta prática, pois a estrutura social teria papel fundamental nesta determinação:

Com efeito a classe social dominante retém os meios de produção material como também os meios de produção cultural e da sua difusão, tendendo a colocá-la a serviço dos seus interesses.(LIBÂNEO, 1994, p. 20)

Trilla (2008) é outro pesquisador que aborda o tema e que admite que a demanda por novos tipos de Educação vem crescendo e deve-se principalmente às transformações ocorridas devido a diversos fatores como o aumento da demanda da educação em face da incorporação de setores sociais tradicionalmente excluídos, transformações no mundo do trabalho, ampliação do tempo livre e a crescente sensibilidade social para a necessidade de implementar ações educativas em determinados setores da população.

em decorrência de uma série de fatores sociais, econômicos, tecnológicos, etc...que por um lado, geram novas necessidades educacionais e, por outro, suscitam inéditas possibilidades pedagógicas não escolares que buscam satisfazer essas necessidades.(TRILLA, 2008, p. 19)

O autor vai além na delimitação dos campos específicos da educação e nos traz um histórico de definições que nos ajuda a entender e observar três campos da educação distintos (mas que muitas vezes se interpenetram): a educação formal, a informal e a não-formal. Para ele, a educação formal seria aquela oferecida pelas instituições escolares regulares e amparada por lei específica, ou seja, aquela que prevê a institucionalização de um sistema, com uma graduação cronológica e estruturada com base em uma hierarquia. Já a educação informal seria aquela que não é promovida por uma instituição em si, mas está vinculada a outras como a família, o trabalho, a vida como um todo que também consiste em um meio de educação pelo qual adquirimos conhecimento a partir de experiências diárias e da relação com o meio. A educação não-formal se diferenciaria da educação informal principalmente por ser promovida por variadas instituições (até mesmo pela escola) e pelo fato de possuir intencionalidade.

Assim sendo, a ação desenvolvida pelos Pontos de Cultura, ou seja, por organizações da sociedade civil em parceria com o Estado, pode ser entendida, a priori, como pertencente a este campo de estudo. Há outros fatores específicos que nos fazem aproximar este tipo de educação aqui identificado com a prática educativa realizada e que consiste em nosso objeto de estudo. Para isso, será necessário trazermos um breve histórico da utilização do termo no campo científico e suas principais definições.

2.1 A Educação Não-formal

A Educação não-formal, embora sempre tenha existido antes mesmo da educação formal, só ganhou popularidade nos estudos científicos a partir do livro “The World educational crisis” de 1968 de autoria de P.H. Coombs onde o autor enfatizava a necessidade de se desenvolver meios educacionais diferentes dos escolares. Na obra, contudo, todas as ações não escolares receberam o mesmo rótulo. Entretanto, Coombs se ateriam somente às atividades organizadas intencionalmente com o propósito de alcançar objetivos educacionais e de aprendizagem. (TRILLA, 2008, p. 32)

Com o desenvolvimento de sua pesquisa e de um olhar diferenciado diante dos mais variados meios educacionais, Coombs e seus colaboradores chegaram a essas três definições citadas anteriormente, onde a educação não-formal se referiria a “toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco do sistema oficial, para facilitar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como infantis” (COOMBS, 1985, p.27 apud TRILLA, 2008, p.33)

Para Trilla (2008), a educação não-formal não é uma metodologia em si, ela se utiliza de diversos mecanismos diferentes daqueles propostos pela escola com estruturas organizacionais mais flexíveis, embora possa também acontecer dentro dos espaços escolares. Para o autor, a educação não-formal pode acontecer em diversos âmbitos, como, por exemplo, na formação ligada ao trabalho, na educação social a partir de programas destinados a setores da sociedade em conflito social, dentro da própria escola e a que mais se aproxima do assunto abordado: aquelas com ênfase no lazer e na cultura.

Libâneo (1988, p.89) também admite a intencionalidade da educação não-formal, reconhece a relação pedagógica existente, mas afirma que há nesta prática um baixo grau de estruturação e sistematização. Segundo o autor, estas práticas acontecem:

tal é o caso dos movimentos sociais organizados na cidade e no campo, os trabalhos comunitários, atividades de animação sociocultural, os meios de comunicação social, os equipamentos urbanos, culturais e de lazer (museus, cinemas, praças, áreas de recreação) etc. Na escola são práticas não-formais as atividades extra-escolares que provêm conhecimentos complementares, em conexão com a educação formal (feiras, visitas, etc.)

Aliás, é através dessa relação com a educação formal que o autor expressa o termo interpenetração, que seria o entrecruzamento entre essas três modalidades. Já Trilla (2008), apresenta uma série de relações que podem ser estabelecidas entre a educação não-formal, formal e a informal: complementaridade, suplência, substituição, reforço e colaboração ou interferência e contradição.

Verifica-se, no Brasil, a existência de uma vastidão de pesquisas que se aprofundam nas ferramentas, conceitos e metodologias da educação formal, desde as concepções de ensino até as variáveis existentes de avaliação do aluno e de sua relação com o professor. Tratando-se de educação informal, a mesma se constitui em um campo rico, embora haja a ausência da necessidade de uma metodologia bem definida, já que a mesma não demanda intencionalidade e isso acaba por reduzir suas possibilidades enquanto pesquisa voltada para uma prática de ensino, visto que esta não é sua finalidade. No campo da educação não-formal, ainda pouco difundido na área da pesquisa embora a demanda seja imensa, a busca por definições científicas têm se tornado cada vez mais presente.

Neste sentido, a pesquisa sobre educação não-formal é um campo em constante expansão, porém Gohn (2010) afirma que há diversas lacunas ainda como: as funções e objetivos da educação não-formal, a sistematização das metodologias, instrumentos metodológicos de acompanhamento, avaliação, análise do trabalho realizado e dos egressos e com ênfase, a questão da metodologia e a formação do educador social.

Os autores aqui trazidos ao debate, não obstante, concordam a respeito da intencionalidade da ação educativa de caráter não-formal, no entanto, é sobre três destas lacunas que iremos nos debruçar no trecho a seguir: funções e objetivos da educação não-formal, a questão da metodologia e a formação do educador social.

2.1.1 Funções e objetivos da educação não-formal

No que se refere às funções e objetivos da educação não-formal, vamos estabelecer uma comparação entre as concepções iniciais de GOHN (2008) e as

orientações do programa CULTURA VIVA, que deu origem ao programa dos Pontos de Cultura e trazer argumentos que possam nos ajudar a preencher esta lacuna.

De acordo com recente publicação do IPEA: “Cultura Viva – As práticas de pontos e pontões”, que analisa a prática dos pontos de cultura no Brasil, as “práticas de educação são uma recorrência em todos os pontos pesquisados” e não há uma homogeneidade nas ações educativas, pois têm caráter pluralista e uma extensa heterogeneidade metodológica (IPEA, 2011, p.40). Com este levantamento, fica claro que grande parte das atividades dos pontos de cultura tem esse caráter educativo e uma diversidade abrangente que merece ser pesquisada.

Os Pontos de Cultura, enquanto ação desenvolvida por organizações não-governamentais a partir de convênio com o poder público, trabalham com as intencionalidades do Programa Cultura Viva, como podemos ver em leitura do artigo que deu sua origem. Referimo-nos ao primeiro artigo da portaria nº 156, onde fica explícito o objetivo de promover o acesso aos meios de difusão cultural, “assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004, s/p).

Este aspecto é, inclusive, ressaltado pelo artigo 2º da portaria que instituiu o programa CULTURA VIVA. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2004, s/p). Nele, há a afirmativa que essas ações educativas são parte da proposta: “- O Programa estimulará a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural.”

Aproximando-nos novamente do campo dos estudos da Cultura, Coelho (1997) nos apresenta o conceito de ação cultural como um conjunto de procedimentos que envolvem tanto recursos humanos quanto materiais no sentido de efetivar uma política cultural e para isso ela costuma recorrer a agentes culturais preparados e ser direcionada a um público determinado, estabelecendo a conexão entre este público e a obra de arte ou cultura. Para o autor, esta ação pode se voltar para as quatro principais fases/etapas do sistema de produção cultural: Produção, distribuição, troca e uso/consumo.

Na primeira etapa, a ação cultural busca concretizar medidas para a geração efetiva de obras de cultura e arte, ou seja, lidam diretamente com a produção e criação de bens culturais, desde a idealização até a finalização de um produto cultural. Na segunda etapa, a ação está atrelada à distribuição dos produtos culturais já finalizados para que os mesmos estejam inseridos em um sistema de

circulação de produtos. Já na terceira, a ação propõe-se a promover o acesso físico em todo ou em parte a um produto cultural, configurando-se em políticas que viabilizem o acesso físico mais facilmente por meio de aporte financeiro. Entretanto, é sobre a quarta e última etapa, Uso (ou consumo), que pretendemos nos ater e ela se refere à atividade que:

procura promover o pleno desfrute de uma determinada obra, o que envolve o entendimento de seus aspectos formais, de conteúdo, sociais e outros; para tanto, recorre à elaboração de catálogos, programas de apresentação de espetáculo ou filme, palestras, cursos, seminários, debates, etc. (COELHO, 1997, p.32).

É válido lembrar que Coelho (1997, p.32) traça, ainda, uma clara diferenciação entre esses os dois termos, revelando que a sua própria utilização está condicionada aos objetivos propostos pelo agente responsável pela ação cultural: a ação cultural de serviços e ação cultural propriamente dita. Enquanto a primeira volta suas atenções para a conquista de uma clientela (ou público) lançando mão de estratégias com objetivos de venda e consumo, a segunda descarta termos como clientela e público, ao demonstrar sua finalidade como fazer uma ponte entre as pessoas e uma obra de cultura ou arte para que estas possam retirar aquilo que “lhes permitirá participar do universo cultural como um todo e aproximarem-se umas das outras por meio de um objetivo em comum”.

Ainda nesta obra, o autor apresenta de forma mais contundente a real diferenciação entre os termos uso e consumo: “o uso cultural, deixa no indivíduo uma marca, um resto enquanto o consumo cultural caracteriza-se pela mera exposição passageira [ao] produto cultural sem que sobre, deste ato, nenhum resíduo na pessoa” (COELHO, 1997, p.35).

Segundo Chauí (2006, p.136), o que se entende por uso cultural seria, de fato, uma das funções do Estado ao garantir a cultura como direito do cidadão: “assegurar o direito de acesso às obras culturais produzidas, direito de fruí-las, direito de criar as obras, produzi-las e o direito de participar de decisões sobre as políticas culturais”.

Quando lemos apropriação dos códigos e linguagens artísticas, podemos também concluir a existência de processo educativo, já que para nos apropriarmos de determinados códigos precisamos entendê-los.

A educação não-formal pode desenvolver uma série de processos, que vão além da apropriação de códigos de uma determinada linguagem ou manifestação cultural:

[a] consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção (s) de mundo e sobre o mundo; a contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; formar o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacitá-lo para entrar no mercado de trabalho); quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de auto-ajuda denominam, simplificada, como a auto-estima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para de ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais etc.); os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca. (GOHN, 2006¹⁵)

Ainda que Trilla (2008) afirme que as atividades categorizadas em suas obras são merecedoras de pesquisas mais aprofundadas para a reflexão de sua gênese e conceitos, as atividades educativas dentro do âmbito do lazer e da Cultura se enquadrariam em um determinado escopo onde:

o tempo livre e o desejo de acesso e usufruto da cultura num sentido nem acadêmico nem utilitarista geraram também uma importante oferta educacional não-formal, que já contempla pessoas de todas as idades, desde a infância mais precoce até a terceira idade. Pedagogia do lazer ou educação em tempo livre, animação sociocultural etc... são denominações já consolidadas no discurso educacional contemporâneo que por sua vez designam um amplo leque de instituições e atividades. (TRILLA, 2008, p. 43)

A princípio, por tratar-se de ações educativas decorrentes dos pontos de Cultura, inseridas no âmbito do Programa Cultura Viva, poderíamos facilmente nos ater a uma categorização simples, como se estas ações educativas atuassem apenas no âmbito do lazer e da cultura, excluindo os demais.

Como vimos, os Pontos de Cultura podem trabalhar com diversas formas de ação, desde a produção tão somente de obras de arte ou cultura quanto às atividades de formação na área da cultura. Neste sentido, estamos levando em consideração as atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura que lidam com o entendimento dos aspectos formais das linguagens artístico-culturais promovidas pela organização responsável. Logo, podemos concluir que se a ação cultural a ser analisada prevê a participação de agentes culturais determinados estabelecendo

¹⁵ Sem indicação de página, por tratar-se de um documento eletrônico.

uma conexão entre o conteúdo a um público específico, ela também é uma ação educativa, pois possuem conteúdos bem definidos: as técnicas de determinada linguagem, seus aspectos formais.

A ação cultural desenvolvida pelos Pontos de Cultura apresenta, portanto, características em comum ao campo da educação não-formal ao apresentar a intencionalidade de seguir os parâmetros definidos pelo Programa. Outrossim, para compreender melhor as suas funções e objetivos precisamos enxergar outro ponto importante que é a política da organização conveniente e sua relação com a concedente.

No que tange a este segundo ponto, há que se questionar em relação à função da própria organização responsável pelo projeto com o conceito de participação da sociedade civil na esfera pública. Para facilitar este questionamento, trouxemos Teixeira (2012) que definiu basicamente três formas de encontros destas instituições, tendo como base seus projetos, com o Estado: “Encontro pressão”; “Encontro Prestação de Serviço” e “Encontro Participativo.”

Há, em um primeiro momento no programa Ponto de Cultura, entre a ONG conveniente e a instituição concedente, uma clara relação de prestação de serviço já que notamos um contrato formal e uma relação de prestação de contas sendo executada. Neste sentido, esta afirmativa, a princípio, poderia ser corroborada já que os Pontos de Cultura são um convênio entre o setor público e a sociedade civil para a implementação de uma política cultural. Há um subsídio financeiro para o projeto, e há que se esclarecer isso já que não é um subsídio para a instituição, é um subsídio ao projeto a fim de proporcionar atividades a uma dada população. Se de um lado há o aumento da participação da sociedade neste processo com aumento do número de pessoas com acesso aos meios culturais assim como o programa previa, por outro se questiona a respeito de outra concepção de participação da sociedade civil na esfera pública: instrumentalizar o Estado para novas medidas do setor público.

Essa análise chega aqui a um ponto interessante já que as ONGs que poderiam ser caracterizadas com base na sua relação com o poder público apenas como um “encontro prestação de serviço”, por adquirirem maior organização e notoriedade têm apontado novas demandas e novas necessidades para a instrumentalização do Estado. Através de uma mobilização entre estes Pontos, articulada ou não com os Pontos de Cultura, outra variação do programa, houve a

criação de diversos encontros e espaços de discussão como os fóruns estaduais que atua representando as demandas das iniciativas de todo o Brasil, cobrando o Estado e “ao mesmo tempo, contribui com ele, abrindo canais de diálogo para avançar nas políticas públicas; com destaque para o Programa Cultura Viva, Mais Cultura e Sistema Nacional de Cultura”, segundo trecho extraído do site oficial do evento Teia Nacional 2010 – Tambores digitais realizado em Fortaleza/CE. Esta é a instância que organiza o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, evento realizado dentro das teias nacionais.

Podemos aventar, desse ponto de vista, a possibilidade de haver uma real intencionalidade cidadã neste programa, não só no que se refere à sua concepção, mas também aos seus impactos ao analisar as demandas surgidas de seus movimentos recentes dos últimos anos e a crescente aproximação às características citadas por Teixeira (2012) de um “encontro participativo”.

2.1.2 A questão da metodologia na educação não-formal

Abordaremos neste trecho, a importância do debate teórico a respeito de uma possível sistematização das atividades realizadas pelos Pontos de Cultura. Como vimos na parte anterior, há uma vastidão de pesquisas voltadas para as metodologias empregadas em atividades desenvolvidas dentro da esfera da educação formal. Em relação à Educação não-formal, há ainda uma incipiência de pesquisas específicas embora saibamos que a diversidade de ações neste sentido são muito heterogêneas entre si.

Na apreciação da questão metodológica é comum surgirem diversos questionamentos. Primeiramente, se seria justo considerar determinadas metodologias como corretas ou mais adequadas em detrimento de outras e ainda, sobretudo, diante de uma heterogeneidade de ações que são ricas e até mesmo, díspares existentes no nosso país, descobrir um modelo funcional e reaplicável. Em segundo, há um temor de que essa busca por uma sistematização dê início a uma “formalização” da educação não-formal, que a caracterize cada vez mais com

contornos de controle e de submissão a um modelo proposto no sentido de cima para baixo.

Se ao tratarmos de educação formal, já há uma responsabilidade muito grande de contemplar culturas muito diferentes, que considerem a vasta riqueza do nosso país, como seria justo aplicar o mesmo modelo de comparação a iniciativas da Educação não-formal, visto que nesta não há algum mecanismo de controle ou de hierarquização como naquela. Ainda que, neste caso, haja normas promulgadas em um decreto, com as determinações previstas para todo o programa Cultura Viva, do qual os pontos de cultura fazem parte, não há nenhum órgão que controle a metodologia desenvolvida pelas instituições contempladas com este convênio. Percebemos uma autonomia destas instituições em ditar como e onde estas atividades iriam acontecer bem como a escolha dos profissionais, os educadores sociais, que irão atuar nesta atividade. Podemos supor, entretanto, que se aprovadas pelo edital, passaram pelo crivo técnico do órgão responsável por esta seleção e devem apresentar o mínimo de coerência com sua proposta. De qualquer maneira, não há nenhuma forma de intervenção, por parte do poder público, sobre os modos de fazer destes pontos de cultura.

Diante das lacunas ainda existentes nos estudos da educação não-formal, optamos por trazer à luz da pesquisa conceitos geralmente atribuídos à educação formal, mas que podem ser utilizados aqui como mecanismo para facilitar a compreensão das atividades culturais se encaradas como atividades com fins educativos.

Antes de promover esta aproximação, precisamos entender o que significam conceitos básicos da educação para os principais pesquisadores da área, como didática, metodologia e tudo que provoca a reflexão para uma filosofia da educação. Luckesi (2011) em “Filosofia da Educação” fala de duas formas de cultura: a cultura do cotidiano e a cultura elaborada. A primeira se referiria aquela do dia-a-dia e a elaborada sendo aquela adquirida na escola. Diante deste binômio, onde se encaixaria a Educação não-formal? Seria uma ruptura ou uma resignificação da cultura do cotidiano para uma cultura elaborada, um diálogo mais aproximado entre estas formas?

Dentre outras definições, o autor busca apresentar uma distinção entre os conceitos de metodologia e procedimentos de ensino, o que irá nos facilitar para uma compreensão maior na abordagem da pesquisa em momento posterior. Antes

de tudo, é válido destacar a proposta do autor de que “os conteúdos escolares não estão desvinculados de uma perspectiva teórica de abordagem e tratamento da realidade.” LUCKESI (2001, p.185) Ou seja, não podemos pensar em procedimentos de ensino e metodologia desarticulados de uma dada perspectiva teórico-filosófica. É necessário que se tenha claros a concepção de educação, a própria concepção de mundo e as orientações teórico-metodológicas que servirão como base para a execução da ação educativa. Desse modo, se elas não são meticulosamente pensadas, servirão necessariamente ao pensamento dominante, contrariando as expectativas de fornecer outra visão de mundo.

O uso indiscriminado do termo metodologia leva, por muitas vezes, à descrição de procedimentos de ensino, o que pode causar uma limitação nesta compreensão. No que se refere à metodologia de ensino, o autor define:

Genericamente, define-se método como o meio para se atingir um determinado fim. Essa definição nasce do próprio sentido etimológico do termo, cuja origem encontra-se em duas palavras gregas: meta (=para) + odos (=caminho). Método seria, então, “caminho para” se chegar a um determinado fim. (LUCKESI, 2001, p.187)

Diante do exposto, o autor distingue a compreensão de método sob duas perspectivas: teórico-metodológica e técnico-metodológica. No primeiro caso, significaria um modo de abordar a realidade, onde os conteúdos “não existem sem estarem “informados” por um método, por uma “visão” com a qual se trata a realidade.” Como formas de abordagem, podemos citar a reducionista ou dialética, por exemplo, ambas estando condicionadas a uma determinada visão teórica da realidade.

Em relação à segunda ótica, o método seria a “definição dos modos de se atingir resultados desejados, os objetivos definidos” LUCKESI (2001, p.191). Neste caso, formas de se organizar um grupo de pessoas para determinado fim são pensadas. Elas podem indicar perspectivas técnico-metodológicas ambivalentes, sejam elas de caráter democrático ou autoritário. E de que forma ela se dará, por meio expositivo, do exercício, da solução de problemas para que haja a apropriação do conhecimento por parte do indivíduo. No entanto, também precisamos informar que essas duas óticas, em algum momento se cruzam, pois “um modo operacional de agir e ou de fazer alguma coisa não existe em um vácuo teórico, mas sim articulado com uma “visão” de realidade” (LUCKESI, 2001, p.192).

Diante disto, os procedimentos de ensino seriam modos específicos de abordar os métodos escolhidos. Como exemplo, se o método eleito para determinada ação educativa é expositivo, há inúmeras técnicas para fazê-lo. Ainda assim, nunca deixam de ter um fim político abrangente, que seria a formação do cidadão. Todas essas questões quando analisadas podem contribuir na elucidação a respeito da concepção pedagógica que rege as ações educativas de caráter não-formal que iremos pesquisar.

Cada corrente pedagógica se utiliza de procedimentos de ensino que se articulam com suas finalidades. Não iremos entrar muito no mérito destas correntes, pois as mesmas se restringem mais às ações desenvolvidas especificamente dentro do campo da educação formal. Retomaremos esta análise no capítulo posterior, quando descrevermos as práticas dos pontos de cultura em questão e mediante o levantamento e a descrição de suas ações, poderemos articular com seus objetivos propostos.

Dentro deste cenário, o conceito de procedimentos de ensino se encaixaria mais como uma mediação entre as propostas pedagógica e metodológica. Para isso, o autor crê ser extremamente necessário que estes procedimentos tenham sido pensados e articulados com as mesmas. Aliás, é necessário, precisamos reafirmar, que se tenha uma proposta pedagógica clara, pois sem ela fica impossível definir os objetivos políticos e educacionais e nem mesmo a perspectiva metodológica de ação.

Estes procedimentos se refeririam, basicamente então, às técnicas utilizadas dentro da prática docente e que dependem dos objetivos bem articulados de modo que sejam intencionalmente pensados, já que servirão à construção destes mesmos objetivos. Em resumo, a prática da ação educativa não pode estar desconectada de sua intencionalidade e dentro do campo da educação não-formal, ela é requisito fundamental, ainda que suas características variem um pouco da proposta da organização responsável, por exemplo.

2.1.3 A formação do Educador Social

No que tange à execução da metodologia em si, as atividades que nos referimos são, portanto, as de caráter formativo onde há a identificação clara de um

agente educador, que faz a ponte entre a obra (e suas técnicas) a um público determinado e cuja definição se assemelha ao que Gohn (2010) chama de educador social.

Por mais que não haja uma centralização ou uniformização de metodologias, percebe-se neste processo a importância fundamental da figura do educador social, pois grande parte do sucesso ou insucesso da empreitada se deve às experiências adquiridas pelo mesmo e que vão repercutir diretamente na relação com os alunos de determinada atividade.

Para Manica et al. (2010, p.45), do ponto de vista da Pedagogia Social, o trabalho desenvolvido pelo educador social exigiria “um conhecimento que extrapola o conhecimento acadêmico, bem como um planejamento e uma metodologia que não adquiriu em sua vida acadêmica, a qual não tem uma receita única que poderá seguir”. Os autores salientam que não há como esse educador se eximir da utilização dos seus saberes, sobretudo aqueles obtidos através do contato com os menos favorecidos, pois esta seria uma das características principais de um profissional em um contexto de sociedade industrializada.

A participação dos educadores sociais, segundo Gohn (2004), é de extrema importância, pois contribuem para dinamizar e construir com qualidade um processo participativo. O educador social não seria apenas um animador cultural, mas exerceria um papel ativo e numa perspectiva da educação não-formal, não só ensinaria como também aprenderia no decorrer desse processo, captando sempre a cultura local e trabalhando na intenção da criação de uma cultura política.

O educador social, sendo o responsável direto pelas atividades educativas, imbuído dessa intencionalidade estaria atuando no sentido de criar ou incentivar a cultura política naquela dada comunidade. Essas ações educativas, assim, parecem relacionar o conceito de cultura política ao sucesso da consecução dos objetivos do Programa Cultura Viva.

Cultura política é um conceito amplo e, assim como o conceito de cultura, pode abranger múltiplos adjetivos e significados. No paradigma marxista, a cultura política dominante seria a da classe dominante. Dentro desta corrente, o termo ganhou destaque nas pesquisas de Gramsci. Embora tenha estado em caráter subentendido em pesquisas anteriores, o conceito só vem a ganhar importância acadêmica com Weber e a inserção de fatores subjetivos na análise da realidade

social através da observação de variáveis como valores, atitudes e sentimentos (GOHN, 2011).

Entre as décadas de 50 e 60, o conceito possui uma abordagem “clássica” a partir de *The civic culture*, de Almond e Verba, onde é visto sob uma perspectiva de consciência cívica em que: “o envolvimento e a participação dos indivíduos em assuntos da coletividade e o respeito às leis e às autoridades passaram a ser destacados como elementos de um modelo de cidadania” (GOHN, 2011, p.57).

A partir deste estudo, houve um aumento no número de pesquisas abordando o tema, o que deu origem ao modelo culturalista, baseado na apreciação de atitudes e valores. Neste período, a cultura política é vista como parte do contexto da ação política. Street relaciona, por exemplo, atitudes e valores políticos (nível dos comportamentos individuais) com o funcionamento do sistema político.

Seguindo os estudos de Almond e Powell na década de 80, estes apontam para o caráter de previsibilidade da Cultura Política quando classifica os indivíduos em dois sujeitos políticos, e assim, dois tipos principais de Cultura Política: a tradicional e a secularizada. As culturas políticas de uma determinada sociedade somente seriam mantidas ou modificadas com base no processo de socialização política, processo que se daria a partir de mecanismos atuantes na família, no sistema escolar, nos meios de comunicação e em grupos formais e informais.

Ao longo dos anos 70, esta teoria sofre crescentes críticas tanto da esquerda quanto da direita e outro aspecto substitui a psicologia na explicação das ações coletivas dos indivíduos e grupos: a Economia. A Cultura Política assume, a partir de 80, um modelo racionalista onde é destacada a importância de valores e atitudes.

Na contramão desta visão, na década de 90, novos avanços neste campo salientam a importância da subjetividade para a formação de uma nova Cultura Política:

a Cultura Política incluiria conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. (RENNÓ, 1998, p.71 apud GOHN, 2011)

Já a ciência política norte-americana dirige seus esforços para associar o termo aos graus da democracia em uma clara conexão com a estrutura política a partir de uma série de indicadores com base na dualidade de posição em relação às

atitudes políticas: confiança/desconfiança, liberdade/coerção, igualdade/hierarquia, interesses universais/parociais.

Kavanagh (1980) aponta quatro fatores que influenciam mudanças em uma dada cultura política: a configuração de uma população em um país, as mudanças ocorridas entre uma geração e a seguinte, alterações nos estilos de vida das pessoas oriundos das experiências e fases que vivenciam e as mudanças culturais geradas pelas transformações ocorridas na estrutura política e econômica do país.

Recentemente com a teoria neoculturalista da política onde novamente a ênfase se dá nos aspectos culturais, as referências e preferências aqui são entendidas sob outra ótica. Esta abordagem pode ajudar a entender a intencionalidade das ações educativas de caráter não-formal que são objeto de estudo da presente pesquisa, pois dentro desta nova concepção a educação ganha destaque já que os comportamentos humanos não são apenas herdados, mas também são aqueles aprendidos em ações sociais a que o indivíduo esteja envolvido no presente em relação à cultura que herdaram do passado.

Para Morfin (1994), citado por Gohn (2011), a questão da Cultura Política também estaria vinculada à educação onde aquela não é uma determinação passiva, mas uma força ativa moldada pelos direitos humanos e pelo desejo de busca de soluções. A apreensão do processo educativo estaria diretamente relacionada ao desenvolvimento da cultura política onde juntos, Educação e Cultura Política, teriam a finalidade de compreender e transformar a realidade.

Chauí (1986), também citada por Gohn (2011), havia proposto o alargamento do conceito de cultura para uma visão mais antropológica, e como vimos, foi a estratégia assumida pelo Estado a partir da chegada da esquerda ao poder. A Cultura Política deveria ser, com base nesse conceito, então, uma prática viva e atuante. Fruto desta última corrente, a concepção de Gohn (2004) é assim apresentada:

valores que os indivíduos e grupos desenvolvem em relação à polis e à área pública de uma forma geral; está presente nas estruturas mentais e nos comportamentos dos indivíduos e grupos sociais a expressar as representações e o imaginário simbólico-cultural incorporado pelos indivíduos ao longo da trajetória de suas experiências individuais e coletivas (GOHN, 2004, p.41).

No que diz respeito à criação de uma nova cultura política, ainda segundo Gohn (2004), é a partir da Constituição de 88 que há o surgimento de leis orgânicas

que regulamentam o direito constitucional à participação social por meio de conselhos ou estruturas colegiadas, visto que seu princípio geral é a Cidadania via a democracia participativa. Estas novas concepções agregadas às mudanças no setor público e à própria economia, acabaram criando um conceito diferenciado de comunidade onde este não estaria restrito apenas à sociedade civil, mas representaria um campo multifacetado onde todos os agentes se articulam através de programas.

Esse tem sido, por sinal, o sentido do programa Cultura Viva, já que articula o setor público e a sociedade civil, responsável pela execução do referido programa. Apresentamos anteriormente aqui, o que entendemos como sociedade civil, e isto vai ao encontro do que a autora apresenta, ou seja, como as ONG's, os movimentos sociais, as fundações empresariais, sindicatos, as instituições não estatais em geral localizadas territorialmente junto as experiências e as relações concretas dos indivíduos e dos grupos.

A finalidade das ações desenvolvidas pela sociedade civil, segundo a autora, não seria a de substituir o Estado, mas sim a de lutar para que este cumpra seus objetivos. E esta luta, pode se dar de diversas formas: desde o acompanhamento das políticas públicas, da contribuição para a formulação dessas políticas e na própria prestação de serviços para o Estado, como pudemos ver. A forma com que a organização responsável encara este “encontro” influenciará decisivamente na metodologia que optará por empregar nas atividades desenvolvidas dentro do projeto, ou seja, da ação educativa desenvolvida pela ONG.

No que se refere às lacunas mencionadas por Gohn (2010), a da metodologia em si, esta carece de sistematização, pois como podemos perceber não há nenhuma interferência no processo educativo da ação desenvolvida por esses espaços nem prevista por lei nem sendo profundamente debatida. Desse modo, as ações executadas pelos Pontos de Cultura assemelham-se, de fato, ao conceito já apresentado de atividade oriunda da educação não-formal, por ser flexível e não obedecer a uma estrutura hierárquica, embora tenha objetivos declaradamente educativos.

No entanto, o que podemos perceber baseados na nossa observação é, no que se refere à apropriação dos códigos e das linguagens artísticas, que ela não se dá apenas por meio da mera fruição cultural. Para que haja essa apropriação de fato, é realmente necessária a etapa da ação cultural que Coelho (1997) nos

apresenta e que afirmamos anteriormente que é a de Uso/Consumo. Conforme o autor já afirmara, como exemplos da ação cultural muito presentes dentro do universo dos pontos de cultura, e que aqui definimos como ação educativa de caráter não-formal, podemos citar as oficinas, como essas ações costumam ser chamadas.

O termo “Oficina” segundo o Dicionário Brasileiro de Educação é:

Dependência do prédio escolar que, por suas instalações e equipamentos, se destina ao desenvolvimento de atividades de artes práticas, ou de conteúdos específicos de iniciação para o trabalho e de técnicas comerciais, agrícolas e/ou industriais integrantes da parte de preparação para o trabalho do currículo pleno, no ensino de 1º grau. (DUARTE, 1986, p.128)

O conceito apresentado, embora admita a existência de outro lugar para a práxis escolar, ou seja, de uma prática diferente da escola regular mostra-se, ainda, distante da prática atual de nossa abordagem já que é diferente do universo do qual estamos tratando que é a educação não-formal.

Mais próximo do que pudemos perceber na pesquisa, há o conceito de oficina pedagógica, assim descrito pela mesma publicação: “oficina destinada à educação e recuperação de excepcionais, mediante a associação de trabalho manual a outras formas de atividade. ”Obviamente, não pelo fato de englobar excepcionais, mas sim, por se apresentar como uma alternativa à educação regular e estar mais próximo ao que vimos em Educação Não-formal, atendendo ao âmbito do lazer e da Cultura (TRILLA, 2008)

As oficinas não costumam ter caráter de curso, pois não prevêm formação específica na área - o que a levaria a ser chamada de educação formal - mas geralmente trazem noções de determinada linguagem artística e seus processos de criação correspondentes. Ou seja, ensinam um modo de saber fazer a partir de determinada teoria e/ou prática se utilizando de uma metodologia nem sempre bem sistematizada ou sequer definida.

Como há uma heterogeneidade de ações e a ideia inicial do programa é de abranger a diversidade cultural existente em nosso país, o contrato realizado para a execução do convênio não prevê, de forma alguma, tanto a interferência do ponto de vista metodológico quanto do conteúdo, apenas o controle financeiro relacionado à prestação de contas. Na questão burocrática da execução do plano de trabalho proposto, segundo a minha própria experiência enquanto coordenador do projeto na

organização em que atuo, há apenas relatório descritivo das atividades com a comprovação de realização através de fotos e um relatório quantitativo através do envio de uma lista de participantes.

A pesquisa na área da educação não-formal agrega novas práticas oriundas de ações efetivas implantadas por políticas públicas. Nesse caso, essas políticas estão sendo possíveis graças a esta parceria com organizações da sociedade civil. E essa participação e reconhecimento do poder público refletem a prática exercida durante anos de atividades culturais com esse fim educativo.

Diante do exposto e da incipiência de pesquisas neste campo, fez-se necessário ainda um levantamento maior de dados referentes ao nosso território específico: a Baixada Fluminense.

3.1 A Baixada Fluminense

Não há consenso entre os pesquisadores para delimitar toda a região que conhecemos hoje por Baixada Fluminense. Recorrendo a uma definição preliminar que é consenso entre grande parte dos pesquisadores, a mais citada é a difundida por Geiger e Santos apud Barreto (2006)¹⁷ onde definem a região do ponto de vista da descrição geográfica:

como uma área de planícies baixas constantemente alagadas entre o litoral e a Serra do Mar, estendendo-se pelos municípios situados ao longo da Rodovia Presidente Dutra em uma extensão de aproximadamente 80km a partir da capital, Rio de Janeiro.

Diante da extensa territorialidade geográfica e das dúvidas pertinentes a esta questão, decidimos alinhar estes critérios com aqueles que costumam ser utilizados nos eventos realizados pelos próprios pontos de cultura como as Teias por exemplo, realizados pelos Pontos de Cultura, e com o próprio recorte feito pela Secretaria de Estado de Cultura que gerencia toda a rede de pontos de cultura do estado do Rio de Janeiro.

Assim sendo, optamos por apresentar um recorte para a pesquisa, no que se refere à região da Baixada Fluminense, contendo treze municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Estas cidades possuem diversas características em comum como: serem consideradas cidades periféricas à capital do estado do Rio de Janeiro, o fato de terem sofrido um descaso histórico, ocupando um lugar secundário na política estadual e o fator simbólico como o forte sentimento de reconhecimento e pertencimento a essa região.

¹⁷ Barreto (2006) cita diversas obras de pesquisadores da região em que aparece a definição citada.

Figura 2 - Mapa da Baixada Fluminense reduzido



Fonte: SEDEBREM – Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense.¹⁸

A região delimitada concentra uma população de cerca de três milhões e setecentos mil habitantes¹⁹ em uma área extensa de aproximadamente dois mil e oitocentos²⁰ quilômetros quadrados e possui como núcleos cinco de seus municípios (Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis e Nova Iguaçu) compondo juntamente com os chamados municípios do Leste Fluminense (Niterói, São Gonçalo e Itaboraí) e a capital, a região metropolitana do Rio de Janeiro.

As cinco cidades tidas como núcleos surgiram dos processos de emancipação realizados a partir da década de 40 e as demais surgiram através de processos semelhantes a partir da década de 90. Seu processo de ocupação, segundo Barreto (2006), foi lento e gradual a partir do Século XVI quando a região encontrava-se como forte fornecedora e distribuidora de matérias-primas para a capital. Dentre estas, podemos citar como principais a cana de açúcar, o café e a carne. No entanto, é somente com a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II no século XIX que esta ocupação torna-se marcante por delimitar-se nas bordas da referida ferrovia e de suas estações.

¹⁸ O endereço eletrônico está disponível em: <http://www.bvambientebf.uerj.br/oficial.htm>

¹⁹ IBGE/2010.

²⁰ IBGE/2010

Ainda segundo Barreto (2006), há um segundo momento importante neste processo de ocupação que é a criação da Comissão de Saneamento da Baixada e do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, que impulsionaram inúmeras mudanças na região e atraíram uma nova leva populacional a partir da década de 40. É na década seguinte que se dá um crescimento de cerca de 100% na população da região com a chegada de migrantes de várias regiões do país e do estado, com forte concentração em nordestinos buscando suas próprias terras e instalações mais próximas dos seus locais de trabalho: a capital. Outras duas construções ocorridas neste período também contribuíram no processo de ocupação da região: a Avenida Brasil (1946) e a Rodovia Presidente Dutra (1951), o que repercutiu na explosão de loteamentos e o crescimento desordenado.

Crescimento este que gerou violência privada por parte dos empregados de grandes proprietários que acrescida ao abandono do poder público frente a estes loteamentos tornaram-se os fatores preponderantes para a construção de uma imagem negativa da região a partir das décadas posteriores, 70 e 80, com forte influência da violência e da criminalidade e a desqualificação dos seus moradores com uma imagem estigmatizante e generalizada. Problemas decorrentes desta desordenada ocupação ainda são, atualmente, parte do cenário para estes moradores e constituem graves problemas como a distribuição de energia elétrica, de água, de esgoto e coleta de lixo e até mesmo o calçamento das ruas.

Mas não são só os dados precários e o histórico de ocupação fatores comuns à construção deste ideário chamado Baixada Fluminense. Enne (2012) destaca o valor simbólico desta construção e utiliza-se do termo polifonia para traçar os detalhes dessa imagem e a entende como produto das construções discursivas que envolvem atores e agências, a atuação da mídia impressa, da televisão e do Estado e ainda da soma de projetos coletivos e individuais em disputa na região.

Alguns dados recentes ajudam-nos a entender os resquícios destes anos de descaso e a compreender sob quais circunstâncias essas ações culturais surgiram. Apesar de grande quantitativo populacional e por responder por quase 25% de toda a população do estado do Rio de Janeiro, é absurda a má distribuição dos equipamentos culturais. Ainda assim, o movimento cultural existente na Baixada Fluminense possui momentos importantes dentro do cenário atual.

Enne (2012) também destaca em suas outras pesquisas e a partir de sua vivência como repórter de um jornal impresso da região, o movimento de

efervescência cultural que a região sofreu principalmente a partir das décadas de 80 e 90 como objetivo de construir uma nova baixada diante daquela imagem anteriormente estigmatizada. Segundo a autora, proliferaram na região centros, casas e espaços de cultura, geralmente vinculados aos movimentos sociais que tinham uma atuação muito forte no campo da política. Neste período, ela destaca a Casa de Cultura da Baixada Fluminense em São João de Meriti como uma de suas expoentes, além de outras iniciativas. Com vistas a “instrumentalizar os sujeitos, via cultura, para a prática política, para a luta por melhorias de condições de vida”, a cultura se caracterizava por ser uma ação intermediária de um projeto maior.

A autora atenta que após um declínio e diminuição destas iniciativas na década de 90, as ONGs começam a aparecer neste contexto e a ação intermediária, ou seja, a instrumentalização dos sujeitos para a prática política, se torna mais subjetiva e a meta se configuraria em atingir individualmente estes sujeitos envolvidos. No entanto, há alguns fatores que segundo a mesma vão focar uma nova abordagem do conceito de cultura: um processo de autonomização das instituições em relação aos movimentos sociais e a conseguinte manutenção de seus projetos a partir de verbas de editais de fomento, governamentais ou privados, exigindo-os assim, o domínio dos códigos de acesso a estes mecanismos. Como exemplo significativo de editais de fomento na região que contribuíram para uma mudança igualmente significativa temos os Pontos de Cultura.

3.2 A implantação dos Pontos de Cultura na região

Com o avanço das políticas culturais como vimos na primeira parte, a ação do programa Cultura Viva acaba repercutindo na região. Neste sentido, o histórico de implantação do programa vem dialogando com o território da Baixada Fluminense a partir de três momentos de implantação. Estes três momentos são definidos e categorizados aqui com base em três diferentes tipos de convênio: o convênio federal, estadual e o municipal, que possibilitaram a descentralização do programa Pontos de Cultura, todos envolvendo o Ministério da Cultura. Para melhor entendimento, vamos depreender cada um deles.

3.2.1 Convênio Federal

A primeira chamada pública para contemplar os Pontos de Cultura foi realizada através de um edital a nível nacional com organizações da sociedade civil de todo o país, no ano de 2004, para firmar convênio com o Ministério da Cultura.

A seleção, realizada naquele ano, contemplou 604²¹ iniciativas de todo o Brasil que se tornaram aptas ao processo de conveniamento e hoje são chamadas também de “Ponto Direto”. Destas, na região, foram contempladas oito organizações: a Associação dos Amigos do América na Baixada (Mesquita), a Associação do Movimento de Compositores da Baixada Fluminense (São João de Meriti), a Casa do Menor São Miguel Arcanjo (Nova Iguaçu), a Casa da Cultura da Baixada – Centro de Formação Artística e Cultural da Baixada Fluminense (São João de Meriti), a Lira de Ouro (Duque de Caxias), a Associação Sócio Ambiental Planeta Água (Queimados), a Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária do Estado do Rio de Janeiro (Guapimirim) e o Centro de Integração Social Amigos de Nova Era – CISANE (Nova Iguaçu). Posteriormente foi contemplado também com o Pontão de Cultura, o Movimento Enraizados (Nova Iguaçu), através de fomento também direto do Ministério da Cultura.

Muitas destas iniciativas são justamente aquelas das quais Enne (2012) já apontava tanto como Casas de Cultura em expansão na Baixada Fluminense na década de 90 como as ONG's proeminentes na causa cultural na década seguinte. Percebemos estas sendo, através deste mecanismo, reconhecidas pelo poder público com este convênio.

Para Turino (2009), houve muitas dificuldades no processo de acompanhamento devido a diversos fatores como: ineditismo da proposta, falta de profissionais qualificados e questões burocráticas apresentadas pelo sistema público, muitas destas iniciativas não tiveram seu processo de prestação de contas aprovado e algumas delas não receberam o repasse proposto.

²¹ Dados obtidos através da listagem dos Pontos de Cultura disponível no site oficial do Ministério da Cultura. O endereço eletrônico é: <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2012/03/Relat%C3%B3rio-Cultura-Viva-em-N%C3%BAmeros-v-09-10-12.pdf>

3.2.2 Convênio Estadual

A partir da ideia de descentralização da gestão do programa, o governo federal propôs a interlocução com os governos estaduais através de convênios público-público para financiar Pontos de Cultura gerenciados pelos estados. Os convênios público-público consistiam na repartição dos valores destinados ao programa entre o Ministério da Cultura e o governo estadual local. Vinte e cinco estados mais o Distrito Federal aderiram à estratégia de avanço do programa. Através dos convênios estaduais tornou-se possível o conveniamento de 2.120 novos Pontos de Cultura e o governo do Rio de Janeiro foi um dos primeiros a aderir e a criar uma Gerência dos pontos de Cultura ligada à Secretaria de Estado de Cultura, órgão responsável por administrar as informações e os convênios realizados no âmbito estadual.

Nesse âmbito, o Estado do Rio de Janeiro através de edital público aberto pela Secretaria de Estado de Cultura, permitiu que duzentos e trinta pontos fossem contemplados para o fomento a essas ações em edital encerrado em Janeiro de 2009.

Segundo o site oficial do órgão, “foram inscritos 715 projetos de 84 municípios diferentes e, selecionados 230 de 73 municípios” e “91% dos municípios inscreveram algum projeto e 79% garantiram representante no rol de selecionados”. Destes contemplados pelo edital, cento e noventa e seis formalizaram convênio e ingressaram à rede:

Formada atualmente por 196 Pontos de Cultura, a Rede é uma ação da Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com o Ministério da Cultura, que fomenta a rica diversidade cultural do estado, ao proporcionar apoio financeiro e articulação institucional a iniciativas culturais bem-sucedidas da sociedade civil. (CULTURA. RJ, S/D)

A região da Baixada Fluminense possui vinte e oito iniciativas contempladas dentro dos chamados “Pontos da Rede Estadual”, segundo a mesma lista dos Pontos conveniados que consta no site oficial do Ministério. Estes pontos representariam cerca de 15% do total de selecionados para uma área que representa aproximadamente 25% da população do Estado. Os projetos e as organizações selecionadas estão a seguir.

Quadro 3 - Pontos de Cultura na Baixada Fluminense contemplados pelo edital estadual. (continua)

Nº	Nome do projeto	Instituição	Cidade
1	Arte com Visão	ONG Mundo Novo da Cultura Viva	Mesquita
2	Batucadas B.F.	Espaço Cultural Casa de Anyê	Nova Iguaçu
3	Beata de Iemanjá: Arte, Memória e Diversidade Cultural	Indec – Instituto de Desenvolvimento Cultural	Nova Iguaçu
4	Bloco Carnavalesco Maluco Sonhador	Associação de Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Paracambi – Associação Maluco Sonhador	Paracambi
5	Caminhos da Memória Histórica e Patrimonial da Cidade de São João de Meriti	IPAHB – Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense	São João de Meriti
6	Casa da Memória da Rede Fitovida na Baixada Fluminense	Associação Amigos da Rede Fitovida	Belford Roxo
7	CBTIJ em ação - Teatro para jovens	CBTIJ - Centro Brasileiro de Teatro para a Infância e a Juventude	São João de Meriti
8	Cidadania e Ação	Associação Cultural e Educacional Benizio Silva	Duque de Caxias
9	Comunicando Comcausa: Arte e Pensamento pelo Desenvolvimento Humano e Sócio-Cultural	ComCausa: Cultura de Direitos	Queimados, Nova Iguaçu e Mesquita
10	Cultura e Beleza Negra	Associação Cultural e Recreativa Afoxé Raízes Africanas	Belford Roxo
11	Diversão, Arte e Pensamento!	Sociedade Fraternidade	Duque de Caxias

Quadro 3 - Pontos de Cultura na Baixada Fluminense contemplados pelo edital estadual. (continuação)

12	Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu - Oficina Audiovisual	Avenida Brasil - Instituto de Criatividade Social	Nova Iguaçu
13	Espaço Cultural Código	Grupo Sócio-Cultural Código	Japeri
14	Grupo Zé Mussum de Cultura Popular	Associação Cultural Zé Mussum	Magé
15	Guapimirim em Foco: Identificação dos Valores Culturais Locais	Associação Cultural Nascente Pequena	Guapimirim
16	Obirim Odara	Ilê Omolum e Oxum	São João de Meriti
17	Oficina Escola Nossa Senhora do Teatro	Instituto Nossa Senhora do Teatro Para as Artes	Nova Iguaçu
18	Oku Abó – Vivência do Complexo Cultural Gege Nagô	Comunidade África Brasil	Rio de Janeiro e Nova Iguaçu
19	Ponto de Cultura Leitura Viva	Associação de Amigos da Biblioteca Comunitária Oscar Romero	Mesquita
20	Projeto Luar de Dança	Sociedade Cultural Projeto Luar	Duque de Caxias
21	Ponto de Cultura Rede Moinho	ASBAMTHO - Associação Sibo-Brasileira de Acupuntura, Moxabustão e Terapias Holísticas	Nova Iguaçu
22	Tecendo Ações no Presente - Construindo a Cidadania do Futuro	Associação Amigos do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias – ASAMIH	Duque de Caxias
23	Estações da Cultura	Jovens com uma missão	Duque de Caxias
24	Ponto de Cultura das Artesãs Marianas	Associação das Artesãs Marianas	Queimados
25	Lerua Ere	Centro Cultural Casa de Pedra	Duque de Caxias

Quadro 3 - Pontos de Cultura na Baixada Fluminense contemplados pelo edital estadual. (conclusão)

26	Trabalhando a identidade cultural brasileira – pluralidade e etnias: negro, branco e índio.	CIAFRO – Centro de Integração da Cultura Afro-brasileira	Nilópolis
27	Integração pela Arte e pela Cultura	SISMA – Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Magé	Magé
28	Mundo Jovem por uma cultura de paz	PROFEC – Programa de Formação de Educação Comunitária	Duque de Caxias

Fonte: RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. Site Oficial, 2013

No entanto, devido aos procedimentos burocráticos decorrentes do edital como o processo de conveniamento, assinatura de contratos, os projetos só começaram a ser executados, de fato, em 2010. Como previam três anos de atividades, a maior parte deles terminou no ano de 2012. Não obstante, devido a entraves no repasse das verbas, foi pensada a possibilidade de postergação desse prazo de execução por um tempo de aproximadamente doze meses.

3.2.3 Convênio Municipal

Como medida para avançar ainda mais no processo de descentralização da gestão do programa, o governo federal estimulou a adesão das prefeituras para a criação de editais municipais dos Pontos de Cultura. O convênio seria firmado entre o governo federal e a prefeitura local. Segundo o site oficial do Ministério da Cultura, cinquenta e seis municípios firmaram este convênio entre os anos de 2008 e 2014 e quinhentos e dezessete encontram-se já implementados ou em fase de implementação. No Estado do Rio de Janeiro, a capital foi uma das cidades que aderiram ao programa realizando um edital para a escolha dos Pontos de Cultura no ano de 2013.

Bem antes disso, a Prefeitura de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, já havia aderido ao programa em 2006²². Através de um edital público foram contempladas iniciativas da sociedade civil e que deveriam ter como prioridade a relação com outro programa local: O Escola Viva ou Bairro-Escola²³, como confirmou Egeu Laos, subsecretário de Cultura à época, em uma declaração ao site que realizava a cobertura das ações culturais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu:

Os Pontos de Cultura são um determinado tipo de convênio e os Pontinhos de Cultura de Nova Iguaçu são um convênio à parte, feitos diretamente com o Ministério da Cultura. Mas na verdade, no perfil, eles são Pontos de Cultura também, como todos os outros”. A diferença de “convênios”, trata-se da inclusão dos Pontinhos de NI no programa Bairro-Escola. Logo, o foco específico desses projetos estão nos alunos das escolas municipais, enquanto os Pontos são mais abrangentes.²⁴

Chamados de “Pontinhos de Cultura” por possuírem uma verba reduzida em relação à verba destinada aos pontos de cultura vinculados aos demais convênios, seu prazo de execução era menor e previa ações a serem executadas no período máximo de um ano. Entretanto, atualmente as ações executadas mediante o repasse de verba pública já não se encontram mais em andamento. Logo, inviabilizaria nosso olhar voltado para um contexto em que trazem fortes marcas da relação setor público-sociedade civil. Algumas das organizações contempladas ainda persistiram executando projetos culturais, após este período, mas tendo suas características modificadas graças à ausência da verba do programa.

Em um primeiro levantamento feito na cidade de Nova Iguaçu, de acordo com dados publicados na revista de apresentação do evento Teia Baixada 2010, foram encontradas dezesseis organizações contempladas pelo convênio municipal. Em outra fonte, um site de cobertura da própria rede, foi encontrado o número de 49

²² Segundo o site disponível em:

<http://www.portaldatransparencia.gov.br/convenios/consultam.asp?fcod=5869&fnome=NOVA+IGUA CU&festado=rj&forgao=42000&fconsulta=1>

²³ Segundo o site da Rede de Pontinhos de Cultura de Nova Iguaçu: “A ação Escola Viva tem como objetivo integrar os Pontos de Cultura à escola de modo a colaborar para a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura” e o Bairro-Escola seria “uma reorientação dos processos sócio-econômico-culturais da cidade, por meio de políticas públicas intersecretariais que giram em torno da educação, organizadas em três eixos principais, a Requalificação Urbana, o Ensino Integral e a Proteção da Vida e Defesa dos Direitos Humanos, com o objetivo de promover o desenvolvimento da cidade e das práticas da cidadania, através do estímulo a participação dos diversos setores da sociedade, visando que Nova Iguaçu se afirme como uma Cidade Educadora.

²⁴ O endereço disponível é: <http://culturani.blogspot.com.br/2010/04/nova-iguacu-na-teia.html>

pontinhos de responsabilidade de 28 entidades²⁵. No entanto, segundo a relação do próprio evento, foram descritos apenas os projetos abaixo:

Quadro 4 - Pontinhos de Cultura – Edital Municipal: Nova Iguaçu. (continua)

Nº	Nome do projeto	Instituição
1	Cultura Gospel / Foco Escolar / Por do Sol / Cultura viva nas Comunidades	MEDUCA – Instituto de Educação, Cultura e Ministério Educare
2	Escola de Musica Comunitária	AAMEM.COM – Associação dos Amigos da Escola de Música Comunitária de Comendador Soares
3	Formando músicos na escola / Faixas e cartazes / Música de Raiz	APLEM – Associação de Pastores e Lideres Evangélicos Mundiais
4	Fotografia na Baixada	FotoBaixada FotoClube
5	Linguagens livres / Pontes / Descobrimdo Nova Iguaçu / Viva leitura / Arrastão Cultural / Painel Cultural / Arte de Inovar / Cine Celular	Laboratório Cultural
6	Oficina Escola Nossa Senhora do Teatro	Instituto Nossa Senhora do Teatro Para as Artes
7	Projeto Amando e Preservando Tinguá	EMFRAS – Emaús Fraternidade e Solidariedade
8	Projeto Capoeira como ferramenta Educativa	CIAC – Centro de Integração Arte Capoeira
9	Projeto Capoterapaz	Federação de Capoeira Rio das Cobras
10	Projeto Concerto Didático Comunitário	Associação Cultural Bel'Art Rio

²⁵ De acordo com o fala de Egeu Laus, Secretário Adjunto à época em entrevista concedida ao site: <http://culturani.blogspot.com.br/2010/04/nova-iguacu-na-teia.html>

Quadro 4 - Pontinhos de Cultura – Edital Municipal: Nova Iguaçu. (continuação)

11	Projeto Cordel com a Corda Toda	Comunidade Assistencial Chico Mendes
12	Projeto F.A.M.A.	Associação Fábrica de Atores e Material Artístico
13	Projeto Nova Iguaçu, memórias de ontem, contadas e cantadas por gente de hoje	Centro Comunitário Pé-de-Moleque
14	Projeto Oficina de Moda	Conexão Modelos
15	Projeto Oficinas Livres de Movimento	CISIN – Centro de Integração Social Inzo la Nzambi
16	Projetos Arte Audiovisual de Literatura e Clave Teatral	Laboratório Cítrico – Núcleo de Arte e Criatividade

Fonte: Catálogo Teia Baixada (2010)

Na Baixada Fluminense foram encontradas, ao total, cerca de cinquenta iniciativas denominadas Pontos de Cultura distribuídas pelos treze municípios da região. Destas, vinte e oito são convênios com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e oito do Ponto Direto, com o Ministério da Cultura, as demais sendo fruto de convênio municipal.

Assim, os Pontos de Cultura contemplados pela rede estadual estão divididos por município em ordem decrescente: Duque de Caxias (8), Nova Iguaçu (8), São João de Meriti (5), Mesquita (3), Belford Roxo (2), Magé (2), Queimados (2), Guapimirim (2), Paracambi (1), Nilópolis (1) e Japeri (1). Há, ainda, dois projetos que são realizados em mais de um município da Baixada Fluminense. A divisão de pontos por município contempla proporcionalmente o número de habitantes, quando percebemos que os municípios mais povoados são aqueles que possuem o maior número de projetos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DADOS DA PESQUISA

Para efeito de uma análise mais apurada, iremos nos debruçar sobre os Pontos de Cultura cujos convênios ainda encontram-se sob o prazo de vigência ou mais próximo de seu término. Neste caso, aplicamos a pesquisa somente àqueles projetos que firmaram convênio com o governo do estado do Rio de Janeiro, visto que o convênio em nível federal (Ponto Direto) iniciado no ano de 2005 já foi encerrado. O convênio municipal (existente na região apenas no município de Nova Iguaçu) também já se encontra concluído há mais de dois anos e como o programa não teve continuidade na gestão seguinte, esta tarefa se tornaria ainda mais dificultada. Definimos isto também, pois esta proximidade temporal nos possibilitará um diagnóstico mais recente deste cenário e mais atual na sua discussão já que os Pontos de Cultura frutos do convênio estadual são os que formam maioria no total dos presentes no estado do Rio de Janeiro.

Em um primeiro levantamento foram obtidos dados junto à gerência dos pontos de cultura, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, contendo os contatos de 25 organizações que estariam, de fato, conveniadas com o estado²⁶. A partir daí, através de ligações telefônicas e de pesquisas realizadas nos sites oficiais dos projetos e das organizações, conseguimos informações a respeito da situação atual de cada convênio e principalmente, da existência de ações educativas, ou seja, lidando com linguagens artísticas e/ou manifestações culturais. Foram excluídas desta pesquisa ações educativas de caráter de reforço escolar, vinculadas a esportes, ou seja, sem uma linguagem artística ou manifestação cultural definida.

Através de contato telefônico conseguimos informações com onze destes pontos, acrescidas do Ponto de Cultura Espaço Cultural Código de Japeri que está sob minha coordenação e que, obviamente por este motivo, não requeria contato. Nestes contatos prévios, havia três perguntas principais, sendo a primeira sobre a real situação do projeto em relação ao convênio com a SEC/RJ, para definirmos como estaria esse panorama de realização; a segunda se a pessoa responsável identificaria alguma ação educativa que seu projeto realizaria e a terceira qual seria esta ação. A intenção, aqui, era de que o pesquisador não emitisse opinião sobre

²⁶ Diferentemente da tabela anterior que demonstrava as iniciativas contempladas.

quais ações seriam educativas ou não, optando por buscar a percepção do próprio gestor/responsável pelo projeto a respeito destas ações.

Diante da dificuldade de encontrar através dos números telefônicos obtidos treze dos vinte e cinco pontos presentes na lista cedida pelo órgão responsável pelo convênio, tivemos que buscar as informações na internet, principalmente, no que se referia a segunda e terceira perguntas. Aqui, sem a possibilidade de opinião da organização, tivemos que identificar como ação educativa o que já vínhamos depreendendo na parte teórica, ou seja, as oficinas de formação ligadas à determinada linguagem artística ou manifestação cultural. Com base nesses dados obtidos através tanto de contatos pelo telefone e de sites oficiais na internet, conseguimos chegar a uma prévia importante dos dados apresentados pela pesquisa.

Em um segundo momento, a partir do final de 2013, foi elaborado um formulário com vistas a traçar um panorama geral das atividades realizadas por estes pontos de cultura com base nos objetivos da pesquisa anteriormente apresentados. Desta forma, enviamos aos gestores responsáveis pelos vinte e três Pontos de Cultura encontrados um formulário por meio de um link em um site da internet. A partir daí, demos início à análise com base nos dados colhidos.

4.1 O Formulário

O formulário (Anexo 1) elaborado visava atender às demandas apresentadas nos objetivos geral e específicos da pesquisa e a intenção era fazer, com isso, um mapeamento destes Pontos de Cultura, sobretudo os Pontos de Rede (Convênio Estadual) e levantar perguntas que os fizessem refletir a respeito de suas práticas. Para chegarmos à versão final do instrumento, realizamos, em um primeiro momento, uma entrevista-teste aberta com um responsável por um dos Pontos de Cultura da região e, posteriormente, a adequação das perguntas aos objetivos propostos. Além disso, utilizamos outros formulários como modelo, principalmente no que se referia às informações básicas da organização e do projeto.

O formulário consistia em trinta e cinco campos para preenchimento de informações dentre as quais a maioria era referente às questões abertas. Assim, trinta eram abertas (dentre o preenchimento dos campos de informação) e apenas cinco permitiam a escolha de uma resposta a partir de uma lista pré-determinada de opções. Esta lista pré-determinada de opções foi inserida em perguntas específicas com a finalidade de facilitar na categorização das respostas. Optamos pela maioria de perguntas livres para que não houvesse influência das respostas, principalmente naquelas em que o entrevistado deveria versar sobre sua prática. Dessa forma, pretendíamos colher maior riqueza e variedade de informações dos Pontos de Cultura participantes.

O formulário era endereçado ao coordenador das atividades desenvolvidas pelo Ponto de Cultura em questão, que em nosso entendimento, possuiria uma visão mais abrangente de todo o projeto justamente pelo fato de coordená-lo e que, possivelmente, teria envolvimento com a sua concepção e metodologia.

No primeiro segmento, o formulário trazia as principais informações a respeito da instituição como: nome, dados de sua localização, número no cadastro nacional de pessoas jurídicas, número de telefone, e-mail para contato, ano e motivo de sua criação, objetivos, missão, âmbito de atuação, faixa orçamentária em que trabalha, parceiros e sobre outros projetos. Neste segmento constavam ainda informações básicas do projeto em questão: nome, período do convênio, o número de pessoas envolvidas na ação e suas formas de participação nos encontros promovidos pelos Pontos de Cultura.

Em um segundo segmento, concentraram-se as perguntas específicas sobre as atividades consideradas como educativas que perpassavam assuntos como: a participação e influência junto ao governo local na construção de políticas culturais locais, a descrição do público-alvo destas atividades, as concepções de cultura que as permeavam, quais linguagens artísticas ou manifestações culturais que são realizadas dentro do projeto e seus objetivos, e principalmente sobre a figura de um mediador destas atividades educativas. E por fim, no que tais atividades teriam contribuído, de fato, para a vida dos seus participantes.

4.2 O processo de aplicação

O formulário foi concluído em Janeiro de 2014 e seu envio aos responsáveis pelos Pontos de Cultura da Baixada Fluminense deu-se logo em seguida com base nos dados obtidos junto ao órgão gestor da rede na Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro: Gerência dos Pontos de Cultura durante sete meses seguidos. Neste processo, foram colhidos dez formulários preenchidos e duas entrevistas realizadas presencialmente, tendo por base o seu conteúdo.

No início da aplicação destes questionários, a principal dificuldade consistia em encontrar o contato do responsável pelo projeto específico do Ponto de Cultura. Notamos que em organizações que desenvolvem outros projetos com patrocínio de outros financiadores, a dificuldade era maior, pois quem atendia ao contato não era exatamente o responsável pela atividade que estávamos procurando. Em alguns casos, a organização (ONG ou OSCIP) responsável pelo projeto não tinha sede na Baixada Fluminense, apenas o projeto que executara. Aqui, a dificuldade era obter informações sobre a organização já que para isto carecia de contato com a instituição que não mantinha sede na região.

Outro fator que veio dificultar durante este processo era a diferença de etapas em que os Pontos de Cultura se encontravam em relação ao convênio com o órgão. Em alguns deles, como o convênio já havia se encerrado, a pessoa responsável havia se desligado da organização e seu contato se tornaria inviável.

Algumas organizações, talvez de menor porte, parecem sofrer com a alta concentração da responsabilidade dos projetos em uma mesma pessoa. Daí, foram constantes as alegações, por parte dos dirigentes destas organizações, de falta de tempo em responder ao formulário de pesquisa. Em outros casos, após contato telefônico confirmando participação na pesquisa, não houve efetivação da resposta enviada. Para estes casos, pensamos em uma alternativa em aplicar estes formulários por telefone ou em visita à organização conveniada. Esta última havia sido cogitada anteriormente, no entanto, se mostraria inviável diante da extensão do número de pontos que atenderiam aos critérios da pesquisa.

Das respostas que obtivemos, doze integraram nossa mostra para análise, referentes aos seguintes Pontos de Cultura: Cultura e Beleza Negra e Ponto de Cultura Casa de Memória da Rede Fitovida de Belford Roxo; Espaço Cultural Código

de Japeri; Leitura Viva de Mesquita; Obirim Odara, CBTIJ em ação – Teatro para jovens e Caminhos da Memória histórica e patrimonial da cidade de São João de Meriti; Comunicando Com Causa, Mãe Beata de Yemanjá e Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu, Grupo Zé Mussum de Cultura Popular de Magé e Guapimirim em Foco- Identificação dos Valores Culturais Locais: A História e a Cultura de Guapimirim, no Olhar de seu Povo.

É importante salientar que, nesta fase, embora seja sabido o envolvimento entre o presente pesquisador e um dos Pontos de Cultura investigados, não houve qualquer interferência, por sua parte, no momento das respostas. O formulário foi enviado ao Produtor Executivo do projeto e respondido com auxílio de outros integrantes da organização. Não foram questionadas, vetadas ou sequer debatidas previamente pelo pesquisador estas questões, o que garantiria uma visão mais imparcial e uma possibilidade de análise sobre a própria prática do projeto que coordenava.

Para efeito de análise, vamos nos ater à descrição dos seguintes aspectos que surgiram obedecendo aos objetivos específicos: a natureza das organizações responsáveis pelos Pontos de Cultura, a descrição das ações desenvolvidas, e a cultura política desenvolvida pelas mesmas.

4.3 Da natureza das organizações

Neste trecho do formulário, buscamos extrair das respostas enviadas o máximo de informações referentes à natureza das organizações participantes da pesquisa, pois compreendemos que se torna imprescindível ao ato de análise das ações educativas, o conhecimento da origem destas entidades, da forma como se organizam e seus principais objetivos e motivações. Parte das informações encontradas também teve que ser colhida através de sites oficiais na internet que, por ventura, traziam um complemento àquelas obtidas através dos formulários e das entrevistas.

Três das doze organizações pesquisadas possuíam seu Ponto de Cultura com temática claramente destinada à preservação da cultura afrobrasileira, ou como se

autointitularam, de matrizes africanas: Ponto de Cultura Beleza Negra, Ponto de Cultura Obirim Odara e Ponto de Cultura Mãe Beata de Yemanjá.

O Ponto de Cultura Beleza Negra é de responsabilidade da Associação Cultural e Recreativa Afoxé Raízes Africanas que está localizada no bairro de Piam, periferia do município de Belford Roxo. A organização foi registrada legalmente em 2002, mas já vinha desenvolvendo atividades desde 1985, segundo o formulário respondido pela representante legal da organização.

Já o grupo Ilê Omolú e Oxum, responsável pelo projeto Obirim Odara de São João de Meriti, se autotitula como comunidade-terreiro, e segundo seu blog oficial²⁷:

[...] foi fundado pela Iyalorixá Meninazinha de Oxum [em] 1968, inicialmente na Marambaia para no ano de 1972 transferir-se e instalar-se por definitivo no bairro de São Matheus, em São João de Meriti. Sensível às necessidades de seus filhos e filhas de santo, bem como a comunidade do entorno, no ano de 1988 o ilê Omolú e Oxum constituiu-se numa [organização da] sociedade civil com a finalidade de organizar um núcleo administrativo que possibilitasse a representação jurídica da comunidade-terreiro frente aos órgãos governamentais. Tal representação tem como intuito validar a implantação de projetos em prol do desenvolvimento social, cultural, econômico e político da região onde a comunidade-terreiro está instalada.

O Instituto de Desenvolvimento Cultural, INDEC, é o responsável pelo Ponto de Cultura “Mãe Beata de Yemanjá”. Nasceu no ano de 1992 da necessidade que os seus membros tinham de institucionalizar suas ações e tornarem-se protagonistas dos projetos, que antes eram executados por outras organizações, o que vinha a prejudicar sua autonomia. Seus membros sempre estiveram ligados às discussões políticas de gênero, raça e diversidade sexual e viram nesta, uma oportunidade de tornarem-se protagonistas, segundo o entrevistado desta organização (Entrevistado 1).

Duas organizações destacaram-se devido à presença de temática identificada como manifestação cultural, mas neste caso, da cultura popular. Vinda da ponta leste da região, da cidade de Magé, a Associação Cultural Zé Mussum, é assim definida através do site Mapa de Cultura²⁸ do Rio de Janeiro:

Fundado em 1988, o grupo Zé Mussum é Ponto de Cultura que oferece a cerca de 400 alunos aulas de capoeira, pintura, música, jongo, percussão e canto. Quem já aprendeu, entra para o espetáculo. Desde 1996, o Zé

²⁷ O endereço eletrônico do blog é: <http://ileomolueoxum.blogspot.com.br/p/nossa-historia.html>

²⁸ O endereço eletrônico é: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/ze-mussum>

Mussum produz o musical **Cantos Que Encantam, um Passeio pelo Brasil**, que inclui danças e músicas das tradições brasileiras.

A Associação Amigos da Rede Fitovida, sediada na cidade de Belford Roxo, trabalha na perspectiva da manutenção da cultura popular de um nicho muito específico que é a do patrimônio cultural, abrangendo tanto o patrimônio material quanto o imaterial, e sua interface com a natureza. Segundo seu próprio site oficial²⁹:

A Rede Fitovida é composta por grupos comunitários do Estado do Rio de Janeiro que compartilham princípios de solidariedade, apoio ao próximo, valorização da vida e respeito à natureza. Todos os grupos têm em comum a prática, a vivência, a boa relação com as plantas medicinais e outros elementos da natureza que compõem as práticas populares de saúde. Nossa missão é transmitir e registrar os conhecimentos tradicionais por meio dessas práticas. É propagar a voz das nossas avós lembrando das suas avós. As receitas de cura e cuidado, passadas de geração em geração, são um patrimônio imaterial, parte da cultura brasileira que deve e precisa ser preservada. A responsabilidade de cada participante dos grupos está em partilhar os conhecimentos, ajudando a perpetuar assim a cultura popular do uso das plantas medicinais - Patrimônio Cultural - e, conseqüentemente, a defender e preservar nosso Patrimônio Genético, para que todos tenhamos vida e a tenhamos em abundância.

Na área do patrimônio surgem também dois projetos: Os Caminhos da Memória Histórica da Cidade de São João de Meriti e o Guapimirim em Foco. O primeiro é de responsabilidade do Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense, o IPAHB, e trata-se de uma instituição voltada principalmente à pesquisa e que:

[foi] criado em 10 de abril de 1999, tendo como objetivo desenvolver e promover pesquisa de caráter científico, nas diversas áreas das Ciências Humanas, visando o saber histórico e atual da Baixada Fluminense. (Respondente 11)

O IPAHB é, inclusive, um verbete, definição na Enciclopédia Virtual Wikipédia³⁰, conhecida por ser construída com a ajuda do próprio leitor. Na definição disponível no site, foram encontradas outras informações:

O IPAHB (Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense) foi criado em 1997 com a participação de pesquisadores, historiadores, economistas, sociólogos, geógrafos, pedagogos e jornalistas, com o intuito de resgatar e perpetuar a memória histórica da região. Com diversos livros e vídeos publicados, o IPAHB se tornou um centro de referência e, hoje, oferece cursos de história da Baixada, além de cursos livres. Em sua sede, que fica na Rua Laide de Souza Belém, nº 8, em Nilópolis (esquina com Roberto Silveira e perto da Praça Paulo de Frontin) ainda oferece uma biblioteca especializada em história da Baixada e um pequeno museu.

²⁹ O endereço eletrônico do site oficial da Associação Amigos da Rede Fitovida é: <http://redefitovida.org.br/quemsomos.html>

³⁰ O endereço eletrônico é: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ipahb>

O projeto “Guapimirim em Foco - Identificação dos Valores Culturais Locais: A História e a Cultura de Guapimirim, no Olhar de seu Povo” é um projeto da Associação Cultural Nascente Pequena, localizada no centro desta cidade. Embora lide com questões concernentes ao patrimônio cultural da cidade, inclusive, das ervas tradicionais, segundo o site Mapa de Cultura³¹, a associação também oferece atividades voltadas às linguagens artísticas:

A Associação surgiu há 25 anos, quando mães e professoras de Guapimirim se juntaram para organizar atividades artísticas para os filhos e alunos. A Associação presta inúmeros serviços à comunidade guapiense. Dentre eles, destacam-se os projetos de coleta de óleo comestível para a produção de sabão e de sobras de tecido para a confecção de bolsas e sacolas. Cursos de yoga, artesanato, crochê e dança de salão são oferecidos na sede da Nascente Pequena, onde também está baseado o Ponto de Cultura Guapimirim em Foco.

Das organizações que trabalham especificamente com uma ou mais linguagens artísticas, dentre as doze, foram identificadas quatro: O Espaço Cultural Código, o Ponto de Cultura Leitura Viva, o CBTIJ em ação – Teatro para jovens e a Escola Livre de Cinema.

O Espaço Cultural Código é um Ponto de Cultura de responsabilidade do Grupo Sócio-Cultural Código localizado no bairro de Nova Belém, na cidade de Japeri. Segundo seu blog oficial³², o grupo:

é uma associação sem fins lucrativos formada no ano de 2005 por jovens artistas da Baixada Fluminense através do Projeto Tempo Livre, uma parceria do SESC Rio de Janeiro e o grupo Nós do Morro. Iniciada como uma Companhia de Artes Cênicas, o grupo tomou ares de organização sócio-cultural em janeiro de 2007, data em que se dá a sua fundação formal.

Já o Ponto de Cultura Leitura Viva é um projeto que acontece nas dependências da Biblioteca Comunitária Oscar Romero que fica localizada no bairro de Vila Emil na cidade de Mesquita. Segundo o site Mapa de Cultura³³:

A Biblioteca Comunitária Oscar Romero, que também é Ponto de Cultura, foi criada em 1985. Hoje tem um acervo de mais de 8 mil livros, entre didáticos, literatura infantil e enciclopédias. Os títulos foram obtidos através

³¹ O endereço eletrônico é: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/associacao-nascente-pequena>

³² O endereço eletrônico do blog oficial do Grupo Sócio-cultural Código é: <http://grupocodigo.blogspot.com.br/>

³³ O endereço eletrônico do índice Biblioteca Oscar Romero no site Mapa de cultura é <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/ponto-de-cultura-leitura-viva>

de doações, e conta com o apoio de voluntários na sua manutenção - consertos, pinturas, etc.

Segundo o site³⁴ da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, o espaço recebe atualmente outro nome:

A instituição foi criada em 1º de Abril de 1985, sendo considerado o primeiro aparelho cultural de Mesquita. Além de livros para a pesquisa e empréstimo, o CCOR (Centro Cultural Oscar Romero) realiza eventos abertos à comunidade: atividades para estimular o hábito e o prazer da leitura, cursos, oficinas, sessões de vídeo, shows de música, apresentações de teatro e debates sobre problemas sociais.

Já o “CBTIJ em ação – Teatro para Jovens” é um projeto do Centro Brasileiro de Teatro para a Infância e para a juventude (CBTIJ), uma organização sediada fora da região da Baixada Fluminense que surge como proponente deste projeto que foi desenvolvido na cidade de São João de Meriti. O CBTIJ é uma organização reconhecida no cenário artístico nacional e por sua definição³⁵:

foi criado, em dezembro de 1995, por profissionais da área de teatro para crianças. É uma entidade sem fins lucrativos que visa à união dos profissionais da área e à expansão de um teatro de qualidade que contribua para a formação da infância e da juventude brasileira. Entre os objetivos da entidade está o de promover ações para a divulgação, a difusão e o desenvolvimento do teatro, defendendo a profissionalização da classe. Além de propor políticas de acesso ao teatro, o CBTIJ tem também como objetivo ampliar os direitos culturais da criança e do adolescente e consolidar, perante instituições e governo, a igualdade no tratamento aos artistas que dedicam seu trabalho a este público em relação aos demais profissionais da área das artes cênicas.

A Escola Livre de Cinema é um dos projetos da OSCIP Avenida Brasil Instituto de Criatividade Social que foi criada em Agosto de 2004, também fora da região da Baixada Fluminense, por jovens da Zona Oeste e que não tem sede na Baixada, como afirmou nossa entrevistada:

[...] pelo que eu sei da história, foi um grupo de moradores dali da Zona Oeste: que era na época, o Faustini, Barnabé, Damascena, que trabalha com teatro até hoje, [...] da Cia do Invisível, a Cristiane Braz, [...] e a Valquíria, que chegou um pouco depois, mas está desde sempre. Eles se juntaram para pensar a cultura a partir do viés da periferia, mesmo assim. Inicialmente ali na região da zona oeste e aí fundaram a Escola Livre de Teatro porque todos eles começaram no teatro, todos eles são diretores ou

³⁴ O endereço eletrônico do site da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro é: <http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/centro-cultural-oscar-romero>

³⁵ O endereço eletrônico do site oficial do CBTIJ é: <http://www.cbtij.org.br/institucional/quemsomos.htm>

atores. [...] Pode-se dizer que sim [surgiu a partir da Escola Livre de Teatro].
Aí rolou os desdobramentos a partir disso. (Respondente 12)

Além deste, a Avenida Brasil possui outros projetos como a própria Escola Livre de Teatro e a Agência de Redes para a juventude, ambos fora da região da Baixada Fluminense.

Percebemos que alguns dos projetos citados se destacaram por trabalharem com uma forma de manifestação cultural, outros por lidarem com a temática de uma ou mais linguagens artísticas, compondo um campo amplo de atividades que dialoga com o conceito dito “antropológico” de Cultura presente na gestão que criou o programa (RUBIM, 2007). No entanto, diante desta divisão, encontramos uma ação educativa que foge a essa divisão clara, pois não aposta especificamente em uma linguagem artística e/ou manifestação cultural, mas na própria preocupação com a formação política, tendo por base objetivos que se assemelham à ideia de Cultura Política (GOHN, 2008).

Neste caso, estamos falando da ONG ComCausa, organização fundada em 2003 na cidade de Nova Iguaçu voltada para a criação de uma cultura de direitos, que segundo definição do perfil de sua página em uma rede social³⁶: “... é uma ONG que atua na defesa e a promoção de uma Cultura de Direitos Humanos.”

Mesmo oriundas de cidades distintas da região, as organizações responsáveis pelos projetos mencionados acima, em sua maioria, possuem características comuns, como por exemplo, o fato de terem sua fundação datada da última década (2000-2010), período em que houve aumento expressivo no número de ONG’s criadas e, que coincidentemente, estão próximas ao ano em que teve início o Programa Cultura Viva, em 2004.

Devido ao momento político em que o Brasil se encontrava e ao avanço das políticas culturais, podemos supor que diversos mecanismos como o edital em nível federal, a possibilidade de abertura dos convênios estaduais e a participação em outros editais que também proliferaram possam ter repercutido na criação de outras ONGs na área da cultura ou na própria formalização de movimentos e grupos anteriormente sem natureza jurídica.

Outra característica comum, sem dúvida, são as raízes históricas da região. As características marcadas pelo processo de ocupação na Baixada Fluminense foram, entretanto, extremamente propícias para o surgimento destas organizações.

³⁶ O endereço eletrônico é: <https://www.facebook.com/comcausa.culturadedireitos?ref=ts&fref=ts>

Recorrendo a Trilla (2008) percebemos que as ações de educação não-formal surgem em um contexto muito similar.

As respostas obtidas a partir dos formulários enviados aos representantes dos Pontos de Cultura reforçam a importância deste contexto para a criação da organização responsável pela execução do projeto. Na maioria das organizações, o motivo informado para sua fundação é apresentado como uma forma de suprir, mesmo que indiretamente, um papel que deveria ser desempenhado pelo Estado no que se refere ou à promoção do acesso à arte e à cultura ou à preservação de modos de ser/fazer dentro da cultura. Desse modo, percebemos que a motivação dessas organizações é trabalhada na perspectiva que se assemelha à concepção de cultura enquanto direito do cidadão (CHAUÍ, 2006).

Isto fica muito claro com trechos das falas de alguns responsáveis pelas organizações, como por exemplo, a de uma das responsáveis por um dos pontos de cultura que lida com matrizes africanas:

Apezar [sic] de muitos artistas na cidade havia um vazio na cultura africana. Assim, fundamos o bloco afro, o afoxé, reunimos o povo de santo e começamos a trabalhar onde nasceu o ponto de cultura. (Respondente 1)

Aqui percebemos que a organização responsável pelo Ponto de Cultura parece ter percebido a relação desigual existente entre a potência que a região apresentava, com a existência de artistas da cidade, e a realidade de políticas culturais ineficientes na região voltadas para a questão afrobrasileira. Diante disso, organizaram-se e começaram a promover e interferir no ambiente cultural da cidade.

Já na fala de outro representante, surge a questão do acesso como palavra-chave para o entendimento da motivação: “Observou-se a necessidade de oportunizar a comunidade o acesso à arte” (Respondente 2). Neste caso, a organização parece enxergar a necessidade da existência de um espaço que pudesse criar oportunidades para este acesso. Diante disso, podemos supor um cenário prévio caracterizado pela falta de acesso por parte da comunidade. Outra fala reforça esta característica da região: “suprir a falta de aparelhos culturais na região e lutar pela cidadania” (Respondente 3). Nestas falas, surgem outras palavras-chave que nos atentam para outros conceitos importantes e que dialogam com o conceito de cultura apresentado pelo programa Cultura Viva e pelo governo que o implementou.

Apesar também do aparecimento da palavra “falta” neste discurso, precisamos compreender e relativizá-lo, visto que há, todavia, aparelhos culturais³⁷ na região, tanto públicos quanto privados. No entanto, eles não parecem atender ao quantitativo populacional e aos interesses desta população. Essas falas são, de fato, bastante significativas para entendermos a natureza destas organizações e o contexto em que foram criadas. No que se refere à questão do acesso, a característica do contexto que sugere a necessidade de novas formas educacionais tem se dado principalmente pela ausência ou incipiência de equipamentos culturais voltados para a educação formal, já que são esparsos os cursos técnicos ou superiores em alguma linguagem artística nesta região. São mais recorrentes os cursos pagos oferecidos por empresas ou por outras organizações da sociedade civil. Em alguns casos, há até aqueles oferecidos de forma gratuita, mas em condições diferentes da educação formal. Neste caso, estas atividades podem ter sido substitutivas ao papel da educação formal e uma oportunidade de dar acesso a ela ou até mesmo permitir mais a frente uma inserção no mercado profissional.

Há, também, as organizações que surgiram fruto de lutas na área da cultura como uma organização que é fruto de um grupo de pesquisas e de produção de teatro e circo. Em outro caso, a luta da organização se dava em prol de direitos ambientais quando resolveram ampliar seu raio de ação:

Começamos como nome de Ambiental. No início o nosso intuito era somente lutar contra o crescimento da poluição causada pelas grandes fábricas de nossa localidade. Até que com o ocorrido da chacina da baixada começamos a enxergar que poderíamos ser úteis em muitas outras áreas e assim expandimos a nossa atuação. (Respondente 6)

As respostas obtidas através da pergunta sobre os objetivos das organizações nos levam a perceber uma vez mais a diversidade cultural com a qual estamos lidando neste território, pois estes são também os dos mais variados. Apesar de haver a predominância, dentre aquelas que responderam à pesquisa, de entidades

³⁷ Na bibliografia de Teixeira Coelho (1997) encontramos uma definição similar que é a de equipamento cultural: “Sob o aspecto da macrodinâmica cultural, por equipamento cultural entende-se tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filмотecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.). Numa dimensão mais restrita, equipamentos culturais são todos os aparelhos ou objetos que tornam operacional um espaço cultural (refletores, projetores, molduras, livros, pinturas, filmes, etc.)”. Neste sentido, entendemos que isto se refere mais à falta especificamente de edificações e de aparelhos do que, necessariamente, da existência dos grupos culturais.

que visam promover, fomentar o acesso à arte e à cultura dos moradores do seu bairro ou cidade, há aquelas que relatam objetivos diversos como a geração de renda e a conquista de direitos.

Ainda assim, a maioria absoluta das organizações cita, entre seus objetivos, de alguma forma, ações que evidenciam ao menos dois dos três aspectos relevantes da concepção de Cultura adotada pelo MinC que o atual governo desenvolveu para o programa Cultura Viva e que apresentamos anteriormente, dentro das dimensões simbólica, cidadã e econômica.

Podemos ressaltar tanto a importância da dimensão simbólica da cultura para estas organizações quando são apresentados objetivos como “fomentar o acesso à arte e à cultura através de oficinas gratuitas”(Respondente 2), “espaço de divulgação do artista local” (Respondente 3) e “inserção cultural” (Respondente 8). Já em relação à dimensão cidadã deste conceito, surgem algumas vezes palavras como “inclusão dos surdos” (Respondente 3), “capacitar pessoas para a geração de renda, cidadania e direitos humanos. Mostrar que uma casa de matriz africana tem comprometimento com a comunidade a seu entorno” (Respondente 4), “busca de garantia de direitos” (Respondente 6), “formar cidadãos politicamente participativos” (Respondente 5), e “trabalhamos a promoção de uma cultura de direitos” (Respondente 6).

“Inserir” e “incluir” são verbos que, de todo modo, ressaltam a perspectiva da dimensão cidadã, democratizante da cultura ainda mais se admitimos que esta seja um direito. Há particularidades, ainda, dentro dessa abordagem, que ampliam a concepção destes direitos como a “inclusão dos surdos através da cultura” e “articular grupos comunitários”. Atividades como estas permitem maior participação das organizações e se articuladas para mudanças em uma esfera maior, assumem o caráter estritamente político dessas ações.

Em menor ocorrência, surge o termo capacitação de pessoas para “geração de renda” o que nos faz traçar uma relação com o aspecto econômico do conceito de cultura. Dentro deste aspecto, há organizações que optam por considerar o seu próprio crescimento como objetivo principal. Neste caso, quando uma organização da sociedade civil expõe este pensamento nos remete a uma questão apresentada anteriormente que levanta a hipótese de as organizações atualmente estarem pensando apenas nas suas ações e na criação de uma identidade própria. Enne (2012) já tinha nos alertado para este fato ao identificar o declínio nos movimentos

sociais a partir da autonomização de determinadas organizações neste cenário da Baixada Fluminense.

A grande maioria possui seus objetivos dentro das dimensões simbólica e cidadã do conceito de cultura. Outra característica relevante que surge no conjunto destas respostas é a preocupação latente com a questão do caráter educativo da ação cultural. Em uma das organizações, a motivação para a criação da organização era a de articular os grupos comunitários ligados à entidade que lidavam com remédios caseiros fundamentados no uso de ervas medicinais e transmitir este conhecimento às novas gerações e valorizar os detentores desse conhecimento. De antemão, já percebemos a preocupação em transmitir um conteúdo, ou seja, a necessidade da existência de uma ação educativa para o repasse dessas informações. Fica evidente a intencionalidade da ação caracterizando esta como uma ação educativa de caráter não-formal (TRILLA, 2008).

Encontramos, também, termos recorrentes e semelhantes como “fomentar o acesso à arte [...] através de **oficinas** gratuitas” (Respondente 2), “transmissão de conhecimento” (Respondente 7) e “formar artistas” (Respondente 5), que reforçam a associação deste tipo de prática ao próprio conceito de educação não-formal e à etapa da produção cultural chamada de Uso (Coelho, 1997). Nesse sentido, as organizações, trabalhando ora com determinadas linguagens artísticas, ora com manifestações culturais, demonstram a necessidade que encontraram de criar mecanismos de “formação” ou de “transmissão de conhecimento” nas suas localidades. Isto também nos faz estabelecer uma relação com a questão da incipiência de aparelhos culturais, sobretudo de instituições formais de ensino, sobretudo ligadas à área das artes na região.

No que concerne à missão das organizações participantes da pesquisa, o conteúdo levantado não apresentou muitas diferenças em relação àquele levantado a partir dos objetivos já apresentados. Há, no geral, diversos exemplos de organizações que se destinam à valorização da cultura local, à movimentação e irradiação dos fazeres culturais, a formar multiplicadores e a divulgar a região nos cenários estadual e nacional.

Pelo fato de a amostra de doze organizações ser composta de amplas vertentes, podemos estabelecer um viés específico tanto naquelas que lidam com manifestações culturais quanto nas que lidam com alguma linguagem artística específica.

No primeiro caso, surgem como missão termos similares como “valorizar”, “fortalecer”, “preservar”, “divulgar” e “transmitir” aquela determinada forma de se fazer cultura. Estes exemplos aparecem nas organizações que lidam com as matrizes africanas e com a cultura popular. Em um caso específico, encontramos um traço híbrido em relação àquelas organizações que lidam com alguma linguagem artística. Isto se explica pela existência de um espetáculo que é um produto artístico derivado de um projeto que visa à manutenção da cultura popular.

No segundo caso, percebemos a preocupação com a expansão do fazer artístico a partir da leitura de termos recorrentes como: “irradiar”, “movimentar”, “potencializar” e também “divulgar”. Nestes exemplos, encontra-se uma questão forte que é a da identidade regional, a necessidade de afirmação da Baixada, enquanto local produtor de arte, no cenário estadual e até mesmo nacional.

Esta característica de identidade regional também é ressaltada quando perguntamos às organizações o seu âmbito geográfico de atuação. Embora parte das participantes da pesquisa, declare que seu principal raio de atuação é a sua própria cidade, outra parte significativa declara que é a região da Baixada Fluminense. Isto pode significar que as iniciativas da região ainda não se vêem com tanta visibilidade no cenário estadual e nacional e por isso, precisam propor atividades de inserção ou de promulgação da região.

Esta preocupação, aliás, tem sido exposta publicamente até pelos gestores públicos de cultura da região devido à própria distribuição desproporcional dos Pontos de Cultura conveniados em relação à população da Baixada Fluminense e em relação ao próprio número de conveniados no estado do Rio de Janeiro. Nos meses anteriores à coleta de dados destas pesquisas, tornou-se visível esta questão a partir de reuniões entre representantes do Fórum de Gestores de Cultura da Baixada Fluminense³⁸ com o Ministério da Cultura e declarações da Ministra responsável pela pasta que prevê o aumento do número de pontos de cultura na região.

No que diz respeito ao porte destas organizações, estas são, todavia, em sua maioria, pequenas e com baixo poder financeiro geralmente limitado ao valor de cem mil reais anuais, o que renderia menos de 10 mil por mês para custear suas atividades. Considerando que a injeção orçamentária do próprio Ponto de Cultura é

³⁸ O endereço eletrônico está disponível em:
<https://www.facebook.com/ForumDeGestoresPublicosDeCulturaDaBaixada>

de 60 mil reais por ano, a participação desta fonte de financiamento representaria, em média, 60% do total do orçamento da organização.

Apenas uma delas encontra-se em patamar superior a este valor. Aquelas que estão em valor inferior a trinta mil reais nos causaram espanto, pois se são fruto de um convênio do Ponto de Cultura que prevê a liberação de sessenta mil reais anuais, o valor apresentado deveria ser superior a isso. Acreditamos que isso possa ter relação com a fase em que estas organizações estariam passando, ou sem repasse naquele ano estimado ou com prorrogação do tempo do convênio, o que ocasiona uma divisão do valor de um ano para um tempo maior, o que justificaria o valor abaixo do teto destinado ao projeto.

No que tange ao tamanho da equipe envolvida, embora tenha havido, em alguns casos, um equívoco no entendimento da pergunta, ali claramente confundida com o número de beneficiários, há uma clara variação entre o número de três a vinte pessoas envolvidas diretamente com a iniciativa.

Este pequeno número de pessoas envolvidas diretamente somado ao orçamento anual baixo denota, no geral, a natureza pouco complexa do ponto de vista de sua organização interna. Ainda assim, a maior parte delas declara manter outros projetos além do Ponto de Cultura. Neste caso, com base apenas nesses dados coletados, não conseguimos verificar se o projeto em questão contribuiu para a existência destes outros projetos, mas também não podemos simplesmente atribuir ao mero acaso. É bem possível que os resultados oriundos do projeto Ponto de Cultura aliados ao reconhecimento da entidade pelo poder público na forma de convênio tenha auxiliado no processo de visibilidade de suas ações e na conquista de outros patrocínios e apoios.

Há, ainda, em boa parte destas organizações, outras fontes de financiamento para suas atividades, além de projetos, que vão desde a venda de produtos e serviços ao aluguel de espaços. Destes produtos, destacam-se aqueles originários das próprias atividades oriundas do projeto como espetáculos de teatro ou de cultura popular e os serviços ligados diretamente a determinadas linguagens artísticas. Poucas são as iniciativas que ficam restritas aos recursos advindos do Ponto de Cultura.

Na execução do projeto, as parcerias e apoios criados pela organização também demonstram características relevantes da sua natureza. Dentre as parcerias citadas por elas, surgem entidades tanto do setor público (como órgãos específicos da

Educação e Cultura no município, órgãos estaduais, escolas), do setor privado (entidades de fomento e do comércio local) e também outras organizações da sociedade civil (como associações de moradores e até mesmo outras entidades responsáveis por outros Pontos de Cultura).

No que diz respeito à inserção destas organizações no programa Cultura Viva e na rede dos Pontos de Cultura, o perfil que conseguimos traçar, dentro das organizações pesquisadas, é que todas declaram participar ou ter participado de alguma forma do processo de mobilização. Na maioria delas, a participação vai além das teias esporádicas e se estendem aos espaços mais freqüentes de discussão, que neste caso, é o Fórum dos Pontos de Cultura do Rio de Janeiro e aos espaços virtuais como comunidades nas redes sociais e grupos de e-mails. Há, no entanto, uma minoria que se caracteriza por participar somente durante as Teias regionais, estaduais e nacionais, local de instância também dos Fóruns.

Faz-se importante ressaltar que todas as iniciativas participantes da pesquisa tiveram seu convênio recentemente concluído ou ainda estavam em fase de funcionamento no momento das suas respostas.

De inspirações ímpares e origens bem diferentes ente si, as organizações responsáveis pelos Pontos de Cultura da Baixada Fluminense refletem um pouco da diversidade cultural existente na região provocada pelo intenso processo de ocupação de seu território (BARRETO, 2006). Esta diversidade está presente nas organizações que representam grupos tradicionais de preservação da cultura afro, da cultura popular, bem como grupos que oferecem cursos e oficinas ligadas à área das artes, como o teatro, a dança e a música. Todas estas características levantadas anteriormente nos ajudaram a compor o panorama bem representativo do que são as organizações responsáveis pelos Pontos de Cultura na Baixada Fluminense e do seu papel na sociedade civil, pois estas trazem objetivos de interesse público e valores (SCHERER-WARREN, 2006).

4.4 Práticas educativas

A partir da prévia coleta de dados realizada com os Pontos de Cultura, ainda sem considerar os formulários aplicados, deparamo-nos com um universo muito complexo já que os projetos realizados por estas organizações não estavam na mesma etapa de execução. Encontramos, assim, basicamente três principais grupos de organizações: o primeiro seria aquele composto pelos pontos de cultura que estavam desenvolvendo suas atividades regularmente, o segundo, composto por aqueles que aguardavam o repasse de alguma parcela para dar seguimento às ações e, que por isso, havia interrompido as atividades e um grupo menor composto por organizações que já haviam encerrado o projeto e estavam em processo de prestação de contas junto ao órgão concedente, neste caso, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

Houve, ainda, dois casos bastante peculiares em que os responsáveis pelas organizações conveniadas, cujos contatos partiram da lista com a qual o próprio órgão concedente faria sua fiscalização, afirmaram que nunca existiu um projeto com este nome ou até mesmo que tenham realizado algum convênio público. Destes, um deles afirmou que embora o nome da organização contemplada consistisse na lista, o convênio não teria se efetivado na prática até àquela data do contato. Trabalhamos, então, com um universo de vinte e três possíveis organizações a serem pesquisadas.

De forma geral, notamos um universo muito rico no que diz respeito à presença de diversidade de linguagens artísticas e de manifestações culturais nas ações desenvolvidas por estes pontos de cultura. Dada a riqueza deste universo, buscamos, para melhor compreensão, categorizar as ações com base nas linguagens artísticas e/ou manifestações culturais preponderantes naquele ponto de cultura, respeitando e agregando o número de ocorrência destas categorias dentro dos projetos realizados pelas organizações. Neste primeiro contato, as organizações foram acessadas por meio telefônico e quando este não era possível, a partir da busca pelos sites oficiais ou páginas nas redes sociais das organizações ou dos projetos especificadamente. Deste levantamento, surgiu o quadro a seguir:

Quadro 5 - Relação entre os Pontos de Cultura conveniados e a linguagem artística/manifestação cultural encontrada. (continua)

	Ponto de Cultura	Instituição	Município	Linguagem Artística / Manifestação Cultural
1	Batucadas B.F.	Espaço Cultural Casa de Anyê	Nova Iguaçu	Música (Percussão, Canto e Criação de instrumentos) e Dança
2	Oficina Escola Nossa Senhora do Teatro	Instituto Nossa Senhora do Teatro Para as Artes	Nova Iguaçu	Teatro
3	Comunicando Comcausa: Arte e Pensamento pelo Desenvolvimento Humano e Sócio-Cultural	ComCausa	Nova Iguaçu	Comunicação - Direitos Humanos
4	Oku Abó - Vivência do Complexo Cultural Gege Nagô	Comunidade África Brasil	Nova Iguaçu	Matrizes africanas
5	Beata de Iemanjá: Arte, Memória & Diversidade Cultural	Indec - Instituto de Desenvolvimento Cultural	Nova Iguaçu	Matrizes Africanas (Samba de roda, Afrocultura digital, arte do ferro) e Teatro
6	Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu - Oficina Audiovisual	Avenida Brasil - Instituto de Criatividade Social	Nova Iguaçu	Audiovisual

Quadro 5 - Relação entre os Pontos de Cultura conveniados e a linguagem artística/manifestação cultural encontrada. (continuação)

7	Arte com Visão	Associação Mundo Novo da Cultura Viva	Mesquita	Dança, Teatro e Artesanato
8	Ponto de Cultura Leitura Viva	Associação de Amigos da Biblioteca Comunitária Oscar Romero	Mesquita	Teatro (Contação de histórias) e Audiovisual
9	Casa da Memória da Rede Fitovida na Baixada Fluminense	Associação Amigos da Rede Fitovida	Belford Roxo	Cultura Popular (Ervas)
10	Cultura e Beleza Negra	Associação Cultural e Recreativa Afoxé Raízes Africanas	Belford Roxo	Matrizes Africanas, Música (Percussão), Dança (Hip Hop) e rodas de conversa
11	Caminhos da Memória Histórica e Patrimonial da Cidade de São João de Meriti	Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense	São João de Meriti	Patrimônio Material, Imaterial e Natural
12	CBTIJ EM AÇÃO - Teatro para Jovens	Centro Brasileiro de Teatro Para a Infância e Juventude	São João de Meriti	Teatro
13	Obirim Odara	Ile Omolu e Oxum	São João de Meriti	Matrizes Africanas (Cultura Afro, vestuário)
14	Ponto Cultura das Artesãs Marianas	Associação das Artesãs Marianas	Queimados	Artesanato
15	Bloco Carnavalesco Maluco Sonhador	Associação Maluco Sonhador	Paracambi	Música (Percussão)
16	Espaço Cultural Código	Grupo Sócio-Cultural Código	Japeri	Teatro, Desenho, Audiovisual, Música (Canto), Circo e Dança
17	Cidadania e Ação	Associação Cultural e Educacional Benizio Silva	Duque de Caxias	Dança
18	Estações da Cultura	Jovens com uma missão - Rio de	Duque de Caxias	Arte-educação, Dança (Dança

Quadro 5 - Relação entre os Pontos de Cultura conveniados e a linguagem artística/manifestação cultural encontrada. (conclusão)

		Janeiro		brasileira e balé), Música (aula de violão e percussão)
19	Mundo Jovem Por Uma Cultura de Paz	Profec - Programa de Formação de Educação Comunitária	Duque de Caxias	Audiovisual (Edição de vídeo), Artes Visuais (Fotografia)
20	Projeto Luar de Dança	Sociedade Cultural Projeto Luar	Duque de Caxias	Dança (Acrobacias e Expressão corporal)
21	Diversão, Arte E Pensamento!	ONG Sociedade Fraternidade	Duque de Caxias	Cultura Popular (Capoeira), Dança (Lambaeróbica e dança de salão), Artesanato e Teatro.
22	Lerua Ere	Centro Cultural Casa de Pedra	Duque de Caxias	Não firmou convênio
23	Grupo Zé Mussum de Cultura Popular	Associação Cultural Zé Mussum	Magé	Cultura Popular (Folclore Brasileiro, Danças folclóricas, Canto, instrumentos de corda, teoria/prática)
24	Integração Pela Arte e Pela Cultura	SISMA- Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Magé	Magé	Não houve projeto
25	Guapimirim em Foco: Identificação dos Valores Culturais Locais	Associação Cultural Nascente Pequena	Guapimirim	Eventos, Valorização dos talentos regionais

Fonte: O autor, 2014.

Constatamos que a maior parte destas organizações lida, contudo, com ações relacionadas a mais de uma linguagem artística ou manifestação cultural. As Artes Cênicas foi a categoria mais recorrente e representam maioria absoluta com um total estimado de dezesseis aparições, divididas acirradamente entre Dança e Teatro, sendo a primeira a que possui o maior número de aparições, oito ao total, em diversas modalidades, que variam do balé clássico à dança afro. O Teatro estava presente em sete destas iniciativas e as artes circenses em apenas uma.

Já a Música teve cinco aparições somadas as presenças de ações de canto, percussão, criação e aprendizado de instrumentos. Logo a seguir, aparecem as ações com base em manifestações culturais oriundas de matrizes africanas e a linguagem do audiovisual com quatro aparições cada. O Artesanato e a Cultura Popular, em suas mais variadas vertentes, estão presentes em três organizações e as Artes Visuais logo após com duas aparições. Com apenas uma aparição, surgem ações muito singulares que optamos por não agrupar a nenhuma outra categoria anteriormente citada como a Comunicação (Cultura de Direitos), Roda de Conversa, Patrimônio, Arte-educação e Eventos.

Quadro 6 - Quantidade total de Linguagens Artísticas e manifestações culturais.

Linguagem Artística /Manifestação Cultural	Quantidade
Dança	8
Teatro	7
Música	5
Matrizes Africanas	4
Audiovisual	4
Cultura Popular	3
Artesanato	3
Artes Visuais	2
Roda de Conversa	1
Patrimônio	1
Eventos	1
Comunicação	1
Circo	1
Arte-educação	1

Fonte: O autor, 2014.

De volta aos resultados obtidos através do formulário, é consenso entre todas as organizações responsáveis pelos Pontos de Cultura da Baixada Fluminense pesquisadas a existência de ações educativas em seus propósitos. Embora nenhuma delas tenha se utilizado especificadamente do termo “não-formal” para descrever tal atividade, o entendimento de ação educativa aparece em todos os

casos pesquisados e, na maioria das vezes, refere-se à quase que totalidade das atividades desenvolvidas e isto aponta para o caráter de aprendizado existente dentro do conceito de cultura (LARAIA, 2009).

Diante da diversidade de formatos e de denominações das ações tidas como educativas encontradas no universo da pesquisa, concentramos esforços no intento de criar categorias de classificação para nos auxiliar na compreensão dos tipos de aprendizagens e saberes e, assim, conseguimos fixar alguns deles em dois grandes grupos. O primeiro, que aparece com maior frequência, é o que estamos chamando de **oficinas**, que inclui também denominações similares como cursos, aulas e, no geral, oficinas livres de alguma linguagem artística e/ou prática cultural. No que diz respeito às oficinas, encontramos aulas destinadas ao aprendizado de desenho, teatro, circo, dança, canto, violão, audiovisual, leitura e contação de histórias, aulas de formação técnica, oficinas de capacitação conceituais e tecnológicas, oficinas de videodança, por exemplo.

O segundo grupo, menor em quantidade, chamamos de **atividades socioculturais**. Aqui colocamos outros formatos de ações tidas como educativas que surgiram nas respostas como as mostras culturais, palestras, seminários, aulas de formação política, debates, feiras, exibição de vídeos, apresentação de espetáculos e etc.

Após levantarmos as informações a respeito das organizações responsáveis pelos doze Pontos de Cultura da Baixada Fluminense participantes da etapa dos formulários, nosso objetivo aqui é elucidar a segunda questão da pesquisa: Quais ações são desenvolvidas por estes Pontos de Cultura e que tipo de aprendizagens e saberes estas ações possibilitam?

Dentre estas, precisamos destacar algumas que se mostram bastante peculiares neste cenário e que possuem a característica em comum de surgirem de pontos de cultura que lidam com a manifestação cultural tida como matrizes africanas. Uma delas, segundo a responsável pelo projeto, pode ser considerada uma ação educativa: "... porque ela traz pergunta e resposta. Fala a experiência dos nossos idosos" e que, a princípio, não parece possuir objetivos pré-determinados, pois "a forma que vamos fazendo vamos determinando" (Respondente 1). Já em outro Ponto de Cultura, aparece a atividade chamada Samba de roda, onde também é considerada ação educativa por seu gestor, "pois a partir das letras de samba de

roda a gente discute história, gênero, política, sexualidade. A gente trabalha em um conceito bem antropológico do samba de roda, trabalha valores.” (Entrevistado 1)

Estas duas ações educativas apresentam, a princípio, características similares àquelas de caráter informal, mas que por serem institucionalizadas e propostas por um projeto, tornam-se na verdade, uma ação educativa de caráter não-formal que simula uma ação informal ocorrida nas comunidades terreiro.

A partir das ações educativas citadas pelos entrevistados, podemos estabelecer diversas relações com que Trilla (2008) já apontara em relação às definições de educação não-formal. Neste sentido, colabora novamente com essa discussão trazendo-nos o esclarecimento de que a educação não-formal pode atuar em diversos âmbitos, dentre os quais podemos citar: o âmbito da formação ligada ao trabalho, o âmbito do lazer e da cultura, o âmbito da educação social e o âmbito da própria escola.

Esta abordagem está, de fato, evidenciada na fala dos próprios entrevistados onde percebemos, na descrição dos objetivos das atividades tidas como educativas, uma preocupação que “tem o intuito de despertar e conscientizar o nosso papel na sociedade buscando influenciar na formação de um cidadão crítico e consciente.” (Respondente 2).

Esta preocupação também fica evidente em outra fala que descreve:

O nosso processo educacional baseia-se na formação do sujeito político que utilizando o campo artístico com espaço de transformação implementa no seu meio e de sua coletividade possibilidades de existências afirmativas. (Respondente 5)

Em alguns casos, este âmbito surge, inclusive, com objetivo de se tornar uma forma complementar à educação formal. Em um dos pontos de cultura entrevistados, as atividades tidas como educativas são aquelas “que complementam a educação regular e que estimulam o processo criativo” (Respondente 3). A partir deste trecho da resposta, percebemos a relação de complementaridade (TRILLA, 2008) ao ensino regular com que as atividades são pensadas neste caso.

Em relação às concepções de Educação que guiam estas ações, não houve respostas consistentes. Em grande parte dos casos, esta pergunta do questionário foi subitamente ignorada o que nos apontou a necessidade de maior esclarecimento destes gestores a respeito da difusão do termo. Acreditamos que se houvesse um maior aprofundamento destes pontos nas questões conceituais, ou até mesmo no histórico desta ação, os impactos seriam bem interessantes no que diz respeito à

sistematização de suas metodologias, lacuna já apontada por Gohn (2010). Apontamos, então aqui, para este que talvez seja um dado interessante que serve como justificativa para a realização de fóruns, grupos de trabalho que aprofundem a interface entre cultura e educação e a expansão conceitual do termo.

Um termo interessante foi identificado nas respostas que levam a uma aproximação da educação não-formal. Um dos pontos de cultura entrevistados traz a nomenclatura educação patrimonial como uma das ações tidas como educativas. Segundo as palavras do entrevistado, este projeto é assim denominado, pois:

foi pensado com o objetivo de buscar resgatar uma relação de afeto da comunidade pelo patrimônio (material e imaterial) e natural. Assim, desencadeou um processo de aproximação da população à sua memória histórica, aos bens culturais materiais (edificações históricas e bem como as recentes, praças, ruas, viadutos, parques, jardins, etc.), os imateriais (o folclore, as festas tradicionais, as cantigas, etc.) e as naturais (rios, canais, vegetação, etc.). A metodologia pedagógica esteve voltada para a interdisciplinaridade e transversalidade em todos os conteúdos e temas abordados, de forma que os conhecimentos adquiridos e aplicados aos diversos grupos etários produzam os efeitos desejados. Os eixos unificadores do Projeto estão voltados para: a) Patrimônio Material (edificações no domínio público e privado); b) Patrimônio Ambiental (águas, vegetação, poluição, lixo urbano); c) Patrimônio Imaterial (cultura de folk) e d) Cidadania. (Respondente 10)

Este projeto, inclusive, ao invés de estabelecer aquela tão presente dicotomia entre a educação formal e a não-formal, previa a educação patrimonial atrelada à educação formal com ações realizadas dentro do espaço escolar, assemelhando-se à relação de reforço e colaboração que Trilla (2008) estabelece e apontando a interpenetração entre os campos de ação (LIBÂNEO, 1988).

A questão do público-alvo dessas ações educativas também se configura em importante informação para compreensão dos seus objetivos. A maciça presença como público direto destas atividades é de jovens. Embora outros segmentos importantes tenham sido citados, a participação desse nicho é considerada como foco das atividades. O Programa Cultura Viva, como visto anteriormente, não delimitava o público específico das atividades mas entendia que estas deveriam atender às comunidades locais. Se a demanda surge para com esta faixa etária, podemos levantar a hipótese que deve haver maior potência e oportunidades para as mesmas. Indo de encontro a Trilla (2008) que reconhece que o usufruto da cultura já representa importante oferta da educação não-formal e que contempla pessoas de todas as idades.

Ainda que a educação não-formal seja reconhecida pela sua flexibilidade e carência de metodologia sistematizada em relação aos conteúdos e as demais características citadas por Gohn (2010), praticamente todos os projetos admitiram que as ações tidas por eles como educativas possuíam objetivos pré-determinados. Essa resposta não nos surpreende visto que todas as atividades empreendidas pelo Ponto de Cultura precisavam ser descritas em um projeto submetido ao edital. Portanto, estes objetivos, todavia não totalmente explicitados nas respostas apresentadas, estariam presentes no próprio projeto.

Uma das respostas ilustra bem o que conseguimos depreender: “[Os objetivos] estão previstos no escopo do projeto inicial, que visa identificar e inventariar, através de registros, a cultura local.” (Respondente 11).

Aliás, no que diz respeito à nomenclatura educação não-formal, apenas um dos doze entrevistados utiliza o termo aqui exposto, ficando claro na resposta a distinção da educação formal.

Apenas em uma das iniciativas desenvolveu respostas acerca da sua metodologia, corroborando uma das lacunas de Gohn (2010), dentro do campo da educação não-formal que é a sistematização de metodologias. Neste caso, chamou-nos à atenção uma preocupação grande com o desenvolvimento da sua metodologia, sendo esta, além de replicada a partir de projetos com outros parceiros, publicada de forma contínua no site oficial do projeto. Como afirma o entrevistado 2 na trajetória que descreve:

Desde 2009, porque [...] entre 2006 (que foi o ano que ela foi criada, até 2008, foi isso, encontrar esse jeito de ensinar audiovisual da gente, que a gente queria que fosse uma marca. Então, assim, a gente começou [...], era tudo bem técnico: era fotografia, direção, som, edição, então, a gente aprendia muito o audiovisual a partir dessa coisa que você aprende mesmo na faculdade ou na Darcy [Ribeiro]. A gente começou a perceber que isso era bacana, o ensino técnico é bem bacana, [depois surge] [...] uma metodologia que a gente chamava carinhosamente de “incrível didática”, que era ensinar o audiovisual como se ensina um esporte, a partir dos fundamentos, entendeu? Então, a gente tem esses fundamentos, que que a gente pode fazer? Os fundamentos imagem mais som e movimento. [...] Mas ainda era muito técnico, apesar de ser mais leve ainda era um ensino muito técnico. E aí com as experimentações, com os produtos que foram surgindo nessa época, com as crianças, [...]. Na época surgiu também um projeto, [...] que foi o “Coletores de Imagem”. [...] Ele surgiu dentro da Escola nesta turma de 2007. [...] que era bater na casa das pessoas. Sabe? Você chegar com a câmera, bater na casa das pessoas, e pedir pra elas assim: - Poxa, você fotografa? Tem registros fotográficos? Você gosta de fotografar? - Ah, sim. - Você pode mostrar pra gente? E esse era o dispositivo do documentário. Aí, a pessoa, ela ia contando a história da vida dela a partir das imagens que ela escolhia te mostrar. [...] Toda vez que a gente chega numa instituição nova, com pessoas que vão chegar com um primeiro contato com o audiovisual, a gente sempre gosta de usar o

“Coletores” como primeiro produto porque ele é um dispositivo simples, NE? É só você chegar e pedir para ver as fotos da pessoa e aí você consegue trabalhar diversas estratégias do documentário nesse dispositivo. Então, é bem interessante e as pessoas adoram, assim, mostrar.

A sistematização da metodologia, como afirmara Gohn (2010), ainda constitui-se em uma lacuna na área da pesquisa mas que para esta organização já é uma questão que perpassa e que chamou-nos a atenção por estar sendo veiculada passo a passo no site oficial.

De outro ponto de vista, podemos afirmar que se estes projetos para serem aprovados tinham que passar por um edital e terem o mínimo de elaboração, torna-se evidente um mínimo coerente de preocupação com uma metodologia. Ao estabelecer prazos para a duração do convênio e objetivos das ações, o projeto em si, pode configurar-se em uma tentativa mínima de sistematização destas metodologias, que aliadas ao fazer e às experiências diárias, características eminentes da flexibilidade da educação não-formal, podem contribuir para uma reflexão por parte dessas organizações.

Outra característica que julgamos importante clarificar é que as ações educativas implementadas por estas organizações parecem coadunar com os motivos pelos quais as mesmas foram criadas. As organizações surgidas de grupos oriundos de determinadas manifestações culturais/linguagens artísticas tendem a orientar ações educativas com vistas a preservar aquela cultura ou fomentar a criação e produção naquela linguagem específica. Isto fica claro com a descrição das atividades tidas como educativas pelas organizações pesquisadas. Todavia, é importante ressaltar, como vimos anteriormente, que as atividades não ficam restritas às características predominantes das organizações responsáveis e muitas delas acabam tendo um alcance muito mais amplo, oferecendo outras possibilidades. Aproximadamente metade dos gestores dos pontos de cultura pesquisados destacou a existência de outras atividades além daquelas desenvolvidas dentro deste projeto, o que justifica a importância desse alcance. Assim sendo, trazendo os objetivos e a missão das organizações pesquisadas, podemos ter uma aproximação das questões que Trilla (2008) já apontara tais como: a intencionalidade da educação não-formal e a existência de ações voltadas para o âmbito do lazer e da cultura.

4.5 Cultura Política

Para finalizar nossas questões de pesquisa, nos propusemos a responder de que forma as ações educativas em foco podem contribuir ou têm contribuído para a construção de uma nova cultura política. No entanto, cabe aqui ressaltar a participação do Educador Social neste processo assim como afirmou Gohn (2010). Para as organizações, o mediador também pode ser considerado um elemento imprescindível à consecução da sua proposta de ação educativa.

Quanto à descrição de um mediador das atividades tidas como educativas pelos Pontos de Cultura, constatou-se, a partir das respostas obtidas, que há, de fato, a existência de algum tipo de mediador presente em todas elas. A maior parte dos respondentes declara utilizar o termo “oficineiro”, para designar este mediador. Como no formulário não era possível a justificativa para tais respostas, analisando as demais perguntas, pudemos inferir que o uso do termo se dá devido à própria nomenclatura utilizada em suas ações tidas como educativas: as oficinas. Surgem ainda, em menor quantidade, algumas ocorrências de termos como arte-educador e professor, e em apenas uma das respostas, a denominação apontada pela autora: educador social.

O respondente seis não esclarece exatamente o porquê do uso do termo educador social, mas podemos perceber que, ao passo que o termo “oficineiro” é ligado de imediato às oficinas, o termo educador social pode se adequar ao conteúdo discutido pela organização responsável em suas atividades, como revela uma de suas respostas a respeito da linguagem artística ou manifestação cultural abordada entre as atividades educativas citadas, cujo conteúdo é assim descrito:

História geral da Baixada, de Queimados, Nova Iguaçu e Mesquita;
Histórias individuais e dos grupos sociais participantes; O papel dos cidadãos na história e O papel da cultura e comunicação na história.

Como vimos, não são trazidos conteúdos ligados diretamente a alguma linguagem artística ou manifestação cultural como pedia a pergunta, mas sim a aspectos sociais que se assemelham ao conceito abrangente de Cultura, anteriormente apresentado, e ao direito à cultura como vimos em Chauí (2006).

Em uma das respostas obtidas fora das opções anteriormente apresentadas, também se verificou, coincidentemente, a participação do educador social sob a utilização do termo mediador. Seu uso é assim justificado, pelo entrevistado 2:

O que a gente chama exatamente de mediador, a gente não chama de oficinairo e nem de professor. [...] Porque a gente acredita nessa, justamente, no que significa a palavra “mediador”, que é mediar esta relação. A gente não acredita que o mediador seja detentor de um conhecimento absurdo. É uma troca. A gente sempre objetiva a troca. Porque no fim das contas, o mediador, ele vai vir, sei lá, com a técnica, aquela experiência dele, já ligada ao audiovisual, mas no fim das contas, o processo e o produto vão ser fruto do que os alunos vão fazer, [...] e do que eles são, até pelo aquilo *[sic]* eu te falei anteriormente da palavra-corpo-território [metodologia do projeto]. Se o aluno não trouxer, não vai sair nem processo, nem produto.

Nesse sentido, embora o termo mediador esteja vinculado à questão da troca de conhecimento e da intermediação entre o aluno e o processo educativo, há similaridade, sob este aspecto, com a função desempenhada pelo educador social, descrita por Gohn (2010). Embora com nomenclaturas diferentes, a importância deste profissional já foi anteriormente levantada, principalmente no que diz respeito à consecução das atividades de educação não-formal. A questão que aqui se apresenta é: ainda que as organizações façam uso de outras terminologias para nomear os mediadores de tais atividades, as funções e características descritas pela autora seriam muito diferentes das aplicadas na prática pelas organizações entrevistadas?

Aliando aos objetivos das organizações e das atividades também anteriormente mencionados, percebemos que esta é uma diferença mais do ponto de vista terminológico do que conceitual. Ainda que o termo “oficineiro” esteja restrito à nomenclatura “oficina” aqui tida como atividade de educação não-formal, pelas informações que levantamos das organizações, seria no mínimo, discutível a afirmação de que estes profissionais estariam limitados apenas ao repasse dos seus saberes. Podemos, de antemão, corroborar que assim como Gohn (2010) afirmara, os educadores sociais são, de fato, muito importantes dentro do processo da educação não-formal ocorrido nos Pontos de Cultura da Baixada Fluminense.

Isto se justifica com um envolvimento direto de um número médio de 2 a 14 pessoas atuando como mediadores por Ponto de Cultura, o que representa grande parte do número total de envolvidos na iniciativa. Alguns deles, inclusive, são também responsáveis pela coordenação do projeto ou estão envolvidos diretamente com a organização responsável.

Uma das lacunas apresentadas por Gohn (2010), neste sentido, tem sido a falta de formação destes educadores sociais na área em que trabalham. Este aspecto pode ser constatado ao nos depararmos com os resultados obtidos através dos formulários. Embora estes não reflitam o universo total dos Pontos de Cultura da Baixada Fluminense, a maioria das organizações entrevistadas afirma que seus mediadores possuem formação livre, ou seja, não abarcando necessariamente formação acadêmica na área da ação educativa que mediava e incluindo os mediadores que se tornaram multiplicadores. A minoria parece exigir, de fato, alguma formação de nível superior, ora na área da atividade em que atuava ora em área diferente. Esta informação nos traz a possibilidade de que estas ações possuem de formar multiplicadores e a traçar um panorama positivo acerca dos impactos que o projeto (ou a organização) causa na sua localidade e ainda, de valorizar a própria educação não-formal e os processos pelos quais este educador social passou.

A ausência de uma formação acadêmica no currículo do educador social ou de formação específica para a área, ao contrário de Gohn (2004), não parece ser um problema para as organizações, indo ao encontro do que Manica et al. (2010) já afirmara que o conhecimento necessário para o desenvolvimento destas ações extrapola o conhecimento acadêmico.

De todo modo, a proposta de ação educativa implementada pelos Pontos de Cultura coaduna com o conceito de uso cultural apresentado por Coelho (1997), onde fica clara a possibilidade que o público beneficiário destas ações tem contato com a obra de arte, de poderem fruí-la e até mesmo de criar novas obras. Com as respostas obtidas através do formulário, podemos ver como é a percepção dos gestores a respeito da participação do educador social como mediador das ações educativas. Torna-se tarefa complicada adensar a discussão a respeito de como os educadores sociais poderiam influenciar neste processo, pois não pusemos em foco especificamente as ações em si e sua análise. Para este estudo, faz-se necessária uma nova pesquisa mais aprofundada que busque a validar as afirmações de Gohn (2010).

Em relação à organização e ao modo em que se dá a sua participação na construção de uma nova cultura política, tomados pela questão de enxergar nova cultura política a partir de novas políticas culturais de Chauí (2006) dedicamos duas perguntas de nosso formulário. Na primeira, perguntamos se a organização havia

realizado nos últimos dois anos alguma atividade em relação ao governo local ou à criação das políticas culturais locais. A segunda consistia em saber qual seria a melhor contribuição das atividades realizadas pelo ponto de Cultura para a vida dos participantes. No geral, através das respostas obtidas, procuramos buscar o que haveria de concreto na construção das políticas culturais locais por parte da organização dentro do conceito de Canclini (2005), onde nestas estão incluídas as intervenções realizadas pelos três setores da sociedade.

As opiniões emitidas para a primeira pergunta ficaram muito bem divididas, onde metade dos respondentes afirmou ter realizado alguma atividade neste sentido. Grande parte dos que responderam positivamente, parecem ter assumido uma posição de agentes fomentadores das políticas culturais locais, não só em ações de parceria com o poder público local, mas principalmente pela contribuição nas instâncias de discussão do setor na cidade como a participação na criação de Conselho de Políticas Culturais, na discussão dentro do espaço da Conferência Municipal de Cultura e por ter cedido espaço para realização de encontros de ativistas culturais.

Esta pergunta também teve, entretanto, em alguns casos, o entendimento a respeito das políticas culturais locais como políticas vinculadas não diretamente à prefeitura, mas sim às discussões locais, aproximando-se do conceito apresentado por Canclini (2005). Vide informação do respondente 8 que parece ter respondido positivamente, se levarmos em consideração o contexto da resposta onde este destaca a falta de parceria com o governo local: “Participamos da criação do Conselho de Políticas Culturais e participamos de várias outras, porém não temos parceria com a prefeitura local.”

Uma dessas organizações, ainda que tenha respondido positivamente a esta questão, descreve uma lista de eventos onde aparece apenas como executora das ações, o que se assemelha à ideia de Teixeira (2012), da organização enquanto apenas prestadora de serviço do Estado, como afirma o respondente 11:

Sim. Festival de Inverno em parceria com a Secretaria de Cultura; Exposição no dia do Meio Ambiente; Projeto óleo em PET em parceria com a Secretaria Municipal de Ambiente e eventos promovidos pela Secretaria de Educação.

Neste caso, assumindo uma posição de prestação de serviço, a organização estaria se afastando da intencionalidade de criar uma nova cultura política naquele

grupo. A maioria, todavia, parece enxergar esta participação além da mera prestação de serviço, como os respondentes 3: “Sim. Eleição do Conselho de Cultura, Fórum de Cultura Municipal e Encontro de ativistas culturais” e mesmo aqueles que tendo tido resposta negativa, salientam a participação nestas instâncias de criação de políticas culturais locais, como o respondente 2: “Não. Porém tivemos expressiva participação na Conferência Municipal de Cultura.”

A partir dos que responderam negativamente a esta questão, decidimos fazer um cruzamento com a pergunta feita anteriormente a fim de verificar a participação da organização nas instâncias ligadas ao Programa Cultura Viva. Absolutamente todos os pontos afirmaram ter participado de alguma forma dos espaços de discussão nas teias e Fóruns, tanto de forma presencial quanto de forma virtual, em algum momento. Ainda assim, há toda uma mobilização virtual quando a participação presencial não é possível.

Com a criação de instâncias de discussão, como os fóruns, conselhos e teias, atrelados ainda a outras discussões como a Conferência Nacional de Cultura, permitiu-se a entrada destes agentes comunitários na prática efetiva da discussão de novas políticas públicas para a cultura no país. Criou-se aí, de fato, uma nova cultura política, que atrelada ao seu poder de multiplicação dentro das comunidades, em suas iniciativas de formação, tem o poder exponencial de gerar novos cidadãos, novos pensamentos, novos métodos e novas práticas cidadãs, Chauí (2006).

Acreditamos, com base nas respostas colhidas, que há a constatação de que metade dos pontos entrevistados não dialoga com o governo local, podendo haver, por isso, algum tipo de impasse em relação ao poder público local, pois as mesmas organizações participam destes espaços promovidos pelo Programa em outro nível que na o local. Identificamos também a dificuldade de que essas organizações possuem de enxergar que suas ações, por si só, já se configuram em verdadeira ação de política cultural instaurada no município.

Com a criação de instâncias de participação promovidas pelo Programa Cultura Viva houve maior mobilização dos gestores e/ou representantes destas organizações nestes espaços de discussão na formação política obtida, e isso pode ter gerado maior representatividade destas entidades nos Conselhos Municipais de Cultura e nas Conferências Municipais de Cultura, como também nas discussões dos Planos Nacional e Estadual que estão em fase de construção. De alguma forma, esse espaço de participação, diálogo entre o poder público e a sociedade civil

proposto pelo governo federal, e pelo programa, não se reproduz na esfera local/municipal e na invenção de uma nova cultura política em grande parte dos locais onde as organizações estão instaladas.

Avaliamos desta forma tomando também por base Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), que afirmam a existência de um laço forte entre cultura e política onde a sociedade é marcada por uma cultura política dominante, sendo a política cultural o processo pelo qual o cultural se torna fato político. Segundo as autoras, uma cultura só pode ser realmente política quando seus processos constitutivos buscam redefinir o poder social, ou seja, buscam apresentar concepções alternativas àquelas que são dominantes. Ainda de acordo com este texto, sustentamos a afirmação ali apresentada de que “os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esse entrelaçamento, talvez precário, mas vital, do cultural e do político ocorre na prática.” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p.21)

Dito isto, percebemos que grande parte dos agentes culturais e das organizações sai da mera posição de espectadores da arena pública de decisões para um papel mais decisório das políticas públicas, unindo-se em um verdadeiro movimento social. Esta característica vai ao encontro das diretrizes do programa e do conceito de Cultura que aliado a um governo de esquerda, traria a cultura popular enquanto revolucionária (CHAUÍ, 2006). Com a recente crise, há o receio de que estas ações, não mais subsidiadas percam fôlego, pois seguindo à lógica das ONGs, precisam lutar pela sua sobrevivência, e a militância na área da cultura possa perder algum sentido. Isso, entretanto, pode ocorrer, mas há que se validar o imenso número de iniciativas que não dependem apenas mais das verbas desta fonte e que hoje já atuam dentro de uma perspectiva da economia criativa, gerando frutos sólidos e estabelecendo parcerias com entidades privadas e com outras agências de financiamento. O momento de crise inspira cuidados e agregado ao atual movimento sócio-político que vivemos no país, pode criar uma mola propulsora de luta pelos objetivos iniciais do programa e/ou por sua reestruturação.

Já no que se refere ao termo Cultura Política apresentado por Gohn (2004), decidimos formular uma pergunta que pudesse permitir aos respondentes desenvolver uma opinião sobre diversos aspectos deste conceito e a partir destas respostas verificarmos a cultura política inerente às suas ações. Pudemos verificar, através das respostas obtidas, que praticamente todos, alguns em maior ou menor

grau, compartilham de uma visão que objetiva a criação de novas culturas políticas. De modo mais abstrato, as respostas colhidas nos levam a questões subjetivas lançadas pela autora onde é possível perceber, em sua maioria, uma co-relação com o conceito de cidadania cultural (CHAUÍ, 2006).

No que diz respeito aos valores que os indivíduos possam desenvolver em relação à pólis e à área pública, trazemos dois exemplos onde termos similares surgiram, como no caso dos respondentes 2 e 3: “A nossa contribuição é para a formação de uma **sociedade** mais justa e igualitária” e “**Socialização** e percepção mais atenta a manifestações artísticas.” Em ambos podemos perceber uma nova possibilidade de relação com a sociedade, com a pólis citada. Enquanto no segundo exemplo, incentiva-se a inserção mais eficaz dos indivíduos no primeiro, aponta uma diretriz de como essa sociedade deveria ser, atribuindo adjetivos a ela: justa e igualitária.

Do ponto de vista subjetivo do termo Cultura Política (GOHN, 2011), estas características também podem ser encontradas nas falas de outro grupo de respondentes. Aqui, termos como “autoestima” e “protagonismo” são fortemente citados como nas respostas obtidas através dos respondentes 1, 4 e 7 respectivamente: “A busca da autoestima das mulheres que deram valorização às suas vidas a partir do compromisso com a cultura e a descoberta de vida”; “Pessoas com alta estima elevada [*sic*] e conhecedores de seus direitos enquanto cidadãos [*sic*]” e “Resgate da autoestima e promoção de protagonismo”.

A questão da cidadania cultural (CHAUÍ, 2006) e do acesso a outros direitos também fica evidente em algumas das respostas, em afirmação do respondente 6:

Eles (os atendidos pelo projeto) aprendem a se comunicar muito melhor e sem contar que aprendem a por em prática os seus direitos, passam a cobrar mudança das suas lideranças, fazem utilização das suas próprias redes social [*sic*] para se manifestar.

Esta mudança, inclusive, aparece em outra resposta como objetivo final das atividades: “A formação cidadã conjugaria com a artística visando à arte como possibilidade de transformação da realidade” (Respondente 5). A questão da arte em si somada a uma posição crítica da realidade também aparece na fala de um dos entrevistados:

[...] Então, acho que é isso: é despertar as pessoas, não é que elas saiam formadas em audiovisual mesmo, assim, é despertar esse pensamento crítico e estético, acho que essa é a frase, assim. Pensamento crítico e

estético pra vida. Sabe, a pessoa pode sair daqui sem dinheiro. A gente tem certeza que ela vai ser outro engenheiro, sabe assim? Vai ser outra parada, ela não precisa trabalhar com arte pro resto da vida, sabe? Mas tem também aquelas pessoas que chegam, se apaixonam, e “tão” fazendo isso aí pra sempre... Mas o objetivo não é esse, é despertar. (Entrevistado 2)

Em total oposição às demais respostas, mas não tão dissonante do conceito de cultura utilizado pelo governo federal que compreende também o valor econômico da cultura, uma das organizações acredita que sua maior contribuição tem sido: “A divulgação dos empreendimentos e artistas, do setor de cultura que agrega valor ao turismo regional”. (Respondente 11).

No entanto, para além do fator econômico e da garantia dos recursos financeiros, a contemplação de uma organização não-governamental por edital público, nos casos estudados, se configura também em um reconhecimento do setor público diante das ações desenvolvidas por iniciativas locais. Desse modo, o reconhecimento vindo de uma instância superior à local, faz com que as atenções deste público sejam voltadas também para estas iniciativas. A partir daí, surgem possibilidades de parcerias e o fortalecimento de toda uma rede local e até mesmo regional ou nacional.

A sociedade civil é um espaço de disputas e as organizações também o são. Ora de disputas internas, entre seus membros coordenadores ora por estilo de trabalho ou até mesmo por ideologia, ou a partir de mudanças externas que refletem no caráter interno dessas organizações. Tudo isso também influencia na relação entre o educador social e na metodologia que vem sendo empregada dentro das ações educativas. Há, no entanto, um quase que perfeito afinamento entre o discurso dos gestores entrevistados, e o das diretrizes do programa Cultura Viva. Isto pode ser conseqüência da participação destas pessoas nos grupos de discussão e nos eventos ligado a ele.

Esses primeiros resultados apresentados pelas ações dos Pontos de Cultura em nível federal e estadual, em um primeiro momento, apontam para uma hipótese de que as práticas educativas empreendidas, não só as oficinas ou atividades socioculturais, mas todas as instâncias deliberativas decorrentes: a rede nacional, a comissão, o Fórum e as teias, podem contribuir para a conquista dos direitos culturais previstos na constituição tendo como conseqüência uma maior participação social e autonomia dos sujeitos, visto que atuam com fins para o fomento de uma nova cultura política, coadunando com Chauí (2006, p.145) quando afirma: “uma

nova política cultural precisa começar como cultura política nova, cuja liga mestra é a ideia e a prática da participação”. Participação, conceito este definido pelo “direito de tomar decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas.”

Este pensamento vai totalmente ao encontro da definição da etapa de produção cultural denominada por Coelho (1997) como uso e que é extremamente necessária para o fortalecimento da educação não-formal. O caráter educativo desta ação que é cultural está presente no próprio nome do programa Cultura Viva, estimulando assim não só a educação não-formal, mas sim a interpenetração na educação formal e na informal. Com isso, o Estado reconhece, além da cultura, entendida sob um novo aspecto, a educação não-formal como mecanismo principal de construção de conhecimento e de democratização do acesso e garantia do direito, ou seja, da cidadania cultural, defendida por Chauí (2006)

O que pudemos verificar é que não há um direcionamento de ações vindo “de cima para baixo”, nem um *modus operandi* ditando o que é certo ou errado, mas esses lugares têm se constituído como um verdadeiro local de troca de conhecimentos, tendo como ponto de partida a figura do educador social. Figura esta que é, como vimos, de suma importância para esse processo educativo cuja metodologia ainda não aparece totalmente sistematizada.

Há muito, ainda, que se observar: a infinidade de metodologias existentes no Brasil que são tanto diversas quanto criativas a serem pesquisadas em momento posterior, que junta desde jovens dançarinos de balé em uma cidade no interior do estado do Ceará até remanescentes de quilombolas no interior do estado do Rio de Janeiro. Uma pequena amostra do que podem oferecer de conhecimento e experiência os agentes que atuam diretamente educando e ao mesmo tempo produzindo nossa cultura.

Destacamos, todavia, que grande parte desta heterogeneidade de atividades é oriunda das práticas realizadas por organizações da sociedade civil como forma de oferecer à população meios educacionais que o Estado não oferece ou não consegue atender. Isto é fruto, como vimos, da maior participação deste setor no desenvolvimento e concepção de políticas públicas e uma das demandas surgidas diante de ineficiência e ineficácia do setor. Enquanto o setor público trata, em suma, da regulamentação de uma educação escolar e o setor privado atendendo à lei da oferta e da procura ditada pelo mercado, o terceiro setor, sobretudo as associações,

tendem a priorizar as demandas apresentadas por uma comunidade ou grupo social, e neste caso, sobretudo, à manutenção de uma cultura viva e comunitária.

O projeto de lei acaba de ser sancionado pela presidenta e a ideia é de que se deve garantir que a Cultura Viva seja oriunda das comunidades e que haja aumento de incentivos neste setor, ampliando seu raio de ação e alcançando ainda mais do que os três mil pontos já existentes no país inteiro. Haveria a possibilidade de descentralizar ainda mais os incentivos na área da cultura pelas comunidades, pelas periferias e um fenômeno bem interessante poderá ocorrer com maior frequência, que é o reconhecimento destas iniciativas pelos governos estaduais e o governo federal, que desvelam para o poder municipal a importância de se investir nesta área como agenda estratégica de desenvolvimento local. No que tange ao campo de estudos da educação não-formal, a questão que se mostra agora é como as metodologias empregadas por essas ações podem contribuir ainda mais para um processo de mobilização social e de manutenção de uma nova cultura política.

A etapa denominada como Desafios (RUBIM, 2007) é, dentro do segundo nível proposto por Scherer-Warren (2006), reorganizar as formas de articulação inter-organizacional em prol de uma intensificação do terceiro nível: as mobilizações na esfera pública, sob as mais diversas formas e assim, tentar modificar a relação com o Estado de meros prestadores de serviços para um encontro mais participativo. Afinal, “as políticas culturais dos movimentos sociais tentam amiúde desafiar ou desestabilizar as culturas políticas dominantes.” (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p.26)

Há muito ainda o que se fazer, e pesquisas como esta contribuem para “desesconder”³⁹ cada vez mais estas ações transformadoras e revelar para o conjunto da sociedade seus reais impactos e assim chamá-la como um todo, e não só as organizações em si e os movimentos, a uma discussão maior e mais efetiva, não só sobre as políticas públicas para a cultura, mas em todas as áreas, principalmente, sobre o aumento do seu poder de decisão e de mudança para uma cultura política de âmbito geral.

³⁹ Termo utilizado por Célso Turino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todo o progresso existente no debate acerca das políticas culturais no Brasil, fruto deste intenso movimento de aproximação da sociedade civil do Estado, o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura encontravam-se até pouco tempo em uma situação de crise: redução do número editais para novos convênios, fim dos convênios antigos, estipulados em três anos em 2010, e do subsídio a estas atividades. A maior parte das ações educativas realizadas pelas organizações encontrava-se parada ou com dificuldades para continuidade já que após três anos de remuneração proveniente do subsídio, alguns de seus educadores sociais não conseguem retornar à qualidade de voluntários por questões de custo de vida.

Com a troca constante de representantes da pasta ministerial da Cultura, de Juca Ferreira para Ana de Hollanda, e mais recentemente para Marta Suplicy, tem se discutido a respeito da lógica da atual gestão da presidente Dilma Rousseff (2011-2014). Apesar da continuidade do programa Cultura Viva e, com ênfase dos Pontos de Cultura, ser uma promessa de campanha veiculada nas emissoras de televisão à época da candidatura, não estávamos vendo, de fato, ações que reforçassem esta política cultural.

Embora não tenha sido a intenção original do governo brasileiro, que antes da construção desta estratégia de reforço às iniciativas culturais existentes pretendia construir equipamentos culturais, os chamados BACs, os Pontos de Cultura e o programa representaram um avanço no que diz respeito à “sedimentação do fazer cultural no território, juntando comunidades, desencadeando processos de autonomia, protagonismo, empoderamento criativo e social.” (TURINO, 2013, s/p.)

Em recente artigo de Turino (2013), são trazidos cinco principais fatores que explicariam o atual declínio do programa: a não existência do simbolismo da eleição do presidente Lula, que permitiu a inserção de novas políticas públicas no campo da realização e a identificação com a maioria da população por seu histórico de vida; o controle do Estado que diverge da posição de aceitar-se uma determinada “perda de controle” responsável pelo tripé de autonomia/protagonismo/empoderamento como bases do programa; a lógica burocrata do Estado que dificulta as possibilidades de inclusão; espaço reduzido para experimentações no âmbito do Ministério da Cultura e a instauração de um “império da técnica e da gestão” que se sobrepõe ao que o

autor chama de mundo dos sonhos, relegando à sociedade civil o papel de agentes desqualificados e do Estado, como agente qualificador, verticalizando as relações de poder.

Com isso, pudemos perceber que em detrimento da prática, criou-se a ênfase na burocracia, causando um pequeno atrito nas relações entre a sociedade civil, neste programa representados pelas ONGs, e o Estado. Se no momento da implantação do programa havia a qualidade e o reconhecimento de iniciativas comunitárias, aqui estas estavam sendo apontadas apenas como agentes que necessitavam ser qualificados. O cenário, até então, era preocupante, as instâncias de discussão: as teias, os encontros, os fóruns, possuíam uma maior visibilidade no meio virtual já que as presenciais foram reduzidas em números. Isso enfraqueceu o poder de decisão da rede de coletivos que se formou através do programa, pois os recursos utilizados para sua organização advinham, em grande parte, do Estado.

Ainda assim, pudemos perceber diversos aspectos positivos com a implementação dos Pontos de Cultura, sobretudo pelo governo do estado do Rio de Janeiro: redes foram criadas com as organizações convenientes do estado, ainda que, não possamos dizer que há uma movimentação específica da região da Baixada Fluminense; a Educação Não formal no âmbito do lazer e da cultura foi impulsionada através desta política pública e esta pode se tornar um manancial de referenciais teóricos para o aprimoramento e desenvolvimento dos processos educativos dos pontos de Cultura e de outros projetos culturais na região e auxiliar na construção e/ou solidificação de metodologias; a concepção de Cultura, de todo modo, que guia as políticas públicas atuais foi alargada e isso não exclui os processos educativos.

As políticas culturais implementadas no Brasil transbordam, entretanto, os limites da Educação Não-formal alcançando as outras duas esferas da educação. No que se refere à educação informal, podemos citar estes espaços de discussão (Conselhos, Fóruns, Redes, etc.) que são fruto de um movimento social. Na educação formal, não podemos deixar de citar a presença das artes como disciplina obrigatória no currículo escolar, que embora estejam sob a égide das regras impostas pela hierarquia escolar também são ponto forte para a disseminação da cultura de um povo, o que nos pontos de cultura não acontece, pois trata-se uma estrutura flexível e os objetivos socioculturais acabam ditando, no geral, estas condições.

Há, ainda, alguns entraves como a pouca mobilização das organizações da sociedade civil situadas na Baixada Fluminense dentro do cenário estadual e nacional que não equivalem a sua representatividade populacional e até mesmo à sua diversidade sociocultural. As características que impedem a participação neste processo podem ser um estudo mais aprofundado a se fazer. Aqui percebemos que isto se deu devido ao programa encontrar-se em um momento de transição e que pode ter gerado uma desconfiança por parte das organizações conveniadas.

As políticas públicas para a Cultura, sem dúvida, transformaram-se consideravelmente nos últimos dez anos, tanto do ponto de vista da reflexão sobre o conceito de Cultura e quais são os direitos culturais (CHAUÍ, 2006), quanto do ponto de vista da prática onde a práxis existente nas organizações da sociedade civil além de ser reconhecida pelo Estado é também subvencionada, ou seria, melhor dizer, uma nova forma de cultura política.

Na região da Baixada Fluminense, ainda que de maneira desproporcional ao restante do Rio de Janeiro, o movimento gerado pelo programa Cultura Viva gerou visibilidade para as organizações responsáveis e articulou potencialidades, principalmente pela ação de sua principal vertente: os Pontos de Cultura. As ações educativas de caráter não formal desenvolvidas por estas organizações possuem, todavia, o potencial de se tornarem ainda mais pólos catalisadores de preservação de manifestações culturais específicas, do desenvolvimento das linguagens artísticas e, por conseguinte, da geração de demandas por investimentos na educação formal ligada a esta área. De toda forma, percebe-se a preocupação para com a garantia da defesa dos direitos culturais e do pleno desfrute da cidadania cultural.

A partir da mobilização para Teia Nacional ocorrida em Natal/RN em 2014, podemos dizer que houve o início de uma nova etapa para o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura. Uma série de acontecimentos nos ajuda a explicar isso: neste evento conhecido como Teia da Diversidade realizado em Maio de 2014, grupos pertencentes ao Encontro da Diversidade⁴⁰ também fizeram parte do evento; a promessa de que a PL 757/2011 seria votada antes do recesso da Câmara e de

⁴⁰ Encontro que agrega segmentos das políticas setoriais atendidos pelo Programa Brasil Plural. Fazem parte destes segmentos grupos de Culturas Populares, Culturas Indígenas, Culturas Ciganas, LGBT, Crianças, Idosos, Juventude, Hip-Hop, Pessoas com Deficiência, Saúde Mental, Trabalhadores Urbanos, Povos de Terreiro, Quilombolas, Imigrantes, Mulheres, Trabalhadores Rurais, Mestres e Griôs. O endereço eletrônico do site oficial do evento é: <http://culturadigital.br/teiadadiversidade/teia-e-cultura-viva/>

maior comprometimento da própria ministra com o programa. O que parecia ser muito distante aconteceu: Além do programa Cultura Viva ter sido aprovado na Câmara, foi sancionado pela Presidenta neste ano enquanto Lei 13.018/2014⁴¹ e a reboque outros ganhos também foram vindo com o decorrer. O Marco Regulatório das organizações da sociedade civil⁴², que cria regras para as parcerias entre o governo e as organizações, também passou por aprovação da Câmara e seguiu à sanção da presidência em 31 de julho de 2014. A Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro lança um edital⁴³ para seleção de trinta e quatro novos pontos de cultura, com prioridade para os municípios que ainda não haviam sido contemplados. Dentre os municípios da Baixada Fluminense, Nilópolis é o único que ainda não foi contemplado com o programa.

O escopo do Programa Cultura Viva e do Ponto de Cultura é composto pela parceria entre a Sociedade Civil e o Estado. Vimos que as organizações que são responsáveis pelos Pontos de Cultura instalados na Baixada Fluminense são heterogêneas em relação ao seu campo de atuação e que oferecem uma diversidade de ações que podem atuar na perspectiva de uma espécie de “preenchimento” das principais lacunas apresentadas por Gohn (2010) no que se refere à educação não-formal. Na questão da sistematização de metodologias, com a existência de um projeto que precisa ser elaborado e posteriormente avaliado, há uma preocupação com a reflexão acerca do método utilizado. De alguma forma, este conteúdo irá compor um projeto minimamente coerente para poder receber o subsídio do governo e ser firmada a parceria para a sua execução.

Em relação às funções e aos objetivos da educação não-formal, percebemos que embora a metodologia de cada prática educativa seja própria de cada organização conveniente, há uma espécie de discurso quase uníssono por parte dos gestores, o que evidencia a importância da participação nas instâncias de discussão promovidas pelo programa e por seus participantes.

Ainda que heterogêneas estas organizações possuem em comum a abordagem da cultura como direito e podemos perceber a contribuição da política

⁴¹ O endereço eletrônico é: <http://blog.planalto.gov.br/lei-que-institui-politica-nacional-de-cultura-viva-e-sancionada/>

⁴² O endereço eletrônico é: <http://blog.planalto.gov.br/novo-marco-regulatorio-cria-regras-para-parcerias-entre-governo-e-sociedade-civil/>

⁴³ O endereço eletrônico é: <http://www.cultura.rj.gov.br/materias/selecao-aberta-para-34-novos-pontos-de-cultura>

pública, através do Cultura Viva para a difusão deste conceito. Este fato torna mais fácil a compreensão dos reais objetivos e funções do Programa, ao qual a organização conveniente está vinculada.

A formação do educador social, como vimos, não é uma preocupação para as organizações no que diz respeito à educação formal, mas a presença de multiplicadores, frutos de uma ação educativa de caráter não-formal promovida por elas, representa importância neste contexto. A própria pesquisa, dentre outras tantas, evidenciam também a importância que o programa possui para o aprofundamento dos estudos neste campo que continua em constante expansão. A utilização de ações educativas de caráter não-formal pode apontar um novo caminho, pois um programa que se tornou política permanente através de sanção presidencial, e que contribui para o desenvolvimento da educação não-formal no âmbito do lazer e da cultura, e trazer à tona não uma educação não formal que nega a escola, mas a que aponta uma interpenetração cada vez maior para dentro de seus muros, como vimos na ação agregada ao programa Bairro-Escola, realizado na cidade de Nova Iguaçu.

As Políticas públicas para a cultura no país são, como vimos, do ponto de vista do desenvolvimento de órgãos governamentais, uma preocupação recente na história, e seus rumos estão sendo construídos de forma basicamente experimental, cabendo aqui a máxima de que já conferem um avanço pois não são a mera reprodução de políticas culturais externas tidas como modelos e nem são guiadas exclusivamente pelas leis mercadológicas, como em alguns países. Podemos perceber que para esta consecução, é necessário que a Cultura seja tratada como mola propulsora da cidadania e da garantia de direitos em prol de uma nova cultura política.

A sanção da lei sendo uma realidade, o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura em especial, representam uma possibilidade mais eficaz dentro do espectro da Cultura no que tange à chamada gestão compartilhada entre Estado e Sociedade Civil na Baixada Fluminense, gerando maior visibilidade para os grupos culturais locais e demonstrando suas potências (e principalmente, desmistificando a questão da carência) e que uma sociedade civil forte, empossada dessa visibilidade e desse reconhecimento, pode ocupar cada vez mais lugares de decisão nas políticas culturais locais visando à promoção de mudanças, confirmando as análises de Gohn (2011) e Chauí (2006) em relação à criação de uma nova cultura política com base

em maior participação social conforme os dados nos mostraram. Neste sentido, as práticas educativas presentes nestas organizações podem ser a principal catalisadora da criação de novos sujeitos políticos atuantes e transformadores com vista a uma sociedade mais “justa e igualitária”⁴⁴.

⁴⁴ Fala do respondente 2.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- BARBOSA, F.; CALABRE, L. (Orgs.). *Pontos de Cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva*. Brasília: IPEA, 2011.
- BARRETO, A. S. *Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ/ MN, 2006.
- BOTTOMORE, T. (Ed.). Laurence Harris, V.G. Kiernan, Ralph Miliband, coeditores; *Dicionário do pensamento Marxista* [tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antônio Monteiro Guimarães]. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BRAGA JUNIOR, J. R. R. *A importância do teatro para a expressão e o “des-silenciamento” dos espaços populares*. (Monografia). Nilópolis: Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2012. Or. Angela Maria da Costa e Silva Coutinho.
- BRASIL. *Lei de nº 9.790 de 23 de março de 1999*. Ementa da lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm> Acesso em: 31 ago. 2013.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Almanaque Cultura Viva*. S/d.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Portaria nº 156 de 06 de Julho de 2004*. Ementa que cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/portaria-156-de-2004.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- BRASIL. *Projeto de Lei 757/2011*. Ementa que institui o Cultura Viva - Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania, estabelece normas para seu funcionamento, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=849998&filename=PL+757/2011>. Acesso em: 12 dez. 2012.

CANCLINI, N.G. *Definiciones em transición*. In: Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas. Daniel Mato. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 69-81 apud RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007.

CASTELLS, M. *Redes de Indignación y de Esperanza*. Madrid: Alianza Editorial. 2012.

CHAUÍ, M. *Cidadania Cultural*. – 1 ed. – São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

COELHO, Teixeira. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COOMBS, P.H. *La crisis mundial de la educación*. Perspectivas actuales. Madri: Santillana, Col. "Aula XXI, 1985 apud TRILLA, J. A educação não-formal. In: GHANEM M., Eli; TRILLA. *Educação formal e não-formal*. São Paulo: Summus, 2008.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110.

DELUIZ, Neise; PINHEIRO, Beatriz; GONZALEZ, Wânia R. C. ONGS e políticas públicas de educação profissional: propostas para a educação dos trabalhadores. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 28-41, maio /ago. 2003.

_____; GONZALEZ, W. R. C.; NOVICKI, V. A. Sociedade Civil e as políticas de Educação de Jovens e Adultos: atuação das ONGs no RJ. *Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.3, p.49-58, 2006.

DUARTE, S. G. *Dicionário Brasileiro de educação*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1986.

ENNE, A. L. Em "busca de dias melhores": cultura e política como práticas institucionais na Baixada Fluminense. *Revista Rumores*, São Paulo, ed.12, n. 2, jul-dez/2012. Disponível em: <http://www.usp.br/rumores/pdf/rumores12_10.pdf>. Acesso em: 13 jun.2013.

GOHN, M. G. *Novas Teorias dos movimentos sociais*. Capítulo I e II. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, M. G. Educação não-formal na Pedagogia Social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1, 2006, São Paulo. *Proceedings Online*. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 out. 2012.

_____. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. *Revista ECCOS*, São Paulo, nº 2, vol. 6, p.39-65. Dez 2004.

_____. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre associativismo do terceiro setor*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção Questões da nossa época; v.26).

_____. *Educação não-formal e o educador social: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010, v1, 103p.

GONZALEZ, W. R.; MATIAS, J. L. *ONG's e educação profissional: uma análise crítica das diretrizes pedagógicas pautadas na Resolução n.194 de 23/09/1998 do CODEFAT*. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, 2004, Caxambu, 2004, v.1.

GOSS, K. P.; PRUDÊNCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Em Tese*, Florianópolis, Santa Catarina. Vol. 2, nº 1, p. 75-91, janeiro-julho 2004.

GRAMSCI, A. *Selections from the prison notebook*. Londres: Lawrence & Wishart, 1971 apud BOTTOMORE, T. (Ed.). Laurence Harris, V.G. Kiernan, Ralph Miliband, coeditores; *Dicionário do pensamento Marxista* [tradução, Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antônio Monteiro Guimarães]. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

IPEA, Coordenação de Cultura. *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. Brasília: IPEA, 2011.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 23 ed. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 1988.

LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MANICA, L.E.; CALIMAN, G. *Cursos profissionais na perspectiva da Pedagogia Social*. Rio de Janeiro, v.36, n.3, set/dez. 2010, p.43-p.51. Disponível em:<<http://www.senac.br/BTS/363/artigo5.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. Site oficial. Disponível em: < <http://www.cultura.rj.gov.br/historico-projeto/rede-de-pontos-de-cultura-do-estado-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada Fluminense. Site oficial. Disponível em: < <http://www.bvambientebf.uerj.br/oficial.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007.

RUSSO, K. *Os “argonautas da cidadania” no mar da educação: movimentos sociais, ONGs e fundações empresariais na escola pública brasileira, 204 f.*, Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro 2011. Or. CANDAU, V.

_____. *ONGs, movimentos sociais e fundações empresariais na discussão de políticas educativas: etnografia da I Conferência Nacional de Educação. Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio Desigualdade & Diversidade*, Rio de Janeiro, no. 8, Jan/Jul 2011. Disponível no endereço:<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo5_8.pdf> Acesso em: 10 mai. 2012.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SPOSITO, Marília. P. Uma perspectiva não-escolar no estudo sociológico da escola. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 210-226, mar/mai 2003. Disponível em:< <http://www.usp.br/revistausp/57/14-marilia.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2012.

PAIXÃO, L. P.; ZAGO, N. *Sociologia da Educação*. Pesquisa e realidade brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

TEIA 2010. Site Oficial do Evento. Disponível em: <<http://culturadigital.br/teia2010/sobre/comissao-nacional-dos-pontos-de-cultura/>>. Acesso em: 13 nov.2012.

TEIXEIRA, A. C. A atuação das ONGs: entre Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 364 p.

TRILLA, J. A educação não-formal. In: GHANEM M., Eli; TRILLA. *Educação formal e não-formal*. São Paulo: Summus, 2008.

TURINO, C. *O desmonte do Cultura Viva e dos pontos de cultura no governo Dilma*. Disponível em:< <http://revistaforum.com.br/brasilvivo/2013/07/07/o-desmonte-do-programa-cultura-viva-e-dos-pontos-de-cultura-sob-o-governo-dilma/>> Acesso em: 01. Ago. 2013.

_____. *Ponto de Cultura: O Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

_____. *Desesconder o Brasil!* [Texto de abertura do Catálogo do Programa Cultura Viva.] Brasília: Ministério da Cultura, 2005. apud BRASIL. Ministério da Cultura. *Almanaque Cultura Viva*. S/d.

TYLOR, E. *Primitive Culture*. John Mursay & Co., 1871 apud LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. 23 ed. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2009.

ANEXO - Formulário

[Edit this form](#)

Pontos de Cultura da Baixada Fluminense

Nome da ONG:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

CNPJ:

Telefones para contato:

E-mail:

Nome do Ponto de Cultura:

Período de vigência do convênio:

Ao todo quantas pessoas estão envolvidas no Ponto de Cultura?

A sua organização participa ou já participou de eventos articulados pelos pontos de Cultura?

- Sim, Teias
- Sim, Fóruns presenciais
- Sim, Fóruns virtuais e/ou grupos de discussão
- Sim, teias e fóruns presenciais
- Sim, teias, fóruns presenciais, virtuais e/ou grupos de discussão
- Não
- Other:

Qual foi o motivo da criação da sua organização?

Em que ano a organização foi criada?

Qual é a faixa orçamentária anual da organização?

- 0 - 30 mil reais.
- 30-100 mil reais.
- 100- 1 milhão de reais.
- Mais de 1 milhão.

A instituição possui outros projetos? Quais?

Existem outras fontes de recursos? Quais?

Quais são os objetivos da sua organização?

Qual a missão da sua organização?

Qual é seu principal âmbito de atuação?

- Local (Bairro)
- Local (Cidade)
- Regional (Raxada Fluminense)
- Estadual
- Nacional

Quais são seus principais parceiros?

Sua organização desenvolveu nos últimos dois anos alguma atividade em relação ao governo local ou à criação de políticas culturais locais? Quais?

Quais são (ou foram) as atividades desenvolvidas pelo Ponto de Cultura?

Nos últimos dois anos o ponto de cultura desenvolveu alguma atividade diferente dessas relacionadas anteriormente?

Dentre as atividades citadas, quais delas você considera como ações educativas? Por quê? Qual a concepção de educação que norteia as atividades?

Qual é o público-alvo destas atividades?

Quais são as linguagens artísticas/manifestações culturais que o Ponto de Cultura lida?
Qual a concepção de cultura que norteia as atividades?

Essas ações possuem objetivos pré-determinados?

Nestas ações há algum tipo de mediador?

Qual é a nomenclatura utilizada pela coordenação do projeto para este profissional?

- Professor
- Oficineiro
- Educador Social
- Arte-educador
- Outro

Quantos mediadores estão (ou estiveram) envolvidos durante este projeto?

Qual é (ou era) a formação destes mediadores?

- A maioria com ensino superior na área da atividade que mediava.
- A maioria com ensino superior em área diferente da atividade que mediava.
- A maioria com formação livre (incluindo multiplicadores do próprio projeto)
- Outro

Na sua avaliação qual a principal contribuição da atividade para a vida dos seus participantes?

Responsável pelo preenchimento:

Cargo no Ponto de Cultura:

Never submit passwords through Google Forms.

Powered by
 Google Forms

This content is neither created nor endorsed by Google.
[Report Abuse](#) - [Terms of Service](#) - [Additional Terms](#)